

PARTE II

A SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS



Enquadramento

O facto de as pessoas constituírem, simultaneamente, o activo e o alvo cruciais em qualquer estratégia de desenvolvimento territorial torna incontornável um conhecimento profundo e integrado dos territórios no que respeita às suas características demográficas. As características e dinâmicas populacionais têm fortes implicações no planeamento e funcionamento dos sistemas de educação (sobretudo no que respeita à organização da rede escolar), de saúde (exigindo a prestação de cuidados ao longo do ciclo de vida), de protecção social (desde a produção de equipamentos colectivos, susceptíveis de proporcionar qualidade de vida, às políticas de inclusão social) e de transportes (tendo em vista assegurar a eficiência na adequação entre a escala das infra-estruturas físicas e dos serviços às necessidades populacionais), bem como do mercado de trabalho (de modo a assegurar uma adequação entre os perfis da população activa e os perfis procurados pelas empresas). Um território adquire sustentabilidade demográfica na medida em que se verifica um ajustamento entre os seus recursos populacionais e a manutenção e reprodução de diferentes estruturas indispensáveis ao seu funcionamento (Roca e Leitão, 2006; Campos *et al.*, 2009).

Reconhecida a relevância da sustentabilidade demográfica para o desenvolvimento dos territórios, a par da sustentabilidade económica, social e ambiental pretende-se contribuir para a reflexão sobre este fenómeno fornecendo um conjunto de elementos capazes de se consubstanciar num instrumento de apoio ao combate ao declínio demográfico (Kenny e Meadowcroft, 1999), com base no aprofundamento do conhecimento ao dispor da sociedade civil e dos decisores das políticas públicas. Este conhecimento é tanto mais importante na medida em que a sua aceção pode sustentar diferentes acções, com vista a um investimento orientado para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, que estabelece o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social, salienta os desafios que as dinâmicas demográficas representam no âmbito das políticas públicas. Estes são visíveis no plano da sustentabilidade do sistema da segurança social, ao nível das necessidades e exigências acrescidas que decorrem de uma população crescentemente envelhecida, mas igualmente no plano das actuações dirigidas em termos do ordenamento do território, nomeadamente no que respeita à organização e disponibilização de equipamentos que permitam fazer face a essas exigências.

No plano europeu, e no contexto de avaliação dos principais desafios que se colocam à definição de uma política de coesão económica, social e territorial, a Comissão Europeia (European Commission, 2008), partindo de um enfoque regional, identifica as mudanças que se registam ao nível da estrutura e da composição demográfica das populações como um dos eixos fundamentais



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

de análise¹¹, a par da globalização, das alterações climáticas e da sustentabilidade energética. O reconhecimento e o entendimento destes desafios apresentam-se como fundamentais para a definição futura de políticas de coesão social, na medida em que estes determinam as orientações prioritárias de investimento face às diferentes necessidades dos territórios. No mesmo sentido, a OCDE (OECD, 2009b) salienta a necessidade das políticas de desenvolvimento regional incorporarem os actuais desafios que se registam no plano económico, social e ambiental, uma vez que estes se apresentam territorialmente diferenciados. Esta orientação reveste-se de crucial relevância tendo em conta que se pretende, à luz do novo paradigma de desenvolvimento regional, reduzir as disparidades inter-regionais, por via de um crescente enfoque nos recursos endógenos dos territórios, dos quais, a vitalidade demográfica é parte integrante.

Identificaram-se quatro vectores para a estruturação da análise da sustentabilidade demográfica: a dinâmica populacional, a tendência de envelhecimento da população, que está na génese da discussão desta problemática, o papel que os padrões de fecundidade e as novas dinâmicas familiares desempenham neste contexto, bem como o lugar e o contributo da população estrangeira. A análise destes vectores assentará num conjunto de indicadores que se considera reflectirem as principais tendências demográficas em Portugal e que permitem avaliar as diferenças de comportamentos nos diversos territórios do país.

Optou-se por basear a análise na escala municipal, partindo do princípio que é a este nível que as questões demográficas, vistas de uma forma integrada, condicionam o desenvolvimento territorial. Porém, a captação destes processos ao nível municipal debate-se com a reduzida dimensão populacional de algumas unidades territoriais, o que em alguns casos impede a construção de determinados indicadores e noutros aconselha cautelas na leitura dos resultados. Por esta razão, optou-se por contemplar alguns indicadores, que se consideram fundamentais para a definição do retrato demográfico do território nacional¹², apenas ao nível das sub-regiões NUTS III. Para um aprofundamento da diversidade territorial dos processos demográficos, recorreu-se à tipologia de áreas urbanas (TIPAU) de 2009 para a segmentação das leituras entre territórios urbanos e rurais. Privilegiar-se-á o período 2000-2009, sem prejuízo de que, para efeitos de enquadramento nacional, se recue mais no tempo. Sempre que se afigure pertinente e exequível, a análise será reforçada com um olhar comparativo da situação de Portugal com o contexto europeu.

¹¹ Concretamente, analisa-se a vulnerabilidade demográfica a partir de um índice que contempla, entre outras variáveis, a proporção de pessoas com 65 ou mais anos no total da população.

¹² Neste contexto, importa referir o desenvolvimento por parte do Instituto Nacional de Estatística de um sistema de indicadores para servir de base à monitorização da sustentabilidade demográfica dos territórios, disponível no Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt) | Informação Estatística | Dossiês Temáticos | Território | Sistemas de indicadores | Sustentabilidade demográfica.



II.1. A dinâmica populacional

Densidade populacional: População residente / Área (quilómetro quadrado)

Taxa de variação da população residente: $[(\text{População residente no momento } t - \text{População residente no momento } t-n) / \text{População residente } t-n] \times 100$, em que $t > n$

As mudanças ao nível das dinâmicas de crescimento e de concentração territorial da população — nomeadamente por via de um processo de litoralização e consequente crescente despovoamento do Interior — colocam desafios à sustentabilidade dos territórios. A abordagem que aqui se adopta consiste precisamente em avaliar se, no decurso da última década, essas mudanças se continuaram a operar na sociedade portuguesa numa dupla vertente: se o tradicional processo de concentração populacional no Litoral continental se manteve e se há territórios que, no contexto nacional, evidenciam uma capacidade endógena de assegurar a vitalidade demográfica de forma sustentada ou se dependem para tal do movimento migratório.

A concentração populacional

Em Portugal, a densidade populacional tem aumentado ao longo da última década mas de forma mais intensa no período 2000-2005. Desde 2006, verifica-se um aumento decrescente, sugerindo uma tendência de estabilização nos próximos anos. Este não é, porém, um padrão transversal a todos os municípios do país. Com efeito, entre 2000 e 2009, em metade dos municípios do país, a densidade populacional reduziu-se. Os casos mais significativos são os dos centros metropolitanos de Lisboa e Porto, onde se observou um decréscimo de mais de mil habitantes por km², em ambos os casos. Esta tendência verificou-se também noutros municípios metropolitanos: Amadora, Barreiro e Setúbal, na área metropolitana de Lisboa, e Espinho, na área metropolitana do Porto. Funchal e Coimbra completam o conjunto dos oito municípios que registaram os maiores decréscimos de densidade populacional, entre 2000 e 2009.

Em contrapartida, dos 10 municípios onde a densidade populacional aumentou em mais de 100 indivíduos por km² no período 2000-2009, nove pertencem às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto¹³: Odivelas, Maia, Seixal, Sintra, Oeiras, Cascais, Vila Nova de Gaia, Valongo e São João da Madeira. O Entroncamento também registou um acréscimo daquela intensidade. Assim, é possível constatar que, na última década, os centros metropolitanos viram a densidade populacional reduzir-se, tendo-se passado, em geral, o inverso nos municípios que os circundam. Além deste fenómeno metropolitano, é visível um reforço da densidade populacional no Litoral continental e um enfraquecimento no Interior. Nas regiões autónomas, importa destacar a perda de densidade populacional ocorrida em Ponta Delgada mas sobretudo no Funchal (em mais de

¹³ O regime jurídico das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto é definido pela Lei n.º 46/2008, de 27 de Agosto.

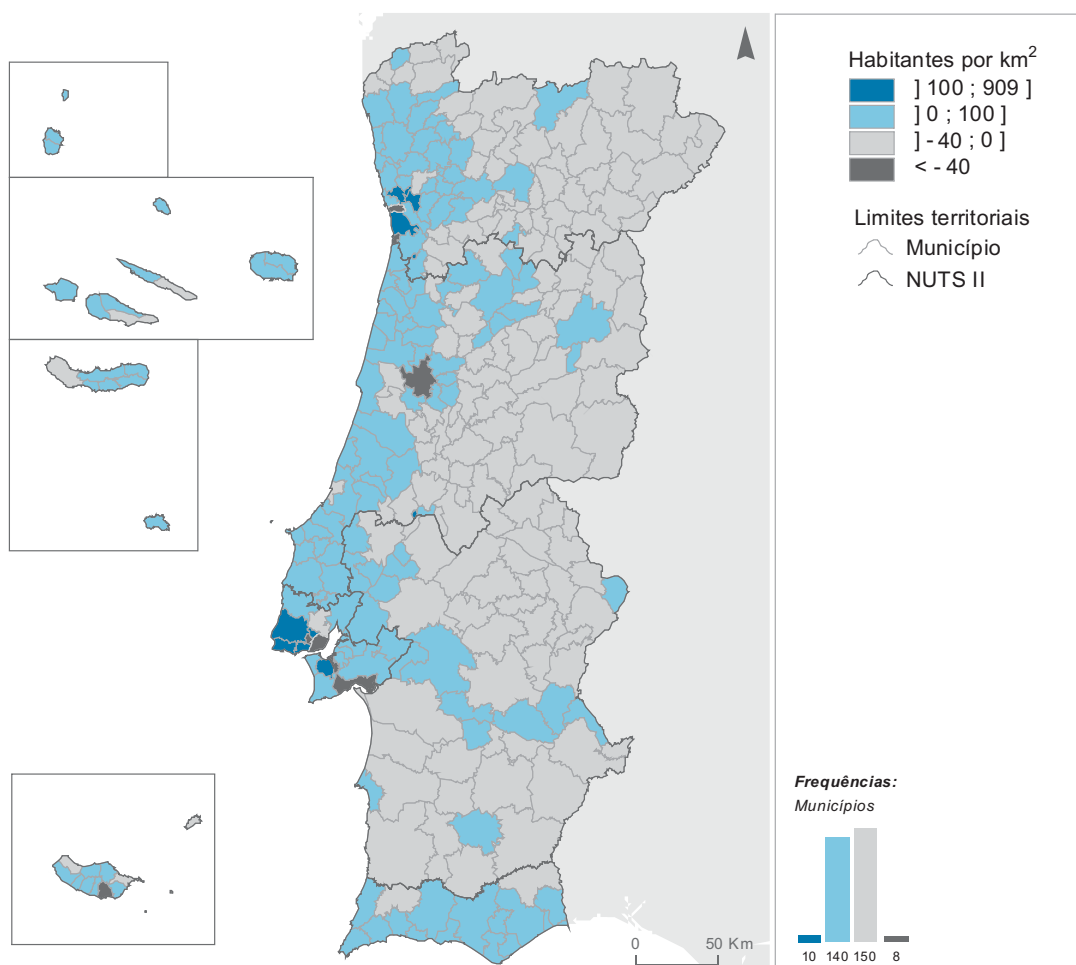


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

70 indivíduos por km²) que contrasta com o aumento ocorrido em municípios limítrofes: Lagoa e Ribeira Grande, na Região Autónoma dos Açores, e Câmara de Lobos, Santa Cruz e Santana, na Região Autónoma da Madeira [Figura II.1].

Variação da densidade populacional, por município, 2000/2009

Figura II.1



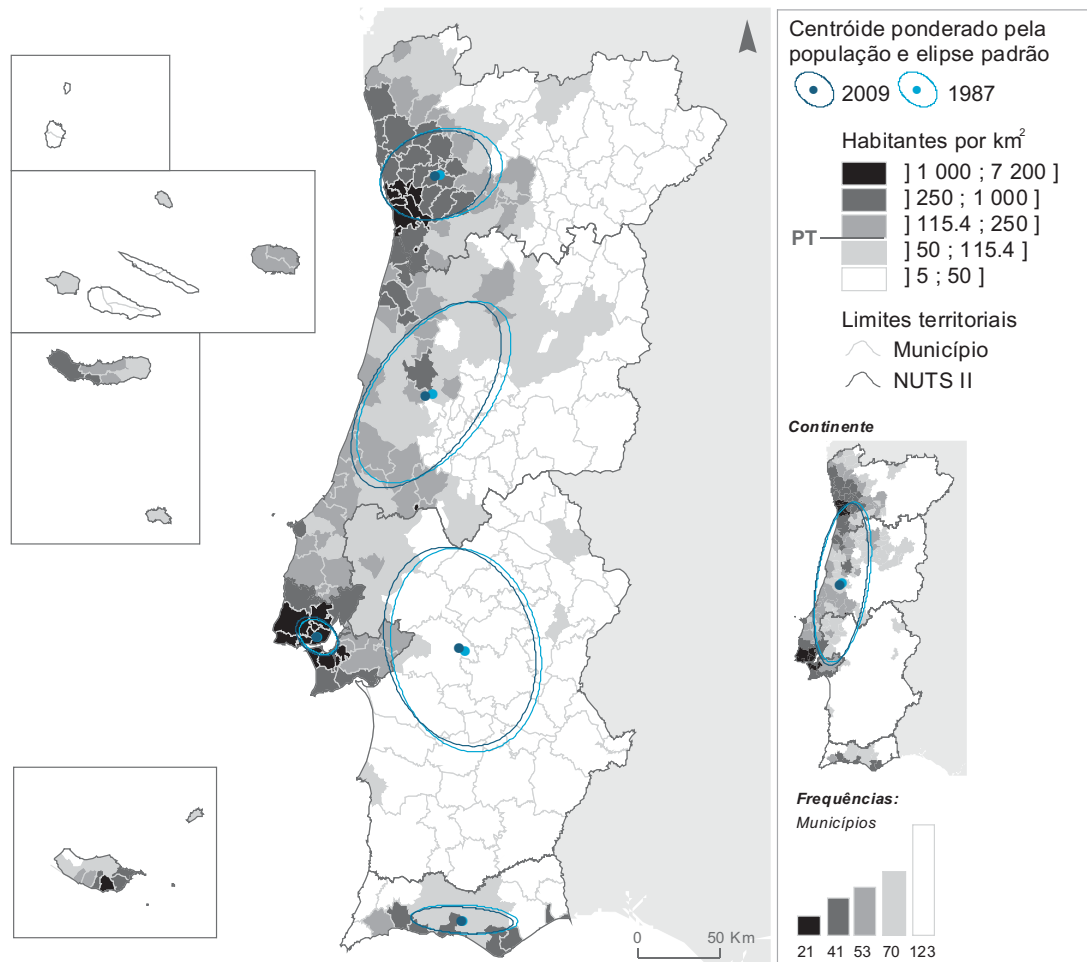
Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. Instituto Geográfico Português.

A evolução verificada na última década conduziu a um retrato territorial, no qual, não obstante a redução registada, os municípios de Lisboa e do Porto continuavam, em 2009, a figurar entre os mais densamente povoados do país, sendo apenas superados pela Amadora (com mais de sete mil habitantes por km²) e por Odivelas. No conjunto do país, apenas 21 municípios apresentavam uma densidade populacional superior a mil indivíduos por km² e, com excepção do Entroncamento e do Funchal, todos pertenciam às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Pelo contrário, os municípios alentejanos, sobretudo do Interior, tinham as menores densidades populacionais, sendo que, no conjunto do território continental, continuava a emergir um padrão de oposição Litoral / Interior [Figura II.2].



Densidade populacional, por município, 2009

Figura II.2



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. Instituto Geográfico Português.

Por outro lado, a análise que salienta o padrão de litoralização da população pode ser reforçada com uma leitura que destaca a sua crescente concentração em áreas urbanas. Partindo dos dados do último Recenseamento da População e da Habitação (Censos 2001), foram definidas cinco classes de população urbana e, posteriormente, observados os municípios correspondentes e a respectiva proporção de população residente no total da população para o ano de 2009. A partir da Figura II.3, verifica-se que, em 57 municípios do país, mais de 75% da população residia em áreas urbanas, sendo que este conjunto reunia cerca de 53% do total de população residente em 2009. Com mais de 95% de população urbana, e concentrando aproximadamente 31% do total da população residente em 2009, destacavam-se, nomeadamente, municípios que se concentram no Litoral continental, localizados maioritariamente nas duas áreas metropolitanas do país, sobretudo Cascais, Oeiras, Sintra, Odivelas, Lisboa, Espinho, Matosinhos, Maia e Porto.



Indicadores demográficos por classes de população urbana | Figura II.3

Classes de população urbana	Municípios	Proporção de população residente no total nacional (2009)	Taxa de variação da população residente (2000/2009)
%	N.º	%	
[0 ; 25 [144	13,3	-3,2
[25 ; 50 [50	15,0	4,2
[50 ; 75 [57	19,2	5,7
[75 ; 95 [34	21,2	6,3
≥ 95	23	31,4	3,7
Total	308	100,0	3,7

Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População e Habitação, 2001 e Estimativas Anuais da População Residente.

Ao contrário do que se observa para os 144 municípios com menos de 25% de população urbana correspondendo, na sua maioria, a municípios que se concentram no Interior das regiões Norte, Centro e Alentejo, os municípios que se caracterizam por uma presença mais elevada de população urbana, tinham, igualmente, entre 2000 e 2009, maiores acréscimos de população residente, o que revela um movimento de crescimento populacional maior para os contextos municipais com uma proporção elevada de população residente em áreas urbanas. Deste modo, para além da tendência de litoralização da população residente, estes dados sugerem também a sua urbanização.

Ao longo da última década, constata-se que os centros metropolitanos viram a densidade populacional reduzir-se, tendo-se passado o inverso na generalidade dos municípios circundantes. Além deste fenómeno metropolitano, é visível um reforço da densidade populacional no Litoral continental e um enfraquecimento no Interior. Também nas regiões autónomas, se observou uma diminuição da densidade populacional em Ponta Delgada e, sobretudo, no Funchal, e uma intensificação da densidade populacional nos municípios limítrofes.

O padrão territorial observado em 2009 indicava uma maior concentração populacional nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Pelo contrário, os municípios alentejanos, sobretudo do Interior, apresentavam as menores densidades populacionais, sendo que, no conjunto do território continental, continuava a emergir um padrão de oposição Litoral / Interior. Para além da tendência de litoralização da população residente, evidenciou-se também a sua urbanização.



O contributo dos movimentos fisiológico e migratório

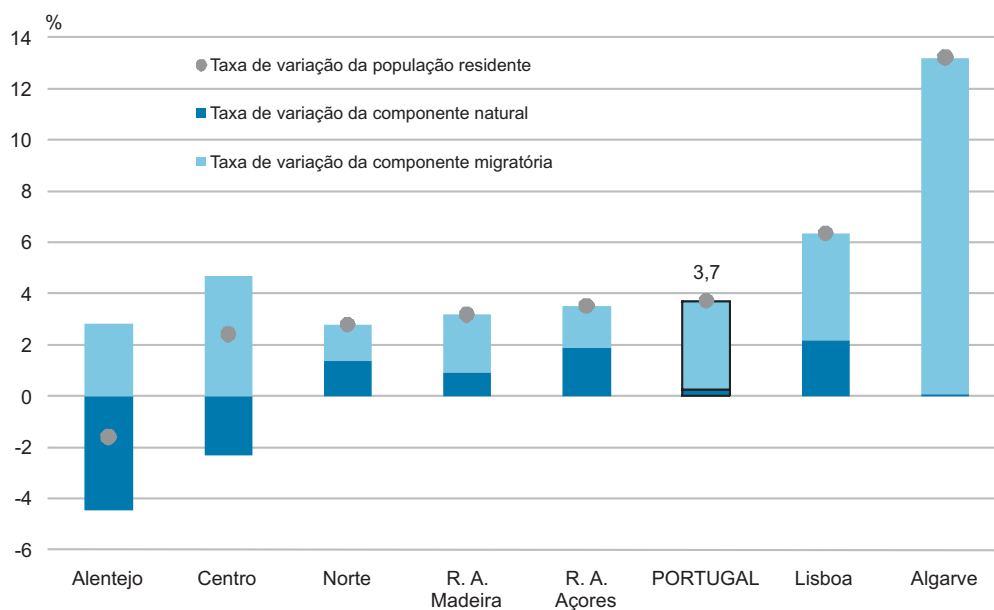
Em termos de ritmos demográficos, Portugal tem vindo a aproximar-se de um padrão de crescente modernização. As tendências que se observam ao nível do decréscimo da taxa de natalidade e de fecundidade, do envelhecimento da população, assim como do abrandamento de crescimento da população, colocam o país na mesma linha dos padrões demográficos que caracterizam as sociedades mais desenvolvidas, incluindo algumas congéneres europeias (Pappámikail *et al.*, 2010). Neste contexto, nas últimas décadas, o crescimento do efectivo populacional tem-se mantido mais por via de um saldo migratório positivo, indicativo de um número superior de entradas de residentes no território português, face ao número de saídas registadas. Importa, assim, avaliar se essa tendência de crescimento populacional observada nas últimas décadas se manteve nos últimos anos e até que ponto essa dinâmica resulta de uma capacidade endógena que os territórios revelam de se auto-sustentar do ponto de vista demográfico e, portanto, se cada unidade territorial é capaz de manter um crescimento assente na população aí residente ou depende de indivíduos residentes noutras unidades territoriais do país ou no exterior para manter uma base demográfica sustentável.

Entre 2000 e 2009, a população residente em Portugal aumentou em cerca de 3,7%, sobretudo devido ao movimento migratório (3,5%), o que traduz um contributo do saldo fisiológico positivo mas pouco significativo. Apenas no Alentejo se registou uma diminuição do efectivo populacional de cerca de -1,6%, apesar do saldo migratório positivo. No Centro, o saldo migratório positivo mais do que compensou o saldo natural negativo. Nas restantes regiões NUTS II, tanto o saldo natural como o migratório foram positivos, tendo a Região Autónoma dos Açores constituído a única região onde o contributo do saldo natural foi mais intenso do que o contributo do saldo migratório, sugerindo maior sustentabilidade demográfica endógena. O Algarve foi a região que registou o crescimento populacional mais intenso na última década, com a particularidade de o ter conseguido quase exclusivamente à custa dos movimentos migratórios de entrada [Figura II.4].



Taxa de variação da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2000/2009

Figura II.4



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente, Nados-vivos e Óbitos.

A representação da decomposição da evolução da população para o período de 2000 a 2009 destaca 72 municípios onde as taxas de crescimento natural e migratório foram, simultaneamente, positivas; destes casos, apenas em 13 o crescimento natural superou o crescimento migratório — são municípios das regiões autónomas (Ribeira Grande, Câmara de Lobos e Angra do Heroísmo), da área metropolitana do Porto (Póvoa de Varzim, Vila do Conde, São João da Madeira e Matosinhos), do Tâmega (Lousada, Paços de Ferreira, Marco de Canaveses e Paredes) mas também Braga e Oeiras [Figura II.5].

Nesta linha de análise, é relevante notar que apenas seis municípios registaram um crescimento efectivo positivo exclusivamente através do crescimento natural, que mais do que compensou o crescimento migratório negativo, mais uma vez maioritariamente localizados na região Norte — Felgueiras, Barcelos, Guimarães, Vila Franca do Campo, Penafiel e Aveiro.

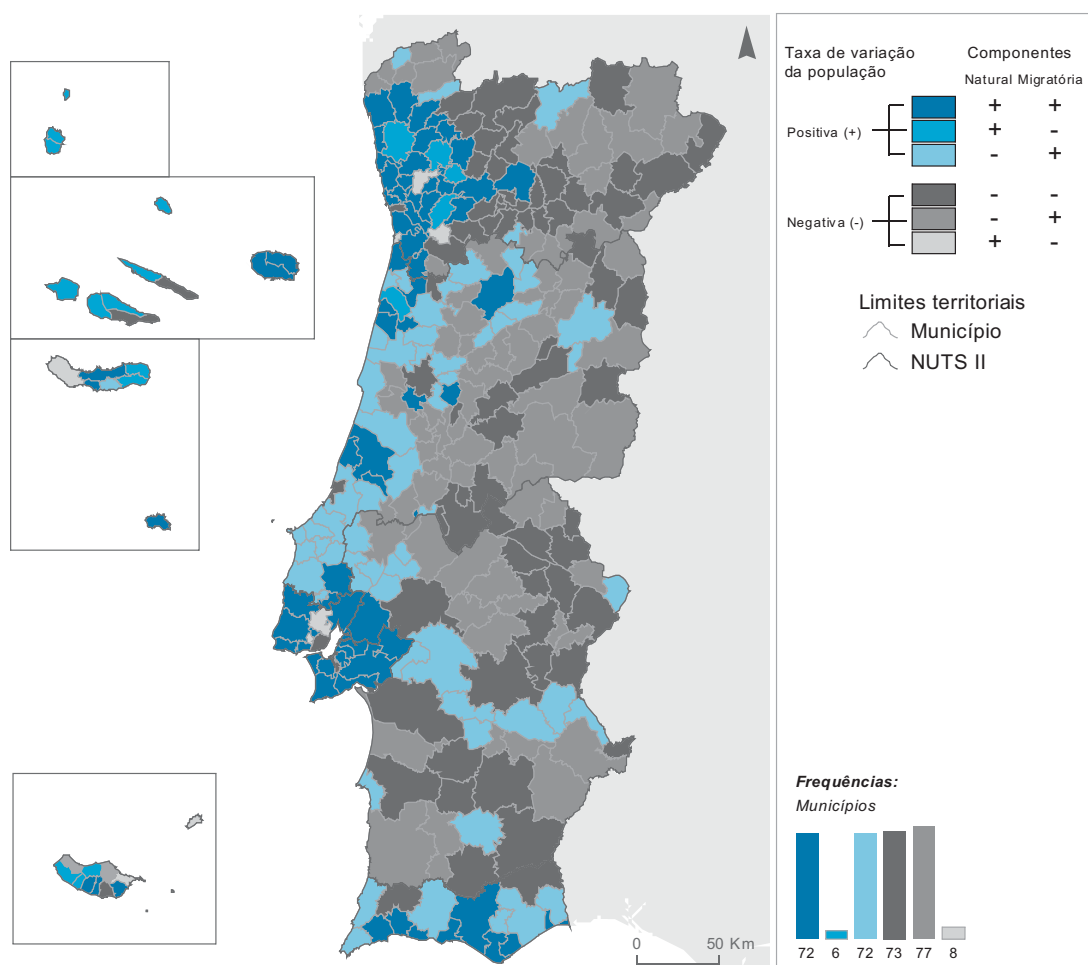
Por outro lado, a aceleração do ritmo de envelhecimento da população pela base (menor natalidade) e pelo topo (maior longevidade) pode ser atenuada pelos movimentos migratórios. Porém, se as regiões com capacidade de atracção podem, mesmo com baixa natalidade, conseguir manter saldos populacionais positivos por via das migrações, as regiões em processo de envelhecimento e despovoamento, tendencialmente mais periféricas, podem ver esta tendência agravada pela via dos movimentos migratórios (ONU, 2000). Assim, foi possível observar que em 72 municípios, o crescimento efectivo positivo ficou a dever-se exclusivamente a um crescimento migratório



positivo. Deste conjunto, salientam-se municípios localizados no Algarve (principalmente, São Brás de Alportel, Aljezur, e Silves), no Alentejo Central (Mourão, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Montemor-o-Novo) e, ainda, na Região Autónoma dos Açores (especialmente, Corvo, Santa Cruz da Graciosa, São Roque do Pico e Santa Cruz das Flores).

Decomposição da evolução da população residente, por município, 2000/2009

Figura II.5



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente, Nados-vivos e Óbitos.

No conjunto dos 158 municípios cujo efectivo populacional se reduziu entre 2000 e 2009, é possível identificar dois grupos relativamente homogéneos em termos de número de municípios: o grupo dos que registaram uma evolução natural e uma evolução migratória, simultaneamente, negativas (73 municípios) e o grupo dos que, a par de um saldo natural negativo, registaram um saldo migratório positivo que, porém, se revelou insuficiente para traduzir um crescimento efectivo positivo (77 municípios, com destaque para Arronches, Vila de Rei, Aguiar da Beira e



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Castelo de Vide). Resta um conjunto residual de oito municípios — Porto Santo, Ponta Delgada, Machico, Loures, Castelo de Paiva, Santo Tirso, Amadora e Espinho — que, apesar de um saldo natural positivo, registaram uma diminuição do efectivo populacional.

A observação exclusiva do movimento fisiológico registado entre 2000 e 2009 revela, para Portugal, uma quase estabilidade com os nascimentos a pouco mais do que compensarem os óbitos. Ao nível municipal, esta análise permite identificar bolsas de maior vitalidade demográfica por via do saldo natural: nas regiões autónomas (sobretudo, Ribeira Grande, Lagoa e Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores, e Santa Cruz, Câmara de Lobos e Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira), no Tâmega (Paredes, Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras, Penafiel e Marco de Canaveses) estendendo-se ao Ave (Vizela, Vila Nova de Famalicão, Guimarães) e ao Cávado (Braga, Barcelos e Esposende), na área metropolitana de Lisboa (Sintra, Seixal, Mafra, Vila Franca de Xira, Sesimbra, Cascais, Oeiras, Loures e Odivelas) e, em menor grau, na área metropolitana do Porto (Maia, Valongo, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia). Esta análise evidencia novamente a região Norte, a par das regiões autónomas e da área metropolitana de Lisboa, como um território com particular vitalidade demográfica [Figura II.6].

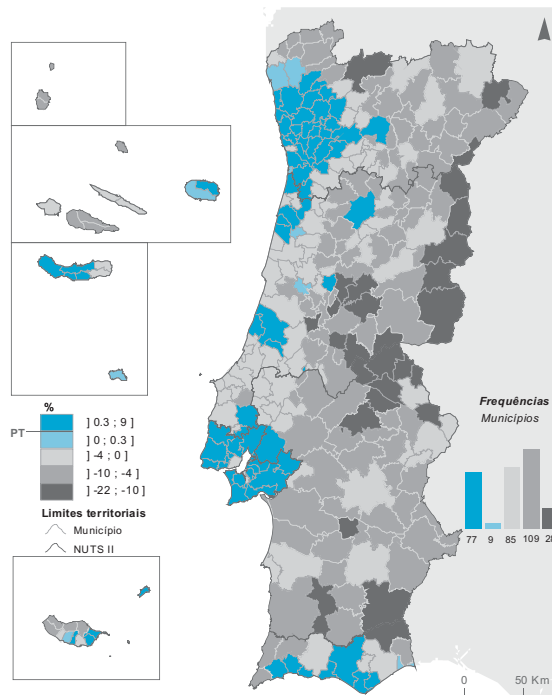
Em contrapartida, os défices naturais relativos mais expressivos concentravam-se no Interior da região Centro (em particular, em Vila Velha de Ródão, Pampilhosa da Serra, Penamacor, Vila de Rei, Idanha-a-Nova, Sabugal, Mação, Oleiros e Pedrógão Grande) e no Interior do Alentejo, sobretudo no Alto Alentejo mas também no Baixo Alentejo (Gavião, Crato, Alvito, Nisa, Ourique, Mértola, Marvão, Arronches e Alter do Chão).

No que se refere ao movimento migratório, observa-se que 221 dos 308 municípios assinalaram, entre 2001 e 2009, um crescimento migratório positivo. Deste grupo, aqueles que apresentaram os valores mais elevados localizam-se no Algarve (São Brás de Alportel, Lagoa, Albufeira e Lagos), nas sub-regiões da Península de Setúbal (Sesimbra, Alcochete, Palmela e Seixal), da Grande Lisboa (especialmente, Mafra, Sintra e Odivelas) e do Oeste (Sobral de Monte Agraço e Alenquer) [Figura II.7]. Em oposição, a capital do país, assim como o Porto e Coimbra, assinalam os decréscimos mais acentuados, fazendo parte do grupo de municípios que apresentaram um crescimento migratório negativo entre 2000 e 2009. Do total de 87 municípios que fazem parte deste conjunto, salientam-se municípios que se localizam no Norte, sobretudo nas sub-regiões do Douro (Mesão Frio, Peso da Régua e Lamego) e do Tâmega (Cinfães, Baião e Castelo de Paiva), e no Interior das regiões Centro e Alentejo (Almeida, Castanheira de Pêra e Fronteira).



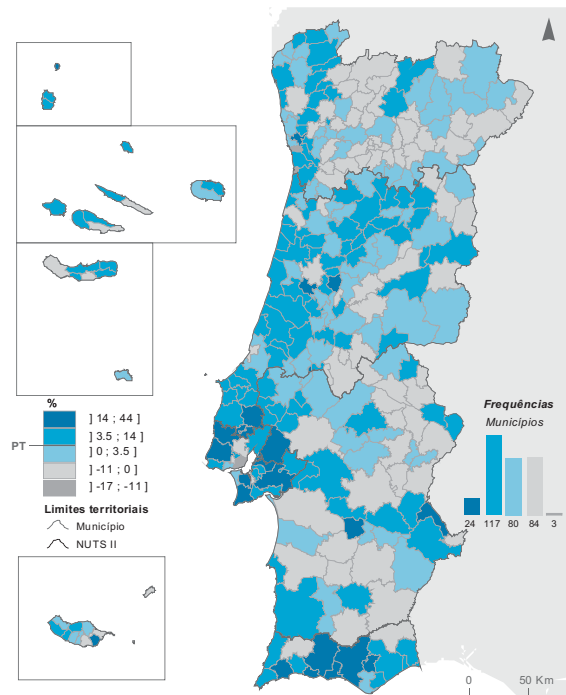
Taxa de variação da componente natural
da população residente, por município,
2000/2009

Figura II.6



Taxa de variação da componente
migratória da população residente, por
município, 2000/2009

Figura II.7



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente, Nados-vivos e Óbitos.

O movimento fisiológico registado ao longo da última década permite identificar bolsas de maior vitalidade demográfica nas regiões autónomas, no território formado pelo Tâmega, Ave e Cávado, na área metropolitana de Lisboa e, em menor grau, na área metropolitana do Porto. A análise contrasta, assim, a região Norte, com maior vitalidade, e o Interior das regiões Centro e Alentejo, evidenciando menor sustentabilidade fisiológica.

Os movimentos migratórios permitiram identificar contributos positivos para o crescimento populacional em contextos municipais localizados principalmente no Litoral continental. Em contraponto, para os dois centros metropolitanos do país, bem como para municípios que se concentram maioritariamente no Norte e no Interior das regiões Centro e Alentejo, registaram-se decréscimos acentuados, indicativos de contextos territoriais com menor capacidade de atracção de população.



II.2. O envelhecimento da população

Esperança média de vida à nascença (e0): Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento (a esperança de vida é derivada de tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos, em vigor a partir de 2007)

Esperança média de vida aos 65 anos: Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exacta de 65 anos pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idade observadas no momento (a esperança de vida é derivada de tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos, em vigor a partir de 2007)

Índice de envelhecimento: (População residente com 65 ou mais anos / População residente com idade entre os 0 e os 14 anos) x 100

Índice de longevidade: (População residente com 75 ou mais anos / População residente com 65 ou mais anos) x 100

Índice de renovação da população em idade activa: (População residente com idade entre os 20 e os 29 anos / População residente com idade entre os 55 e os 64 anos) x 100

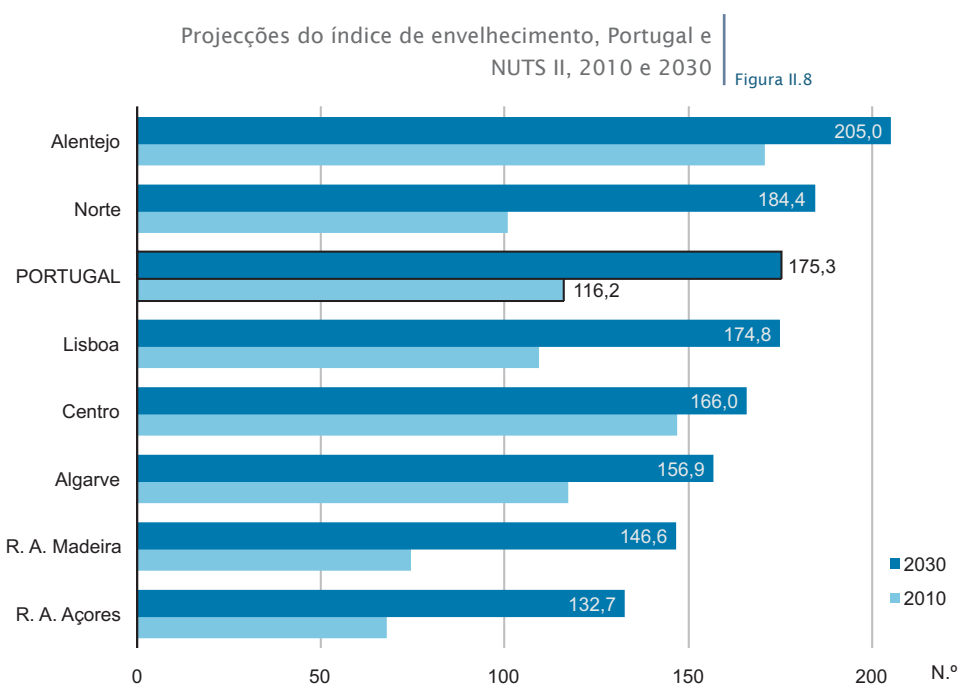
Relação de masculinidade: (População residente do sexo masculino / População residente do sexo feminino) x 100

O cenário de envelhecimento da população, em particular o duplo envelhecimento, com o alargamento superior e o estreitamento inferior da pirâmide etária, é consequência do aumento da esperança média de vida, de baixas taxas de natalidade e de fecundidade e de imigrações etariamente não suficientemente favoráveis (Muenz, 2007). Assim, as pessoas vivem até mais tarde, com melhores condições de vida e com acesso a serviços de saúde de melhor qualidade, pelo que, neste contexto, o cenário futuro é o de uma população com menos jovens e mais idosos, o que constitui um desafio não só à sustentabilidade demográfica dos territórios, mas também à solidariedade entre gerações.

De acordo com dados relativos às projecções do índice de envelhecimento divulgados pelo Eurostat, de um conjunto de 29 países europeus, Portugal deverá ser o sétimo país mais envelhecido em 2030, com cerca de 175 idosos por 100 jovens. Esta lista é encabeçada pela Alemanha (218) enquanto a Irlanda ocupa a última posição (85). Para Portugal, estas projecções indicam que,



entre 2010 e 2030, a população residente deverá aumentar cerca de 2% mas à custa de uma redução transversal a todos os grupos etários quinquenais até aos 44 anos e a ambos os sexos. Pelo contrário, nas faixas etárias mais elevadas, assistir-se-á a um crescimento do efectivo populacional que, nos indivíduos com 65 ou mais anos, será de 39% e, em particular, na faixa dos 85 e mais anos, deverá ultrapassar os 80%. Estes acréscimos serão mais intensos nos homens do que nas mulheres, o que aumentará a relação de masculinidade de forma mais acentuada nas camadas mais idosas. Regionalmente, entre 2010 e 2030, o Norte deverá observar o maior aumento do índice de envelhecimento que, por sua vez, em 2030, deverá ser mais intenso no Alentejo [Figura II.8].



Fonte: Eurostat, EUROPOP 2008.

O fenómeno do duplo envelhecimento

Em termos estruturais, e tendo em conta a distribuição da população pelos diferentes grupos etários, tem-se verificado em Portugal, e a par do que vem sendo observado noutros países europeus, uma tendência de aumento da população no grupo etário superior — entre 2000 e 2009, a proporção de indivíduos com 65 ou mais anos aumentou 1,5 pontos percentuais — e, paralelamente, uma diminuição nos grupos etários inferiores — naquele período, a proporção de indivíduos dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos diminuiu, respectivamente, 0,8 e 3,2 pontos percentuais — traduzindo uma alteração na configuração da estrutura etária da população portuguesa que se caracteriza por um alargamento do topo e um estreitamento da base da pirâmide etária. Esta não é, porém, uma tendência clara em todas as regiões do país: as regiões de Lisboa

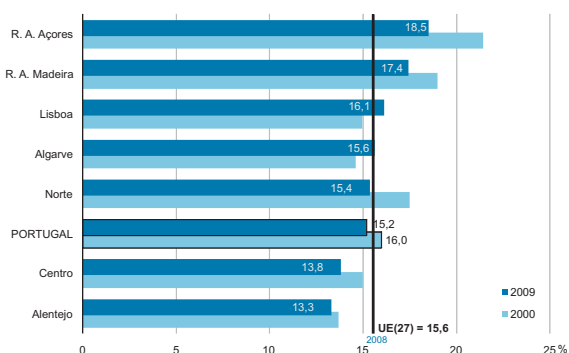


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

e do Algarve, entre 2000 e 2009, reforçaram a importância relativa dos jovens residentes dos 0 aos 14 anos. Por seu turno, as regiões autónomas registaram uma redução, ainda que pouco significativa, da proporção de idosos residentes [Figura II.9 e Figura II.10].

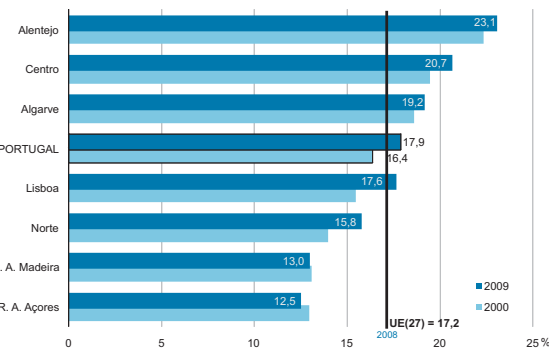
Proporção de população residente com idade entre 0 e 14 anos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.9



Proporção de população residente com 65 ou mais anos de idade, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.10



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. Eurostat.

A observação da informação a uma escala mais fina permite complementar a análise. Assim, importa registar que, dos 308 municípios portugueses, apenas 49 evidenciaram, entre 2000 e 2009, um acréscimo da população jovem (dos 0 aos 14 anos), destacando-se municípios da área metropolitana de Lisboa como Lisboa, Montijo, Mafra, Alcochete, Cascais, Oeiras e Almada mas também municípios algarvios (em particular, Portimão e Faro). A perda de população jovem parece ter afectado mais os municípios das regiões autónomas (como Vila Franca do Campo, São Roque do Pico e Lagoa, na Região Autónoma dos Açores, e Câmara de Lobos e Porto Moniz, na Região Autónoma da Madeira) mas também da região Norte (sobretudo Vizela, Felgueiras, Celorico de Basto, Manteigas, Tabuaço, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena) e Centro (como Aguiar da Beira e Vila Nova de Paiva) [Figura II.11].

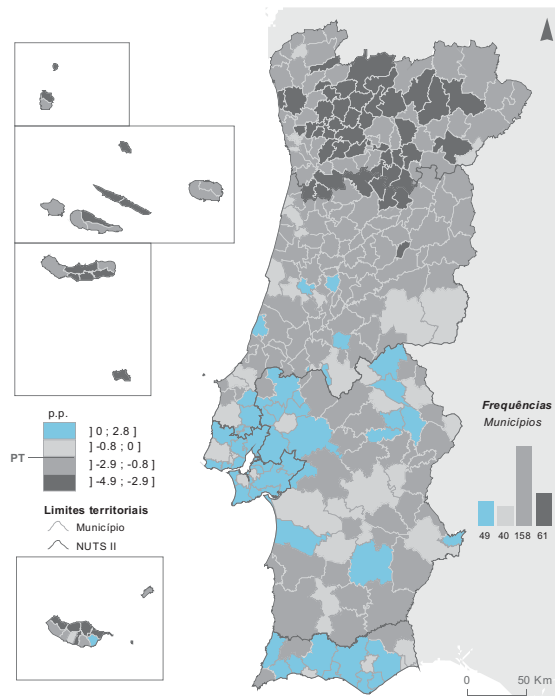
Simultaneamente, em 59 municípios do país, a proporção de população residente idosa (com 65 ou mais anos) diminuiu, destacando-se Vila de Rei, Vila Velha de Ródão, Mourão, Crato, Corvo, Alvito e Fronteira — trata-se, porém, de municípios cujo efectivo populacional não atingia, em 2009, quatro mil indivíduos e que se localizam maioritariamente no Interior das regiões Centro e Alentejo. Na situação oposta — com acréscimos significativos de importância relativa da população idosa —, encontram-se municípios do Interior Norte, como Vinhais, Miranda do Douro e Vimioso, mas também municípios da área metropolitana de Lisboa, como Loures, Barreiro, Amadora e Odivelas [Figura II.12].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

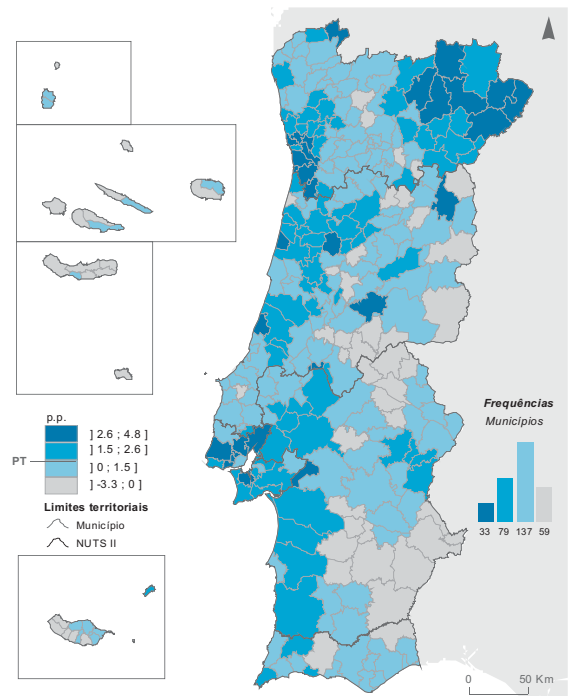
Variação da proporção de população residente com idade entre 0 e 14 anos, por município, 2000/2009

Figura II.11



Variação da proporção de população residente com 65 ou mais anos de idade, por município, 2000/2009

Figura II.12



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

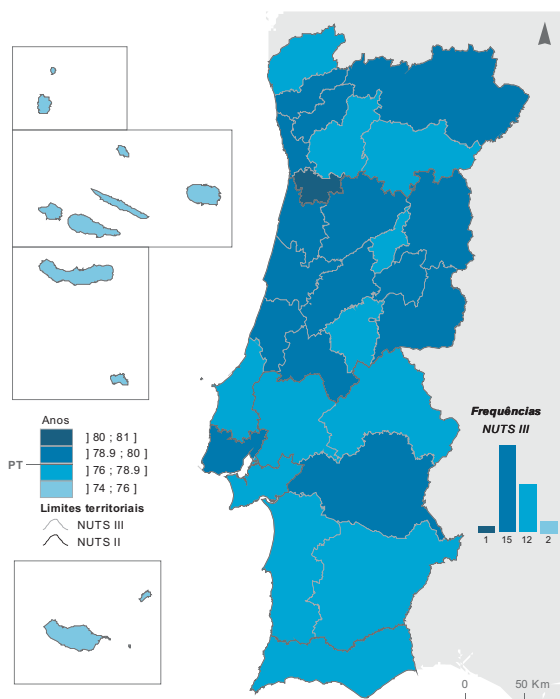
A espacialização da esperança média de vida à nascença constitui um elemento adicional de leitura. No triénio 2007-2009 e ao nível das 30 sub-regiões NUTS III, a esperança média de vida à nascença, variava entre 74,8, na Região Autónoma da Madeira, e 80,4, no Entre Douro e Vouga. A leitura conjunta sugere que a população residente tende a apresentar uma esperança média de vida à nascença mais elevada no Litoral continental e menos elevada nas regiões autónomas [Figura II.13]. O mesmo padrão é observado para a esperança média de vida aos 65 anos que opõe, de modo semelhante, as regiões autónomas ao Continente [Figura II.14].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

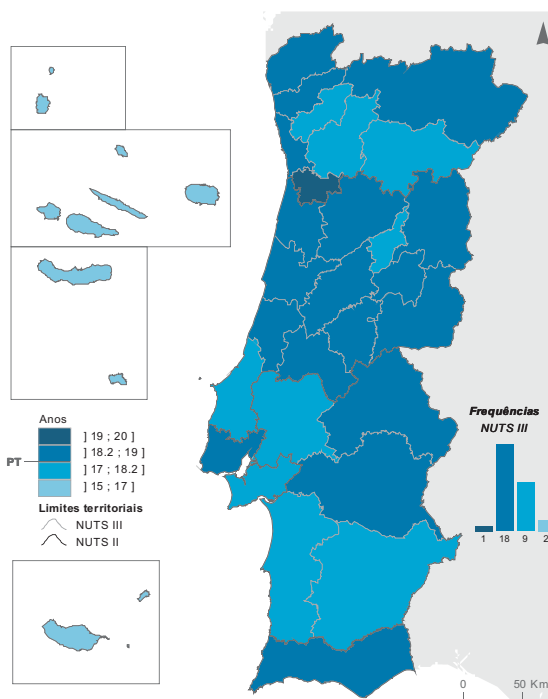
Esperança média de vida à nascença,
NUTS III, 2007-2009

Figura II.13



Esperança média de vida aos 65 anos,
NUTS III, 2007-2009

Figura II.14



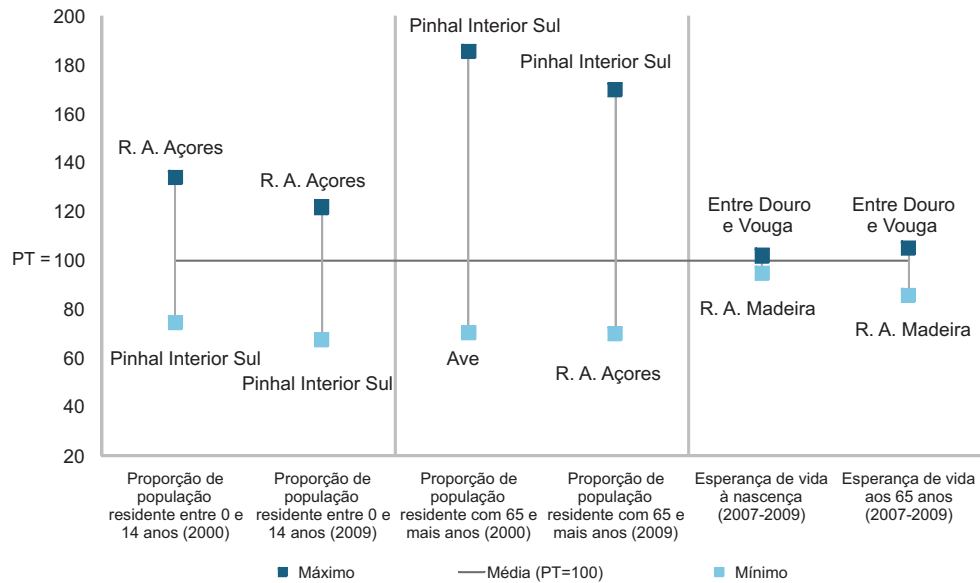
Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

As regiões de Lisboa e do Algarve apresentaram um acréscimo da importância relativa da população jovem, na última década. Por município, o reforço da expressão da população idosa face ao efectivo populacional total fez-se sentir sobretudo no Interior Norte, mas também em alguns municípios da área metropolitana de Lisboa enquanto as regiões autónomas evidenciaram uma relativa estabilização da proporção de população idosa. Esta conclusão é consistente com a constatação de que são também os residentes nas regiões autónomas que apresentam uma esperança média de vida menor.



Indicadores da estrutura etária e da esperança de vida (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009

Figura II.15



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos.

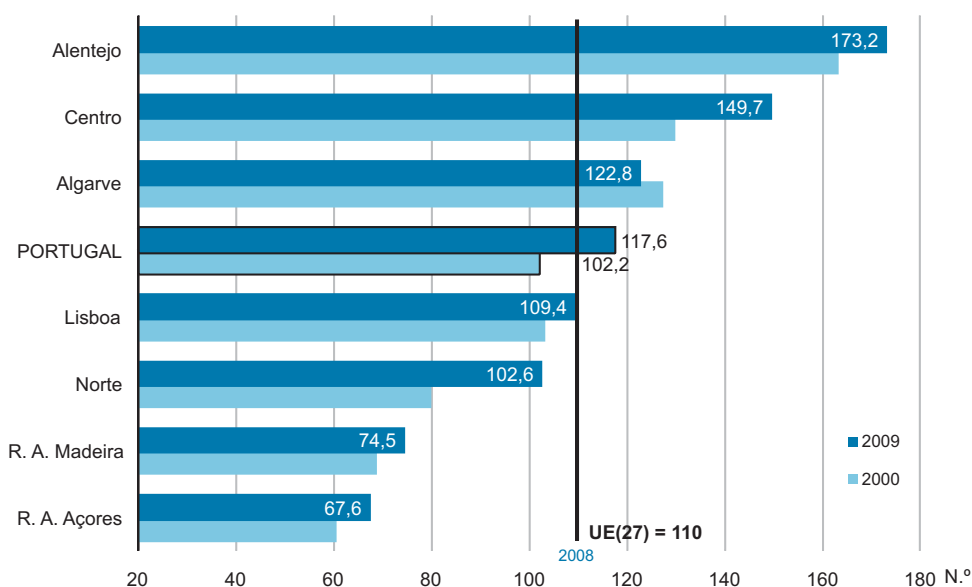
As dimensões do envelhecimento

O cenário que se afigura apresenta desafios em termos da sustentabilidade demográfica para os territórios que possam vir a ser mais afectados pelo envelhecimento da população, em termos da sua capacidade de renovação demográfica e, portanto, de fazer face a exigências de desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável. O índice de envelhecimento tem aumentado de forma persistente ao nível nacional: em 2000, residiam no país 102,2 idosos por 100 jovens; em 2009, esse número, alcançava 117,6. Regionalmente, observa-se o mesmo padrão, com a excepção do Algarve, que entre 2000 e 2009 registou uma diminuição do índice de envelhecimento, mantendo, contudo, em 2009, um valor acima da média nacional. Em 2009, a região do Alentejo registava o valor mais expressivo do número de idosos por 100 jovens (173,2), ao passo que as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, apesar da tendência de aumento, assinalavam em 2009 um número inferior de idosos por 100 jovens (74,5 e 67,6, respectivamente) [Figura II.16].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009 | Figura II.16

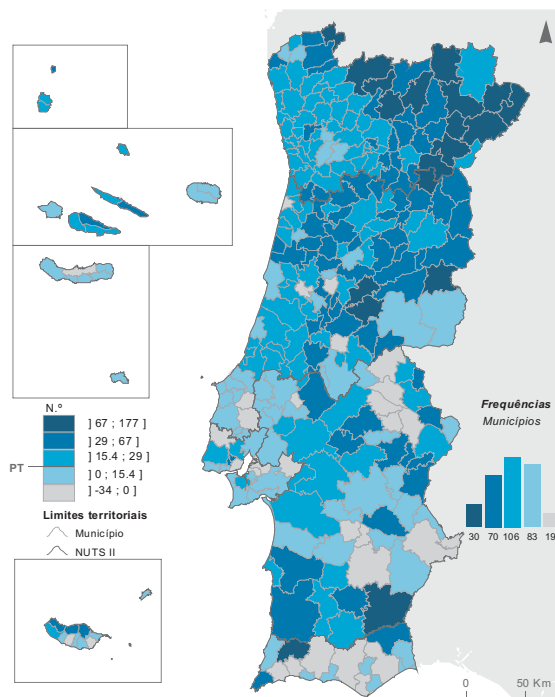


Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. Eurostat.

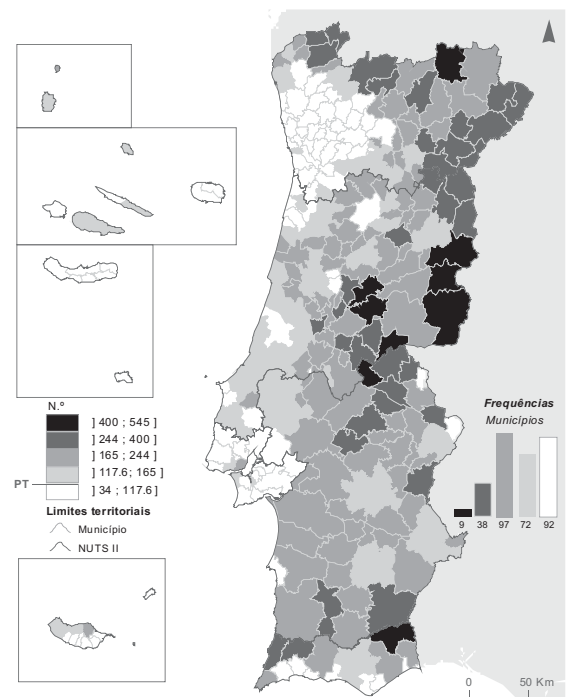
O aumento do índice de envelhecimento, não é, porém, uma tendência observada em todo o território nacional. Atente-se, por exemplo, na constatação de que 29 dos 308 municípios nacionais exibiram um decréscimo do índice de envelhecimento, entre 2000 e 2009. Este decréscimo foi particularmente expressivo na generalidade dos municípios do Algarve e nos municípios de Vila de Rei, Crato e Lisboa, onde o índice diminuiu em mais de 30 idosos por 100 jovens. Se, nos dois primeiros, o índice de envelhecimento superava 300 no ano de 2000, em Lisboa tal não acontecia. Pelo contrário, em Vinhais, em Torre de Moncorvo (ambos no Interior Norte), no contínuo formado por Oleiros e Pampilhosa da Serra e, ainda, em Penamacor (no Interior Centro), o índice de envelhecimento agravou-se, entre 2000 e 2009, em mais de 100 idosos por 100 jovens [Figura II.17].



Variação do índice de envelhecimento, por município, 2000/2009 | Figura II.17



Índice de envelhecimento, por município, 2009 | Figura II.18



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

Se, em 2000, à luz do índice de envelhecimento, Câmara de Lobos era o município mais jovem do país (31,9), em 2009, essa posição passou a ser ocupada pela Ribeira Grande (34,1). Com efeito, os territórios menos envelhecidos marcavam especial presença nas regiões autónomas — em particular, nos municípios da Ribeira Grande, Lagoa, Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Vila do Porto, na Região Autónoma dos Açores, e Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico e Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira — mas também no Norte do Continente, sobretudo no Tâmega (Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Felgueiras, Penafiel e Marco de Canaveses), e na área metropolitana de Lisboa. Em oposição, em nove municípios, o número de idosos residentes mais do que quadruplicava o número de jovens — trata-se de municípios maioritariamente localizados no Interior das regiões Centro e Alentejo — nos contínuos formados por Sabugal, Penamacor e Idanha-a-Nova, por Pampilhosa da Serra e Oleiros e por Vila Velha de Ródão e Gavião — mas também Vinhais (no Interior Norte) e Alcoutim (no Algarve) [Figura II.18].

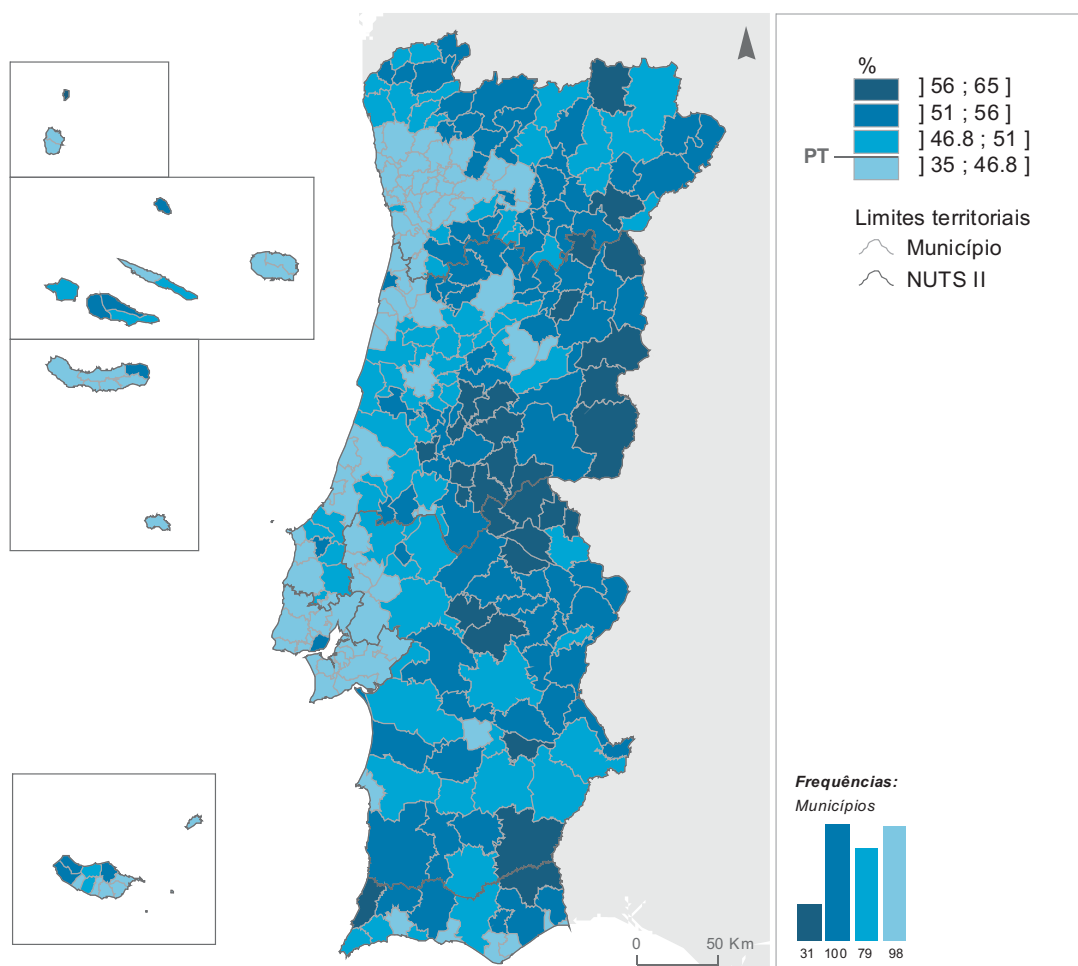
À semelhança do índice de envelhecimento, também o índice de longevidade registou, para o conjunto do país, um acréscimo sustentado ao longo do período 2000-2009. Assim, se, em 2000, a proporção de indivíduos com 75 ou mais anos no total de indivíduos com 65 ou mais anos era de 41,4%, em 2009, havia passado para 46,8%. Esta tendência alargou-se a quase todos os municípios portugueses, com apenas quatro exceções: de forma mais clara, Lajes das Flores e Barreiro, com decréscimos de 3,2 e 1,3 pontos percentuais, respectivamente, e,



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

de forma pouco significativa, Seia e Santa Cruz das Flores. Os acréscimos mais significativos registados localizavam-se, maioritariamente, no Interior do Continente. Em 2009, os índices de longevidade mais elevados concentravam-se no Interior continental, atingindo a expressão máxima em Idanha-a-Nova (64,6%), e os de menor expressão pertenciam a municípios da área metropolitana de Lisboa (Seixal, onde alcançava a expressão mínima de 35,6%, Barreiro, Odivelas e Loures) mas também na zona envolvente ao município do Porto [Figura II.19].

Índice de longevidade, por município, 2009 | Figura II.19



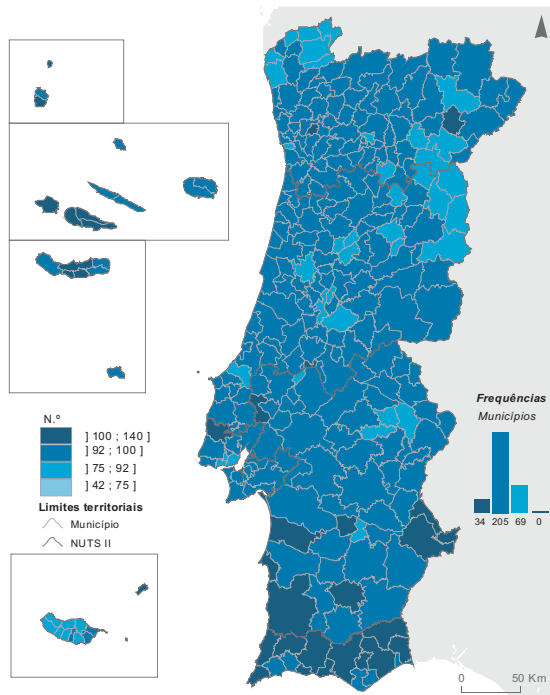
Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

Adicionalmente, o envelhecimento populacional apresenta contornos diferenciados na sua segmentação por género. Tal como a relação de masculinidade para a população total, também a relação de masculinidade para a população com 65 ou mais anos de idade se tem mantido estável para o conjunto do país e, consequentemente, a primeira tem-se conservado maior do que a segunda. Esta diferença de nível não é de estranhar, dada a já conhecida prevalência da esperança de vida das mulheres face à esperança de vida dos homens, e aponta para um maior desequilíbrio entre géneros no segmento etário mais elevado [Figura II.20 e Figura II.21].



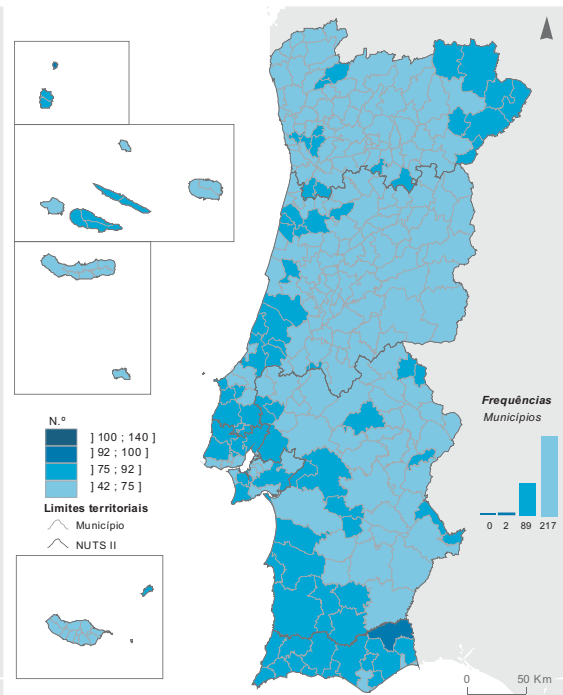
Relação de masculinidade da população total, por município, 2009

Figura II.20



Relação de masculinidade da população com 65 ou mais anos de idade, por município, 2009

Figura II.21



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

A tendência demográfica de envelhecimento tem impacto em vários planos da vida social, como é o caso do sistema de protecção social e do mercado de trabalho. Neste sentido, o envelhecimento pode pôr em causa a renovação da força de trabalho nos territórios onde esse efectivo é insuficiente para responder aos desafios da procura de trabalho por parte das empresas. A relação entre estes diferentes planos apresenta-se, assim, numa lógica encadeada e de interdependência que não é somente funcional, mas também intergeracional. O crescente número de idosos exige um esforço adicional por parte da população activa que, por sua vez, constitui um activo fundamental para a manutenção de um sistema de protecção social¹⁴ que garanta um conjunto alargado de apoios aos idosos. Adicionalmente, o decréscimo no efectivo populacional mais jovem, apesar de, no curto prazo, poder ser lido como um factor amortecedor da pressão que recai sobre a população activa (Pappámikail *et al.*, 2010), a médio e a longo prazo, não apresenta um impacto positivo no sentido em que a geração mais nova é aquela que possibilita a renovação, numa óptica de sustentabilidade, da população activa.

¹⁴ Como reflexo desse esforço adicional que recai sobre a população activa, estão as últimas medidas em relação à reforma como a alteração da idade da reforma dos funcionários públicos, em 2005, de 60 para 65 anos e dos anos de carreira completa de 36 para 40 anos.



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Com efeito, à luz do índice de renovação da população em idade activa, que define o número de indivíduos com idade entre os 20 e os 29 anos por 100 indivíduos com idade entre os 55 e os 64 anos, esta capacidade de renovação tem vindo a registar uma redução de forma persistente ao longo da última década: em 2000, era de 143,1 e, em 2009, tinha passado para 107,2. Este comportamento estendeu-se às sete regiões NUTS II do país, pelo menos desde 2006. Em 2009, apenas as regiões de Lisboa, do Alentejo e do Algarve apresentavam capacidades de renovação da população activa abaixo da nacional; no outro extremo, a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira exibiam índices mais elevados: 169,7 e 160,2, respectivamente.

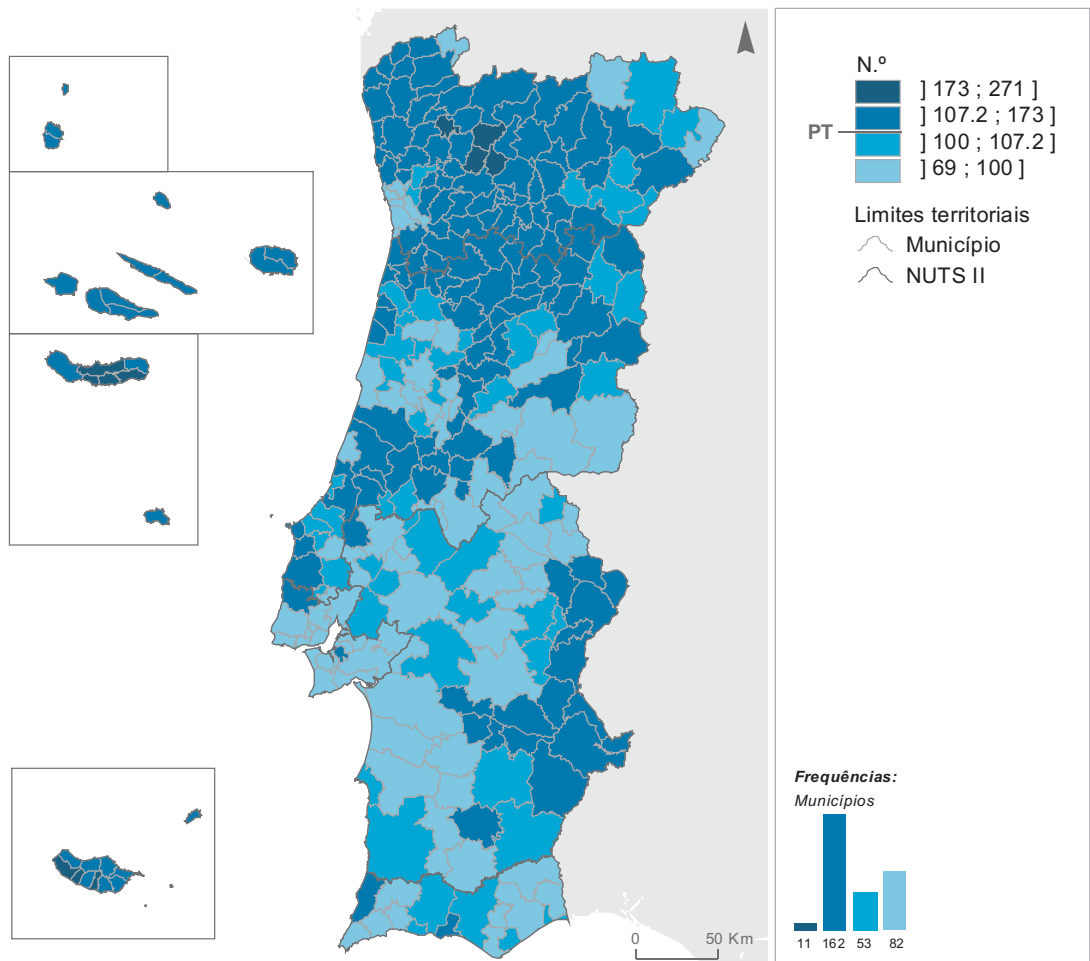
Não obstante a tendência nacional, entre 2000 e 2009, cerca de um terço dos municípios portugueses revelou um acréscimo no índice de renovação da população em idade activa. Destacavam-se, em particular, municípios da Região Autónoma da Madeira — Calheta, Ponta do Sol, Santana, São Vicente e Porto Moniz — e do Interior da região Centro (Vila de Rei, Aguiar da Beira, Penamacor, Sabugal, Fornos de Algodres, Trancoso, Arganil, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Vila Nova de Paiva). Pelo contrário, os municípios onde o índice de renovação da população em idade activa mais diminuiu pertencem sobretudo às sub-regiões do Ave, Cávado e Tâmega: Paredes, Barcelos, Braga, Paços de Ferreira, Vila Nova de Famalicão, Lousada, Vizela, Guimarães, Marco de Canaveses e Penafiel. Ora, estes 10 municípios encontravam-se entre os 20 que apresentavam maior capacidade de renovação em 2000.

Em 2009, os municípios com maior capacidade de renovação da população activa localizavam-se maioritariamente nas regiões autónomas — Ribeira Grande, Câmara de Lobos, Lagoa, Vila Franca do Campo, Ponta do Sol, Povoação, Calheta, Ribeira Brava, Machico, Ponta Delgada, Vila do Porto, São Vicente e Santana — mas também no Tâmega (Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto) e num contínuo que liga o Ave e o Cávado, abrangendo Póvoa de Lanhoso, Vila Verde e Amares. O número de municípios com um índice de renovação inferior a 100 era de 82. Deste conjunto, importa destacar a presença de municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Barreiro, Oeiras, Lisboa, Odivelas e Cascais) e do Porto (Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Espinho, Maia e Gondomar) mas também capitais de distrito (Coimbra, Castelo Branco, Portalegre, Faro e Évora) [Figura II.22].



Índice de renovação da população em idade activa, por município, 2009

Figura II.22



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

À luz dos índices de envelhecimento e de longevidade, que confrontam grupos etários distintos da população residente, os territórios menos envelhecidos situavam-se nas regiões autónomas, na sub-região do Tâmega e na área metropolitana de Lisboa. Pelo contrário, o envelhecimento populacional afigurava-se mais intenso no Interior continental, sobretudo Norte e Centro. Os dados sugerem que esta dicotomia se reforçou ao longo da última década.

A relação de masculinidade para a população com 65 ou mais anos de idade tem-se conservado inferior face à relação de masculinidade para a população total, sugerindo uma associação negativa entre o envelhecimento e a relação de masculinidade.

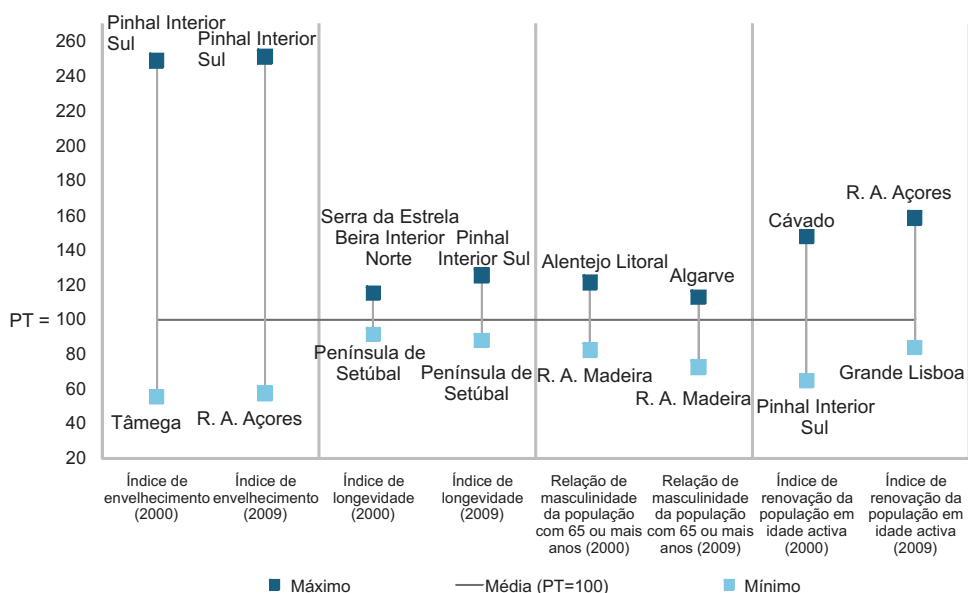


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

A capacidade de renovação da população em idade activa opõe as regiões autónomas e as sub-regiões do Ave, Cávado e Tâmega (maior capacidade) às áreas metropolitanas e à generalidade das capitais de distrito (menor capacidade), sugerindo dificuldades futuras na resposta à procura de trabalho por parte do tecido empresarial.

Indicadores de envelhecimento
(Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009

Figura II.23



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos.



II.3. O papel dos padrões de fecundidade e das novas dinâmicas familiares

Idade média ao primeiro casamento: Idade média das pessoas (nubentes) ao primeiro casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho: Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil

Índice sintético de fecundidade: Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento

Proporção de casamentos católicos: (Casamentos católicos / Total de casamentos celebrados) x 100

Proporção de casamentos com residência anterior comum: (Casamentos celebrados com residência anterior comum / Total de casamentos celebrados) x 100

Proporção de mulheres com o ensino superior na população total feminina: (Número de mulheres com o ensino superior / Total da população feminina) x 100

Proporção de mulheres em idade fértil na população residente feminina: [Número de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) / Número total de mulheres] x 100

Proporção de mulheres empregadas a tempo completo na população empregada feminina: (Número de mulheres empregadas a tempo completo / Número total de mulheres empregadas) x 100

Proporção de nados-vivos de mães adolescentes: (Número de nados-vivos de mães com idade inferior a 20 anos / Número total de nados-vivos) x 100

Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos: (Número de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos / Número total de nados-vivos) x 100

Proporção de nados-vivos fora de casamento: (Número de nados-vivos que não pertencem ao casamento / Número total de nados-vivos) x 100

Proporção de nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais: (Número de nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais / Número total dos nados-vivos fora do casamento) x 100

Proporção de nubentes cujo estado civil anterior era divorciado: (Número de nubentes cujo estado civil anterior era divorciado / Número total de nubentes) x 100

Relação de masculinidade: (População residente do sexo masculino / População residente do sexo feminino) x 100

Taxa bruta de divorcialidade: [Número de divórcios entre os momentos (t-1) e t / ((População no momento t + População no momento (t-1)) / 2)] x 1 000

Taxa bruta de nupcialidade: [Número de casamentos celebrados entre os momentos (t-1) e t / ((População no momento t + População no momento (t-1)) / 2)] x 1 000

Taxa de fecundidade geral: [Número de nados-vivos entre os momentos (t-1) e t / População média residente de mulheres entre os 15 e os 49 anos] x 1 000



Portugal tem vindo a assistir a uma diminuição da fecundidade, bem como à diversificação dos modelos familiares. Estas dinâmicas, aliadas ao aumento da escolaridade e à inserção da mulher no mercado de trabalho, podem influenciar a sustentabilidade demográfica, na medida em que podem agravar o custo de oportunidade de ter um filho o que, conjugado com o desenvolvimento das políticas de planeamento familiar, reduz a probabilidade de inversão a curto prazo do processo de envelhecimento demográfico pela via do saldo natural (Abreu e Peixoto, 2009). Simultaneamente, e em sentido contrário, diversos autores têm adiantado que o desdobramento familiar pode promover o reforço da natalidade, atribuindo, assim, ao divórcio um duplo sentido — a dissolução de um casamento mas também a possibilidade de constituição de uma nova família (Ferreira *et al.*, 2008; Rosa, 2002).

As tendências recentes da fecundidade

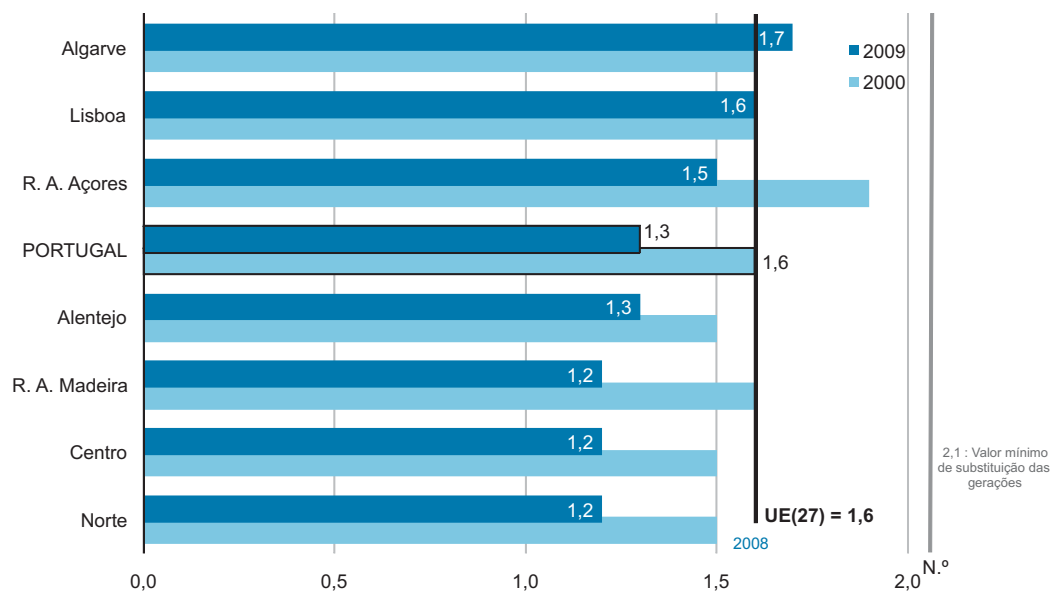
O comportamento que se observa em relação à fecundidade a partir dos anos 60 e 70, em Portugal, insere-se num conjunto de mudanças que têm sido lidas à luz da designação da *segunda transição demográfica* — esta designação surge concretamente em contraponto ao primeiro declínio identificado na segunda metade dos anos 20, ao qual se seguiu um período de relativa estabilidade deste fenómeno até à segunda metade do século XX. A segunda transição demográfica surge, assim, caracterizada pela diminuição acentuada da fecundidade (abaixo do limiar que, no plano de uma leitura demográfica, garante a substituição das gerações), pelo adiamento do casamento e dos nascimentos, a par do aumento da coabitação e dos nascimentos fora do casamento, bem como da intensificação do divórcio (Bandeira, 1996; Oliveira, 2008). Com efeito, ao longo das últimas décadas, observa-se uma queda acentuada da fecundidade. No espaço de aproximadamente 50 anos, o índice sintético de fecundidade em Portugal passou de 3,1 (em 1960) para 1,3 (em 2009), verificando-se uma redução em mais de metade do número médio de filhos nascidos por mulher em idade fértil. O ano de 1982 marca o momento em que deixou de ser possível assegurar a substituição de gerações¹⁵ e, para o ano de 2009, registou-se o valor mais baixo de sempre (1,3).

Ao nível regional, e tendo em conta as diferenças em termos do número médio de filhos por mulher em idade fértil entre os anos 2000 e 2009, verifica-se que o indicador se manteve abaixo do limite que assegura a substituição das gerações em todas as regiões do país. De igual forma, verifica-se que, para o hiato temporal considerado, a tendência de decréscimo da fecundidade é particularmente evidente nas regiões autónomas e nas regiões Norte e Centro. O Algarve é, por sua vez, a única região que revela um ligeiro aumento (de 1,6 para 1,7) e, para a região de Lisboa, observa-se a manutenção do número médio de filhos por mulher em torno de 1,6 [Figura II.24].

¹⁵ A leitura do índice sintético de fecundidade possibilita uma avaliação da capacidade dos diferentes contextos territoriais garantirem a substituição de gerações. Este valor corresponde a 2,1 crianças por mulher, assumindo saldos migratórios nulos e valores estáveis referentes à mortalidade.



Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009 | Figura II.24



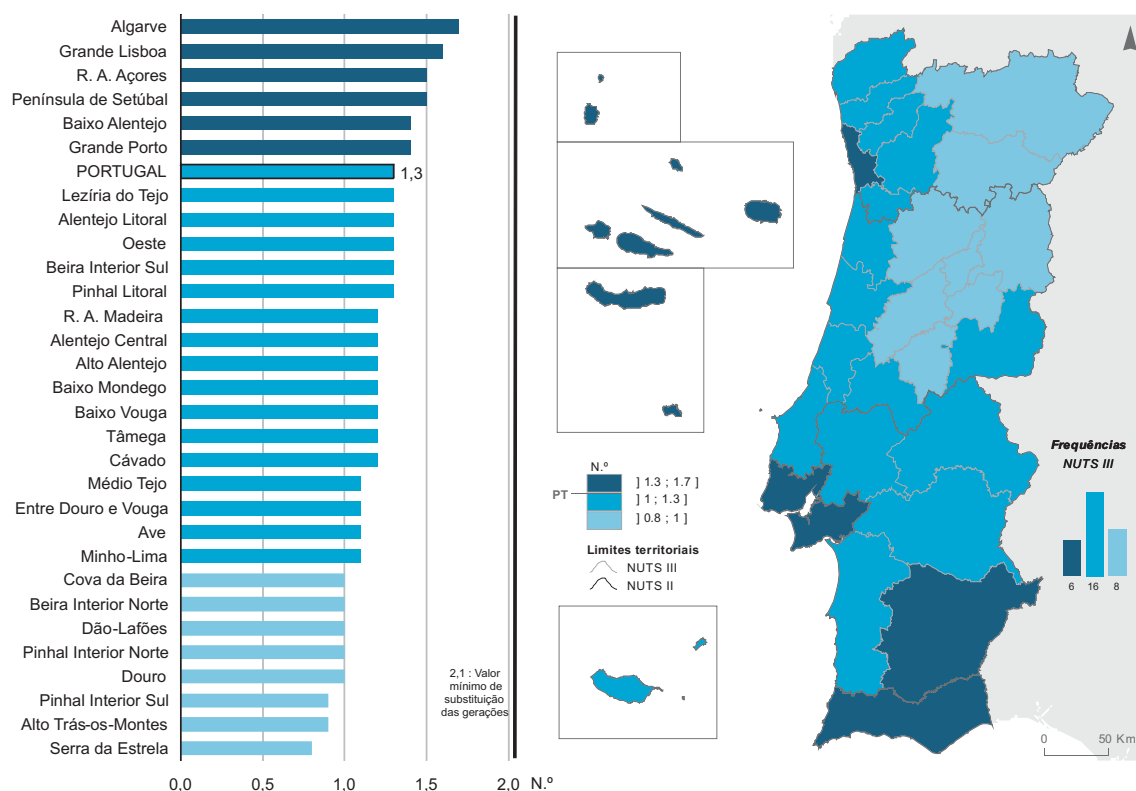
Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos. Eurostat.

Esta leitura pode ser reforçada ao nível das sub-regiões, onde se verifica igualmente que o índice sintético de fecundidade se encontra abaixo do valor crítico que garante a substituição das gerações em todas as NUTS III. O afastamento em relação a este valor, em 2009, era maior nas sub-regiões do Interior com destaque para a Serra da Estrela (0,8), o Alto Trás-os-Montes e o Pinhal Interior Sul (em ambos os casos, 0,9). Acima da média nacional, evidenciavam-se sub-regiões do Litoral do Continente — o Algarve (1,7), a Grande Lisboa (1,6), a Península de Setúbal (1,5) e o Grande Porto (1,4) — destacando-se ainda a Região Autónoma dos Açores e o Baixo Alentejo (1,5 e 1,4, respectivamente) [Figura II.25].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS III, 2009 | Figura II.25

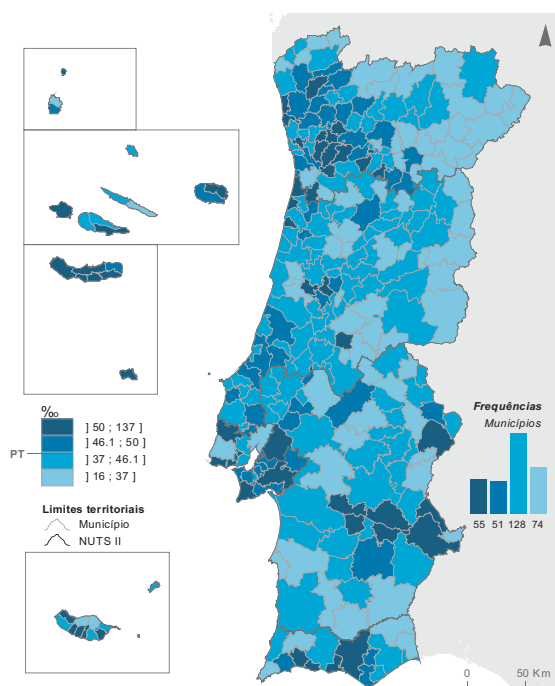


Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

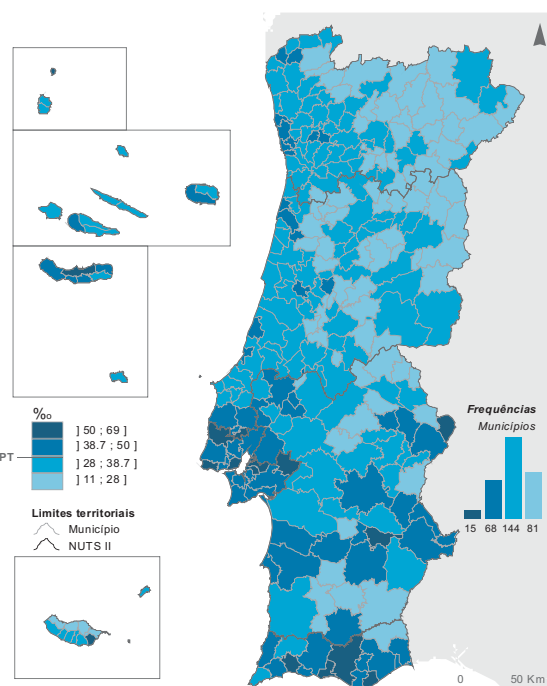
Para uma análise mais fina em termos territoriais, analisa-se, ao nível do município, a taxa de fecundidade geral [Figura II.26 e Figura II.27]. A leitura a partir deste indicador reforça a tendência de queda da fecundidade. De facto, apenas para 15% dos municípios se verifica uma variação positiva entre o ano de 2000 e 2009, o que significa que, para a maioria dos municípios (262 de um total de 308), se regista um decréscimo no número de filhos por mulher em idade fértil. Os municípios que, em 2009, mantinham os maiores valores da taxa de fecundidade geral, eram, nomeadamente, Corvo e Ribeira Grande (na Região Autónoma dos Açores), Cascais, Lisboa, Mafra, Alcochete e Montijo (na Grande Lisboa e Península de Setúbal), Vidigueira e Campo Maior (na região do Alentejo), Portimão, Albufeira, Loulé e Olhão (no Algarve), Santa Cruz (na Região Autónoma da Madeira) e Arruda dos Vinhos (no Oeste). O retrato em relação ao ano de 2009 reforça ainda a constatação de valores menos expressivos em relação ao número de filhos por mulher em idade fértil para os municípios do Interior Norte e Centro.



Taxa de fecundidade geral, por município, 2000 | Figura II.26



Taxa de fecundidade geral, por município, 2009 | Figura II.27



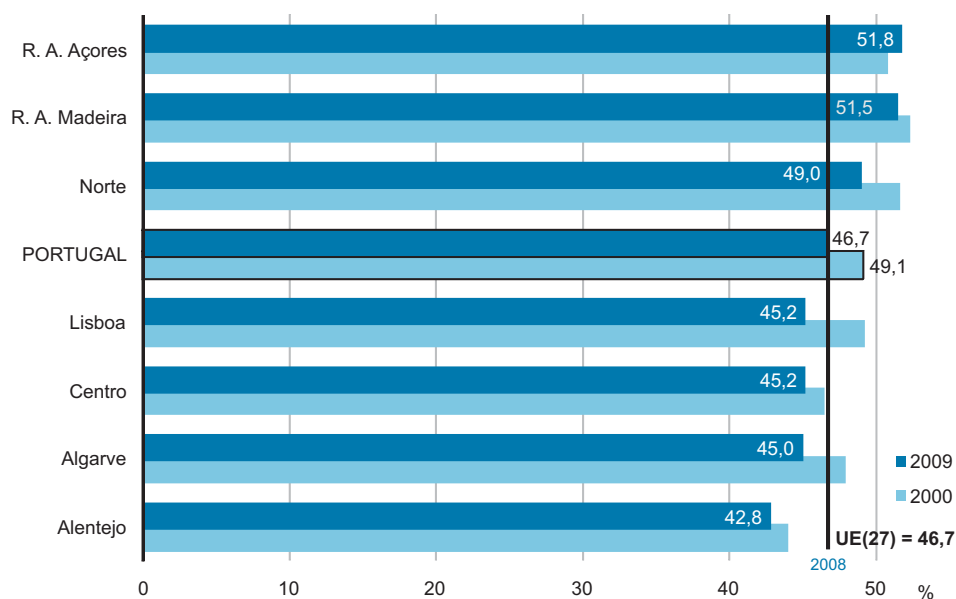
Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

A par das tendências observadas ao nível dos indicadores de fecundidade, importa igualmente avaliar se as alterações na estrutura etária da população têm contribuído para a perda de importância relativa do segmento populacional feminino em idade fértil — período que se situa entre os 15 e os 49 anos de idade —, e, em particular, daquele em que é mais provável a geração de filhos — entre os 20 e os 34 anos. Com efeito, a proporção de mulheres em idade fértil na população feminina residente está em persistente declínio desde o final da década de 90 (em 1997, era de 49,7% e, em 2009, de 46,7%), o que é provocado, a montante, pela diminuição da natalidade e da fecundidade, constituindo, igualmente, um factor indutor de dificuldades futuras de sustentabilidade demográfica.

O declínio que se observa para o contexto global de Portugal é igualmente reproduzido ao nível regional. Com excepção da Região Autónoma dos Açores — a única região do país que regista uma variação positiva —, a tendência que se observa nas restantes regiões assinala uma diminuição da população feminina em idade fértil entre 2000 e 2009, registando-se a maior redução na região de Lisboa, passando de 49,2%, em 2000, para 45,2%, em 2009. Apenas as regiões autónomas e a região Norte mantinham, no ano mais recente, valores acima da média nacional e da UE27 [Figura II.28].



Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) na população residente feminina, Portugal e NUTS II, 2000-2009 Figura II.28

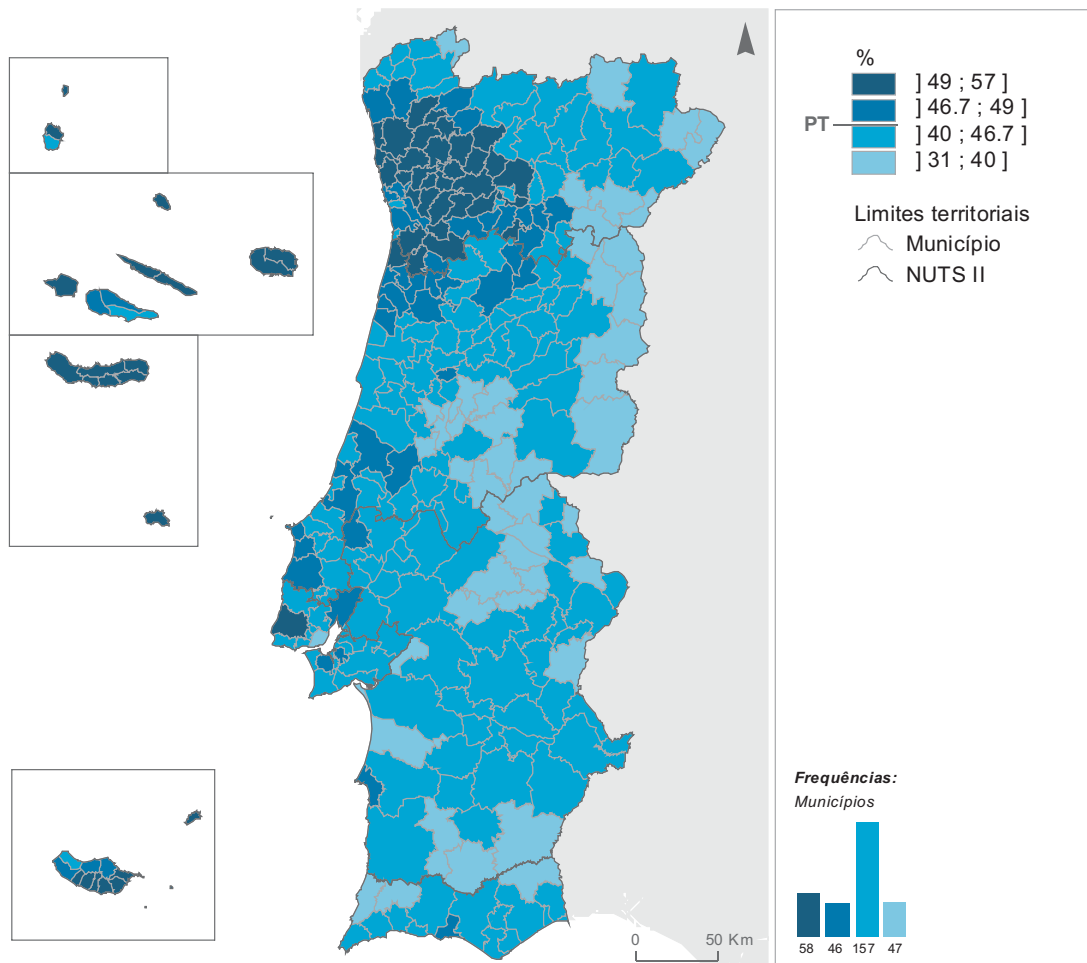


Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos. Eurostat.

Uma maior desagregação geográfica, designadamente ao nível do município, permite complementar e reforçar a análise. De facto, em 2009, os municípios que registavam uma proporção mais elevada de mulheres em idade fértil, face ao total de população residente feminina, pertenciam às regiões autónomas dos Açores (com destaque para Lagoa, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande) e da Madeira (especialmente, em Câmara de Lobos e Machico). Contudo, é o município do Corvo que assinala a maior variação positiva do país entre 2000 e 2009 (de 48,5% para 53,7%). A espacialização da proporção de mulheres em idade fértil salienta, para além dos municípios das regiões autónomas, os municípios circundantes da área metropolitana do Porto, bem como os pertencentes à sub-região do Tâmega, como Lousada, Paredes, Felgueiras e Penafiel, que detinham, em 2009, os valores mais elevados relativamente a este indicador. No pólo oposto, Idanha-a-Nova e Alcoutim são os municípios com a proporção mais baixa de mulheres em idade fértil (em ambos os casos, 31,2%) face ao total de população residente feminina. Com efeito, observa-se um padrão de menor incidência de população feminina em idade fértil em municípios que se concentram em sub-regiões do Interior continental, especialmente em municípios da sub-região da Beira Interior Sul (Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão), do Pinhal Interior Sul e no Pinhal Interior Norte (Oleiros, Mação, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande) e do Alto Alentejo (Nisa, Gavião e Crato) [Figura II.29]. Este facto não será indiferente à tendência de envelhecimento da população portuguesa, principalmente no que toca à residente no Interior do Continente.



Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) na população residente feminina, por município, 2009 Figura II.29



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

Ao nível regional, entre 2000 e 2009, observa-se a manutenção da tendência de declínio do índice sintético de fecundidade abaixo do limite que garante a substituição das gerações, para os diferentes contextos territoriais, constituindo o Algarve a única região que, em 2009, contraria esta tendência, detendo também o valor mais elevado do país. Os comportamentos verificados nos municípios, e tendo como base a taxa de fecundidade geral, corroboram esta leitura.

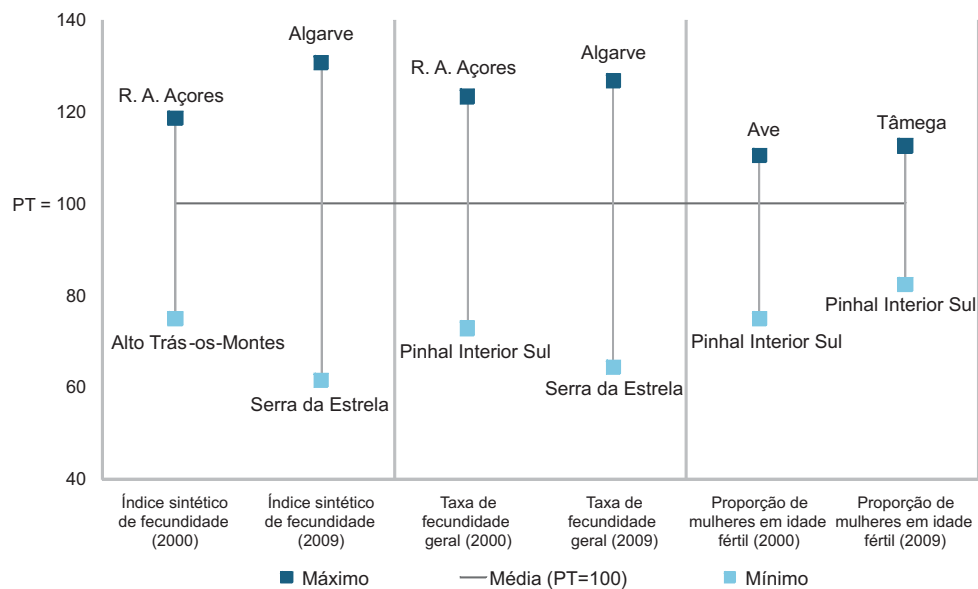
Adicionalmente, a queda da fecundidade, e não descurando a tendência de envelhecimento da população, encontra-se reflectida no declínio que se observa ao nível da proporção de mulheres em idade fértil. A análise ao nível dos diferentes contextos municipais colocou em evidência que é no Interior do Continente que se regista uma menor incidência da



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

população feminina em idade fértil (Beira Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Alto Alentejo); em contrapartida, as regiões autónomas e a sub-região do Tâmega apresentavam os valores mais elevados. A Região Autónoma dos Açores revela, por sua vez, um incremento da população feminina em idade fértil no período temporal em análise.

Indicadores de fecundidade (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009 Figura II.30



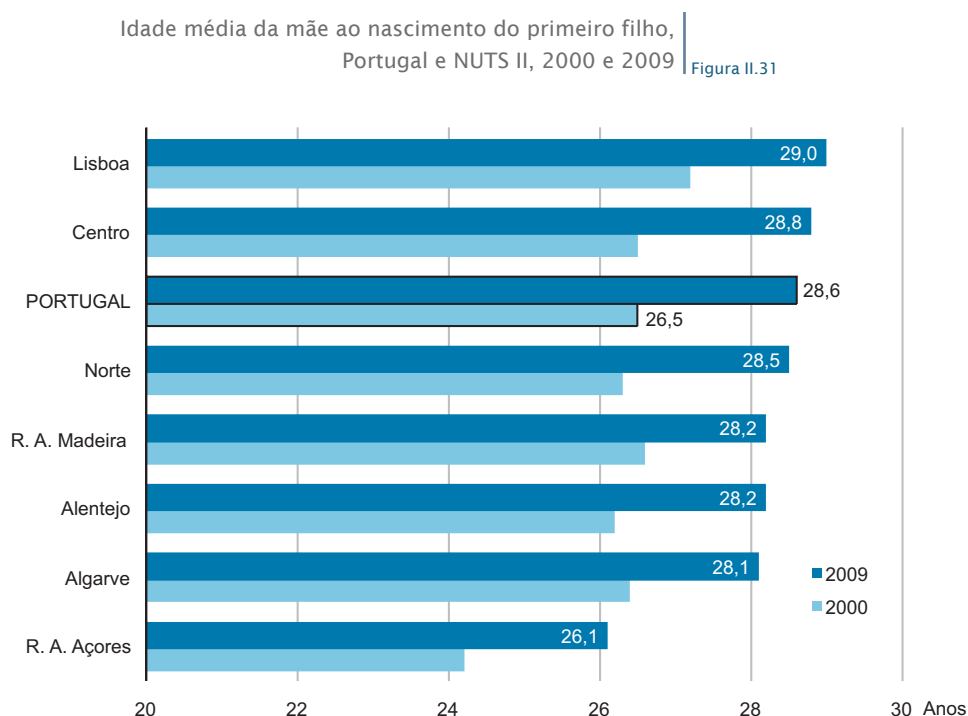
Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.



As idades da fecundidade

A queda acentuada da fecundidade que se tem vindo a registar globalmente no território nacional encontra-se a par da tendência de adiamento da fecundidade. A transição para a parentalidade tende a acontecer cada vez mais tarde no percurso de vida dos indivíduos (Ferreira e Nunes, 2010) e tal tem directamente impacto no momento em que este evento acontece ao longo do período feminino de fertilidade, reflectindo-se num potencial aumento da maternidade tardia.

O comportamento no que respeita aos calendários de fecundidade apresenta-se, entre 2000 e 2009, num sentido homogéneo de aumento de dois anos da idade média das mulheres aquando do nascimento do primeiro filho nas sete regiões do país [Figura II.31]. Contudo, uma análise mais detalhada coloca em evidência alguns contrastes. Assim, o nascimento do primeiro filho acontece mais tarde para as mulheres residentes na região de Lisboa (em média aos 29 anos de idade, em 2009), ao passo que a Região Autónoma dos Açores se mantém, entre 2000 e 2009, como a região do país onde este evento acontece comparativamente mais cedo (aos 24 e 26 anos, respectivamente).



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

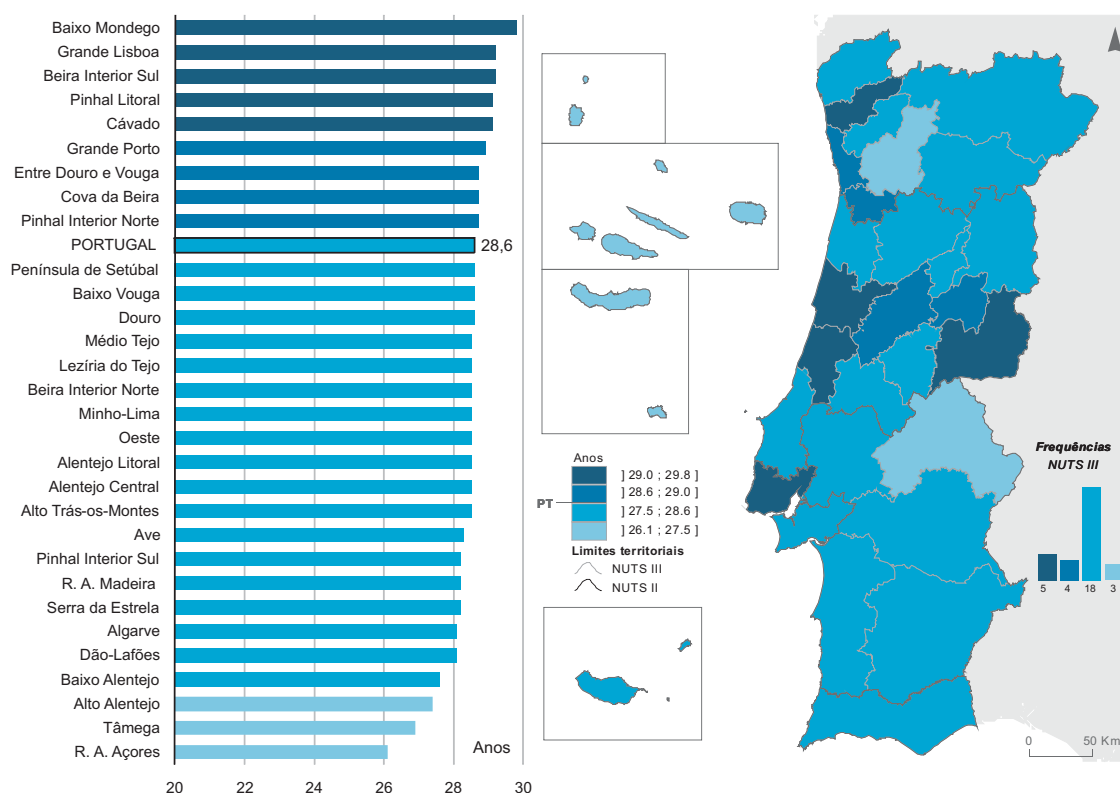


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Importa, contudo, salientar que, para algumas sub-regiões, com destaque para o Baixo Mondego, mas também para a Grande Lisboa, a Beira Interior Sul, o Pinhal Litoral e o Cávado, este adiamento apresenta-se, em 2009, muito próximo da fronteira dos 30 anos de idade [Figura II.32].

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho,
Portugal e NUTS III, 2009

Figura II.32



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

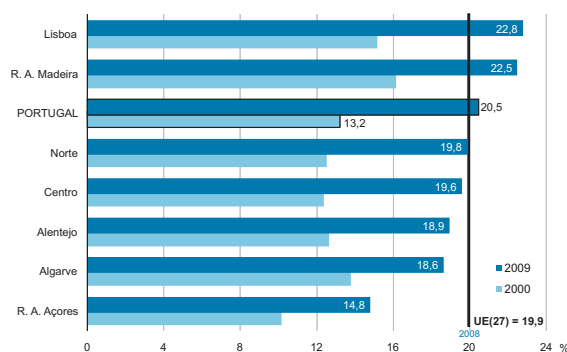
Considerando também os nascimentos por idade da mãe, é possível obter um indicador que coloca em evidência os nascimentos que ocorrem nas idades mais tardias do período de fecundidade feminino. A maternidade tardia (mães com idade igual ou superior a 35 anos) tem vindo a registar um aumento desde o início da década de 90 (Almeida *et al.*, 2002; Cunha, 2007), observando-se a manutenção e intensificação dessa tendência entre os anos 2000 e 2009, por via de um aumento de sete pontos percentuais, passando de 13,2% para 20,5%. Por comparação, a maternidade precoce (mães adolescentes, com idade inferior a 20 anos) apresenta-se em declínio, registando inclusivamente para o ano de 2009 um valor que não alcança os 5%, enquanto, em 2000, era de 6,2%.



Desagregando estes indicadores ao nível das regiões NUTS II, e retratando os valores observados em 2000 e 2009, constata-se um aumento da maternidade tardia nas sete regiões do território nacional, sendo este particularmente notório nas regiões de Lisboa, Norte e Centro [Figura II.33]. Em relação à maternidade precoce, os dados apontam para um padrão inverso, por via de um decréscimo da proporção de nascimentos de mães adolescentes em todas as regiões [Figura II.34].

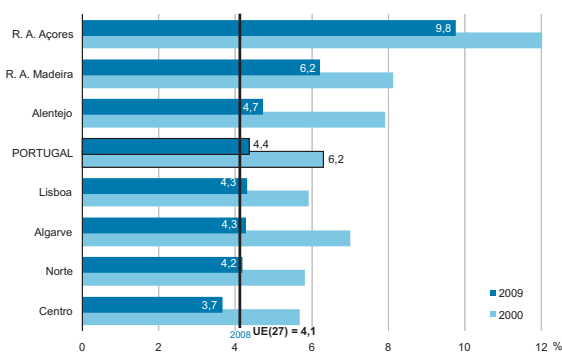
Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.33



Proporção de nados-vivos de mães adolescentes, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.34



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos. Eurostat.

Importa destacar que a proporção de nascimentos de mães com idade igual ou superior a 35 anos era, em 2009, mais elevada na região de Lisboa e na Região Autónoma da Madeira (22,8% e 22,5%, respectivamente). Este resultado não será indiferente às elevadas proporções de mulheres com ensino superior e à participação intensiva das mulheres no mercado de trabalho. Com efeito, para além de se registar um aumento da proporção de mulheres com ensino superior em todas as regiões do território, a região de Lisboa assinala também em 2009 o valor mais elevado (15%), ocupando o Algarve e a Região Autónoma da Madeira as posições imediatamente a seguir (11% e 10%, respectivamente) [Figura II.35]. A região do Algarve apresenta também, em 2009, a proporção mais elevada de mulheres a trabalhar a tempo completo (92%), à qual se segue a região do Alentejo (91%), a Região Autónoma dos Açores (89%) e de Lisboa (88%). A Região Autónoma da Madeira assinala o acréscimo mais acentuado, de 75%, em 2000, para 86%, em 2009 [Figura II.36].

Assim, e de um ponto de vista sociológico, é importante considerar que a questão da sustentabilidade demográfica se encontra igualmente alicerçada noutras mudanças ao nível das tendências de modernização da sociedade portuguesa que se podem contextualizar ao nível de paradigmas como o da individualização (Beck e Beck-Gernsheim, 2002) e o da crescente flexibilização e destandardização do curso de vida (Heinz e Krüger, 2001), que traduzem o prolongamento dos percursos escolares, o investimento ao nível das carreiras profissionais, mas também a prossecução de objectivos e percursos de vida menos institucionalizados e mais individualizados.

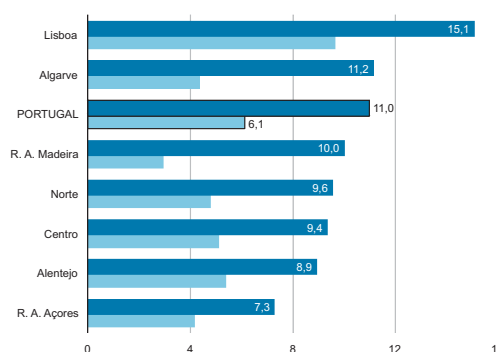


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

No que diz respeito às mulheres, tal reflecte-se na sua crescente participação no mercado de trabalho. Em Portugal, esta é uma participação que se poderá designar *extensiva*, por via da elevada taxa de actividade feminina, e *intensiva*, por via do exercício de uma profissão maioritariamente a tempo inteiro.

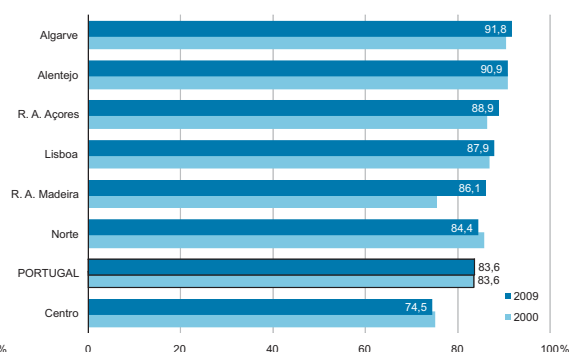
Proporção de mulheres com ensino superior na população total feminina, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.35



Proporção de mulheres a trabalhar a tempo completo na população empregada feminina, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.36



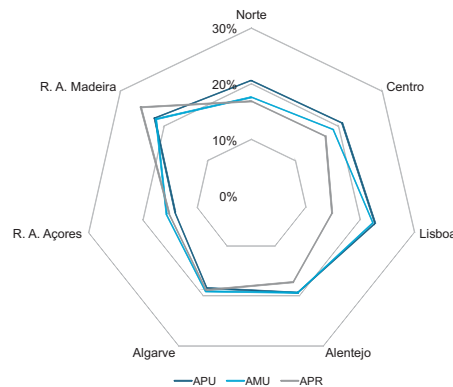
Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego.

Neste sentido, contextos territoriais mais urbanizados, onde é expectável que estas mudanças que caracterizam actualmente o percurso de vida dos indivíduos sejam mais notórias (Ferrão, 2002; Wall e Aboim, 2003), poderão ver agravada a tendência de adiamento dos nascimentos e por consequência, assinalar uma maior incidência da maternidade tardia. Partindo da tipologia de áreas urbanas (TIPAU) de 2009, que distingue áreas predominantemente urbanas (APU), áreas mediantemente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR), observa-se que, regionalmente, a proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, em 2009, era comparativamente menor nas APR, com excepção da Região Autónoma da Madeira. Nas restantes regiões do país, a proporção de nascimentos no período fecundo mais tardio era uma realidade com maior expressão nas APU e AMU, destacando-se as regiões do Norte, Centro e Lisboa, onde a proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos era mais elevada nas APU [Figura II.37 e Figura II.38]. No que respeita, à maternidade precoce, o padrão inverte-se. Em 2009, esta era mais expressiva nas APR, excepto na Região Autónoma dos Açores e no Algarve, que detinham uma proporção de mães adolescentes mais elevada nas APU (11%) e nas AMU (6%), respectivamente.



Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, segundo o local de residência da mãe (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2009

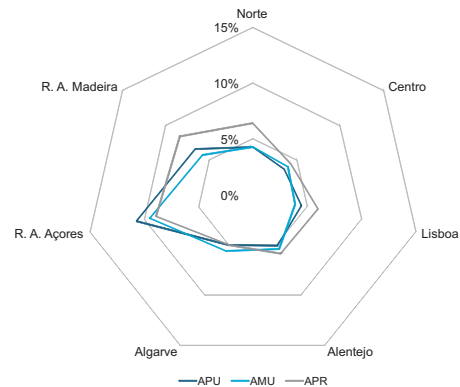
Figura II.37



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes, segundo o local de residência da mãe (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2005-2009

Figura II.38



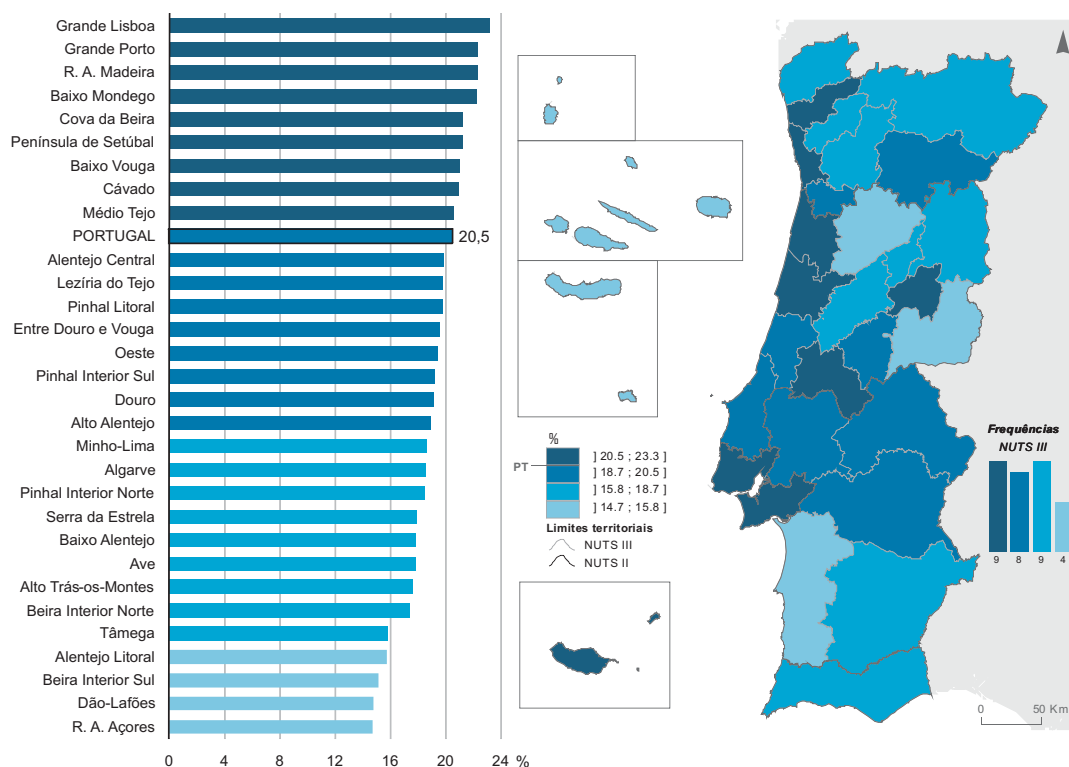
Complementarmente, a análise ao nível das sub-regiões NUTS III permite verificar um padrão territorial que destaca, para o ano de 2009, valores mais expressivos da maternidade tardia para o contexto das sub-regiões que concentram os principais pólos urbanos do país: a Grande Lisboa (23,2%) e o Grande Porto (22,3%). Para além da Região Autónoma da Madeira, é importante também salientar as sub-regiões do Litoral do Continente onde se tem vindo a registar um crescente aumento de nascimentos de mães com 35 ou mais anos: o Baixo Mondego, a Península de Setúbal, o Baixo Vouga, o Cávado e o Médio Tejo. A Região Autónoma dos Açores, assim como as sub-regiões do Dão-Lafões e da Beira Interior Sul, apesar de globalmente registarem um aumento entre 2000 e 2009, apresentavam, comparativamente, os valores mais baixos no que respeita à maternidade tardia em 2009 (14,8% e 15,2%, respectivamente). Concretamente, no caso da Região Autónoma dos Açores e, tendo em conta o comportamento observado em relação aos outros indicadores demográficos, este resultado é congruente com o facto de esta constituir a região do país onde a transição para a parentalidade tende a acontecer, em média, mais cedo [Figura II.39].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, por NUTS III, 2009

Figura II.39



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

Os calendários de fecundidade, entre 2000 e 2009, confirmam a tendência de adiamento do nascimento do primeiro filho para os diferentes contextos regionais, destacando-se sub-regiões que se localizam no Litoral, incluindo as que concentram os principais pólos urbanos, onde esta transição se aproximou, em 2009, da fronteira dos 30 anos de idade.

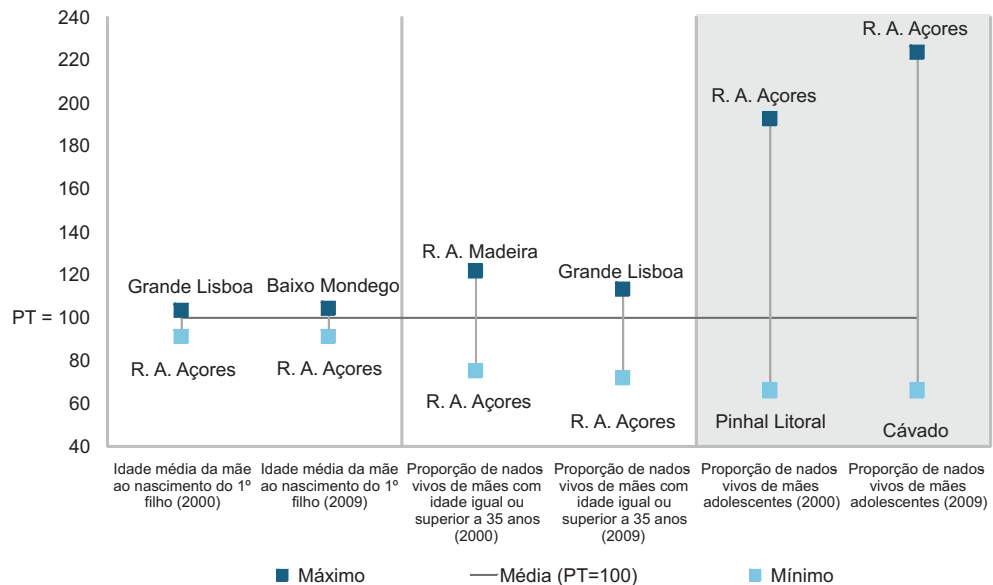
É também na Grande Lisboa e no Grande Porto que se assinalam, em 2009, os valores mais expressivos relativamente às parcelas de nascimentos que ocorrem no período feminino fecundo mais tardio. Estas revelam-se também mais elevadas em territórios mais urbanizados, principalmente nas regiões Norte, Centro e Lisboa. Por outro lado, e apesar de não contrariar a tendência global de adiamento, a transição para a parentalidade acontece, em média, mais cedo na Região Autónoma dos Açores, mantendo esta região, em 2009, os valores mais baixos de maternidade tardia.

Os cenários que se observam não serão indiferentes às mudanças que se têm vindo a operar na sociedade portuguesa ao nível dos percursos de vida dos indivíduos, nomeadamente no plano escolar e profissional.



Indicadores das idades da fecundidade
(Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009

Figura II.40



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Nados-vivos.

A formalização das conjugalidades

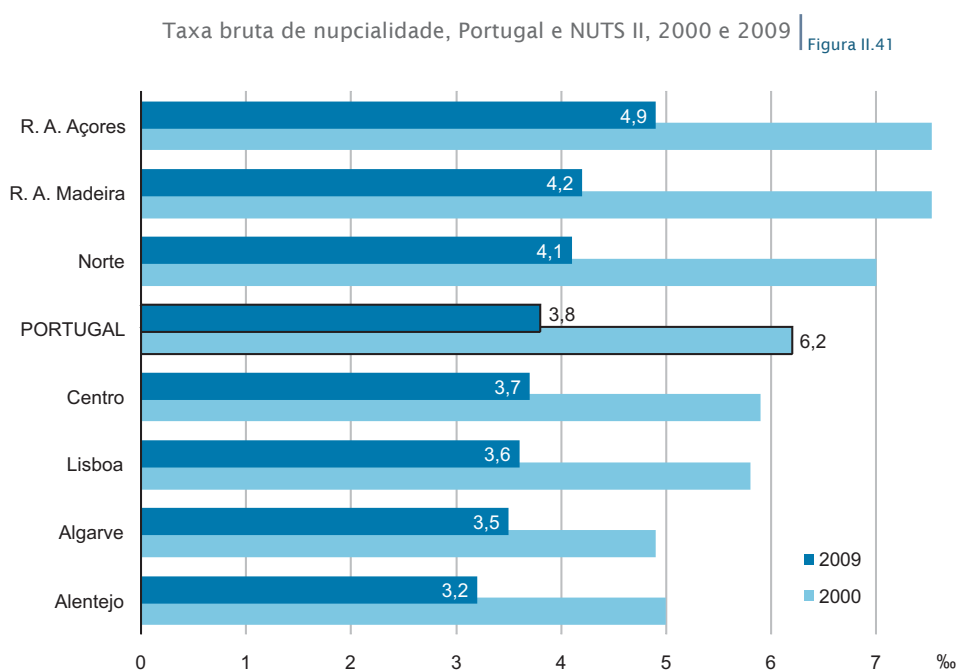
As tendências observadas ao nível do adiamento do nascimento do primeiro filho (adiamento da transição para a parentalidade) e da diminuição da fecundidade encontram-se a par das mudanças que se têm vindo a operar ao nível dos modelos familiares no sentido da sua crescente diversificação (Wall, 2005; Aboim, 2006) e, em particular, ao nível da diminuição da formalização das conjugalidades por via do casamento, com especial incidência na sua forma de celebração religiosa (Lalanda, 2002), sendo esta transição crescentemente mais tardia ao longo do ciclo de vida (em particular, no que respeita ao primeiro casamento) e mais informal, por via das uniões de facto (Leite, 2003). Concretamente, no que reporta à conjugalidade e à sua formalização por casamento, observa-se uma diminuição do número de casamentos celebrados ao longo das últimas décadas, principalmente após a Revolução de 1974, que, em contraponto, tem sido acompanhada por um aumento contínuo do número de dissoluções matrimoniais por divórcio (Rosa, 2002)¹⁶.

A partir da taxa bruta de nupcialidade, que permite estabelecer a relação entre o número de casamentos e a população média residente para um determinado período, observa-se uma diminuição do número de casamentos celebrados por mil habitantes, sendo que para o território

¹⁶ O ano de 1975 assinala o período a partir do qual a dissolução de casamentos católicos passou igualmente a ser possível através do divórcio, por via de um protocolo adicional à Concordata (inicialmente celebrada entre o Estado português e a Santa Sé em 1940).



nacional este valor desce de 6,2‰ para 3,8‰, entre 2000 e 2009, correspondendo ao mais baixo registado no período em análise. Para o ano de 2009, e apesar do acentuado decréscimo, apenas as regiões autónomas e a região Norte continuavam a apresentar taxas de nupcialidade superiores ao valor médio nacional [Figura II.41].



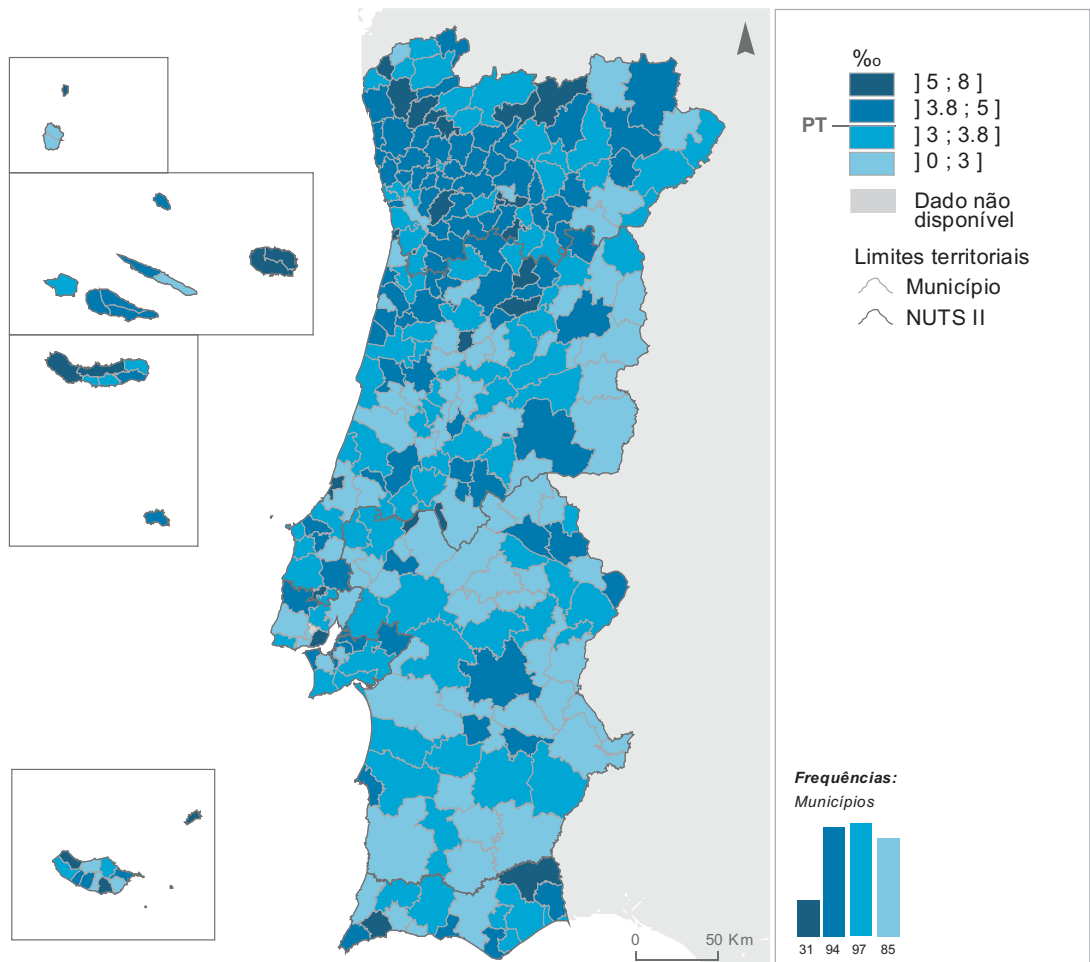
Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

A tendência de decréscimo da taxa de nupcialidade verifica-se também ao nível municipal, registando-se, entre 2000 e 2009, um decréscimo do número de casamentos por mil habitantes em cerca de 93% dos municípios¹⁷. Em 2009, é possível observar uma polarização no Continente entre os municípios de sub-regiões situadas no Norte e no Centro comparativamente com os localizados a Sul, nomeadamente nas sub-regiões do Alentejo. Assim, observam-se taxas de nupcialidade mais elevadas em municípios de sub-regiões como o Douro (Peso da Régua, Mesão Frio e Tarouca), Minho-Lima (no contínuo formado por Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima, Vila Verde, Amares e Póvoa do Lanhoso), Alto Trás-os-Montes (Boticas e Chaves) e Dão-Lafões (Mangualde, Sátão e Santa Comba Dão). Por contraponto, o número de casamentos por mil habitantes revela-se, comparativamente, menor em municípios das sub-regiões do Alentejo Central (Mourão, Alandroal e Redondo), Alto Alentejo (Avis, Nisa e Fronteira), Baixo Alentejo (Aljustrel e Barrancos) e ainda na região do Algarve, com destaque para Aljezur e Lagoa. Nas regiões autónomas, os municípios do Funchal, Porto Santo e Porto Moniz, na Madeira, e de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Vila da Praia da Vitória, nos Açores, detinham as taxas de nupcialidade mais elevadas [Figura II.42].

¹⁷ Não há dados disponíveis, para o ano de 2000, para os municípios de Trofa, Vizela e Odivelas, e, para o ano de 2009, para o município de Odivelas.



Taxa bruta de nupcialidade, por município, 2009 | Figura II.42



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

Nota: O município de Odivelas não apresenta valores para o ano de 2009. A inexistência de dados deve-se ao facto de não estar instalada a Conservatória do Registo Civil naquele município.

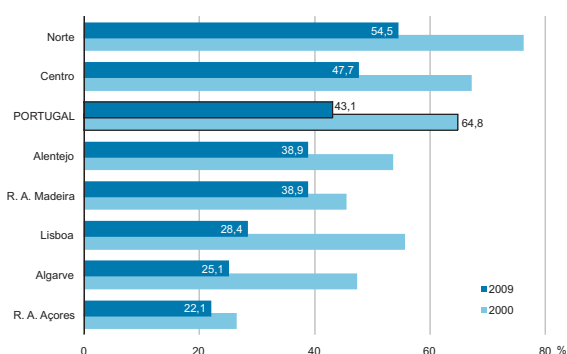
No âmbito da conjugalidade e da sua formalização por casamento, é importante destacar a relevância da sua vertente religiosa a partir da proporção de casamentos católicos celebrados. Com efeito, observa-se um decréscimo da proporção de matrimónios celebrados por esta via entre 2000 e 2009 (de 64,8% para 43,1%, respectivamente). O ano de 2007 marca, efectivamente, uma inversão no que respeita ao tipo de celebração matrimonial maioritária: se até este ano a proporção de casamentos católicos se apresentava superior à proporção de casamentos exclusivamente civis, em 2007 e nos anos subsequentes, a maioria dos nubentes optou por uma celebração de natureza unicamente civil.



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

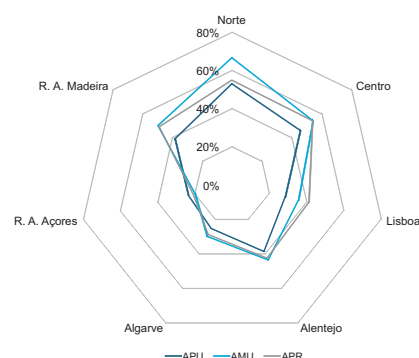
A proporção de casamentos católicos celebrados entre 2000 e 2009 registou um decréscimo em todas as regiões do país, destacando-se neste domínio o Algarve e Lisboa (com decréscimos de 27 e 22 pontos percentuais, respectivamente) [Figura II.43]. Contudo, e apesar da tendência geral, a região Norte tem assinalado ao longo da última década a proporção mais elevada de celebrações matrimoniais católicas. Em 2009, apesar de continuar a constituir a região onde a proporção de casamentos católicos era mais expressiva (54,5%), observa-se uma aproximação entre os valores referentes ao casamento religioso e ao casamento exclusivamente civil para esta região.

Proporção de casamentos católicos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009 | Figura II.43



Fonte: INE, I.P., Casamentos.

Proporção de casamentos católicos, segundo o local de residência futura dos cônjuges (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2009 | Figura II.44



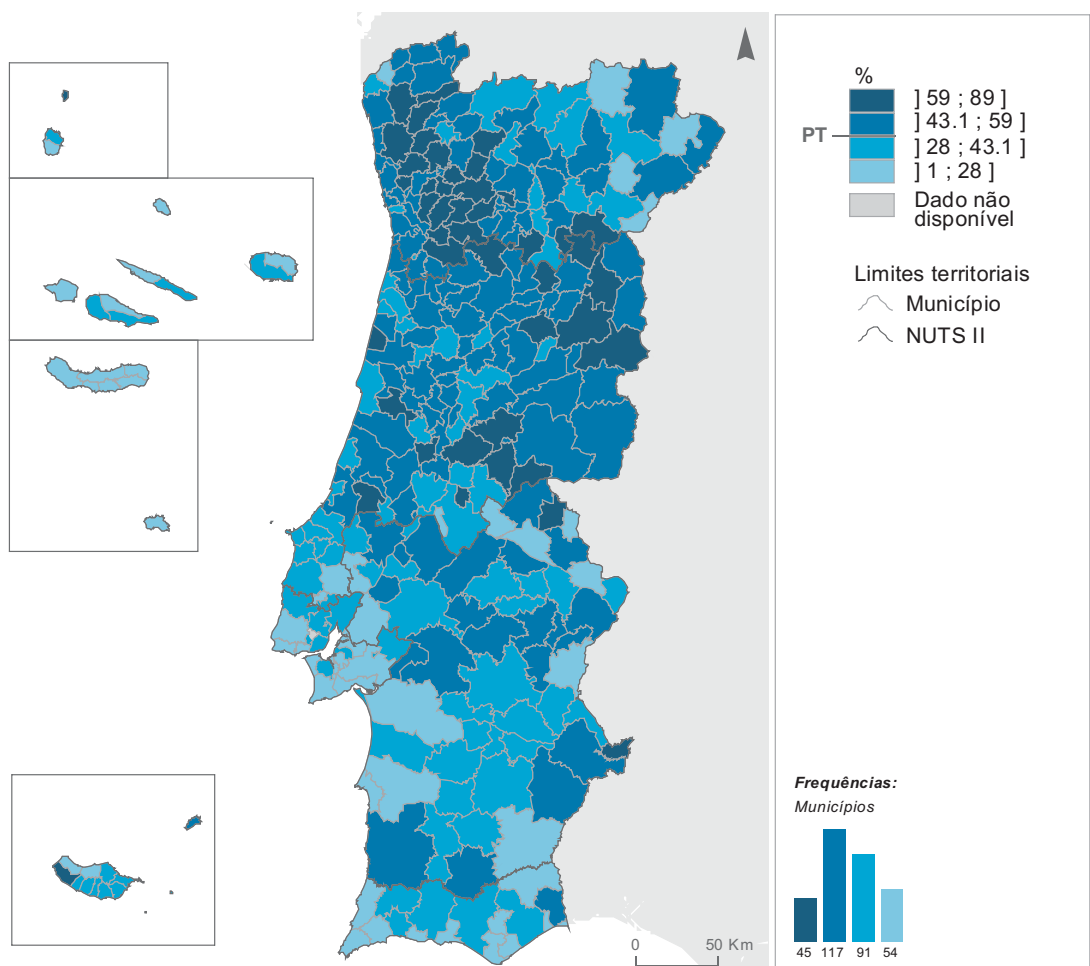
Por outro lado, a partir da TIPAU, constata-se que, em 2009, com exceção da Região Autónoma dos Açores, a proporção de casamentos católicos era comparativamente menor nas APU. Contudo, enquanto na região de Lisboa esta preferência era maior nos nubentes residentes em APR, seguidos dos residentes nas AMU, na região Norte, assim como no Algarve, no Alentejo e na Região Autónoma da Madeira, embora nestas últimas de forma menos expressiva, a proporção de casamentos católicos apresentava-se superior nas AMU [Figura II.44].

O enfoque ao nível do município salienta a transversalidade da tendência de decréscimo de celebrações matrimoniais católicas, verificando-se que, para a generalidade dos municípios (86%), a proporção de casamentos celebrados por esta via diminuiu, entre 2000 e 2009. A ilustração territorial que se obtém a partir da Figura II.45 permite salientar que, apesar da tendência de menor atractividade da população portuguesa pelo casamento católico globalmente observada no território nacional, continua a ser possível registar alguns contrastes territoriais, que confrontam, especialmente, o Norte e o Centro Interiores, e o Sul do Continente. Assim, em 2009, a proporção de casamentos católicos apresentava especial expressão em municípios das sub-regiões da Beira Interior Norte (Meda, Pinhel, Guarda e Sabugal), Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul (Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Sertã e Oleiros), e num conjunto de municípios que atravessa as sub-regiões do Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Douro (começando em Ponte de



Lima, Ponte da Barca, Vila Verde, Barcelos, passando por Amares, Póvoa do Lanhoso, Lousada, Baião, Marco de Canaveses, Cinfães e terminando em Sernancelhe, Penedono e Vila Nova de Foz Côa). No pólo oposto, a proporção de casamentos católicos era menor em municípios do Algarve (particularmente, Alcoutim, Vila do Bispo, Aljezur, Lagos e Albufeira), na Península de Setúbal (Sesimbra, Setúbal, Palmela, Alcochete, Moita e Barreiro) e no Alentejo (Gavião, Crato, Marvão, Arronches, Mértola, Sines, Santiago do Cacém e Alcácer do Sal), destacando-se, ainda, alguns municípios da Região Autónoma dos Açores (sobretudo Nordeste, Vila da Praia da Vitória e Povoação).

Proporção de casamentos católicos, por município, 2009 Figura II.45



Fonte: INE, I.P., Casamentos.

Nota: O município de Odivelas não apresenta valores para o ano de 2009. A inexistência de dados deve-se ao facto de não estar instalada a Conservatória do Registo Civil.

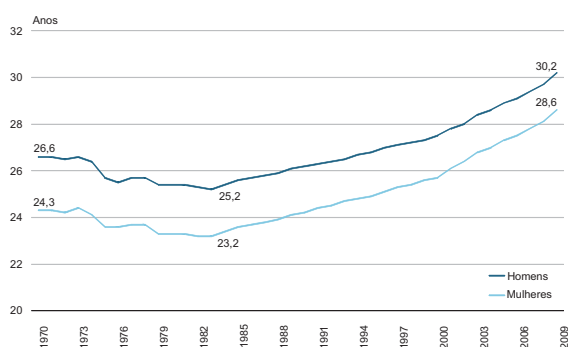


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

O panorama actual no que reporta à conjugalidade, e nomeadamente no que diz respeito à sua forma institucionalizada, reflecte ainda a questão do crescente adiamento deste evento ao longo do curso de vida dos indivíduos. Apesar da idade média ao primeiro casamento ser diferente para os homens e para as mulheres, concretamente tendo o casamento lugar, em média, mais tarde para os primeiros do que para as segundas, os resultados para o contexto global do país revelam um persistente adiamento desta transição para ambos os sexos especialmente a partir da década de 1980.

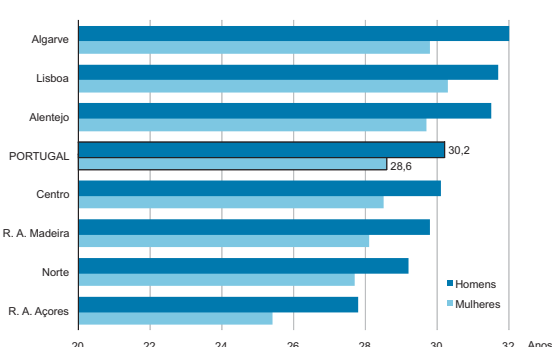
Com efeito, entre 1970 e 2009, o primeiro casamento passou a ter lugar, em média, quatro anos mais tarde, sendo, contudo, de destacar que, no caso dos homens, a idade média ao primeiro casamento em 2009 ultrapassava já a fronteira dos 30 anos de idade [Figura II.46]. A desagregação ao nível da NUTS II, em 2009, permite constatar que essa fronteira é igualmente transposta no caso dos homens residentes nas regiões do Algarve, Lisboa e Alentejo, onde a idade média ao primeiro casamento se aproximava dos 32 anos de idade. Por outro lado, as mulheres, e apesar de para estas o primeiro casamento ainda acontecer em média mais cedo — constituindo este um resultado verificado em todas as regiões do país — acompanham o padrão regional que se observa para os homens no que respeita às regiões onde este evento acontece em média, comparativamente, mais tarde. Contudo, e à semelhança do que se observou em relação à parentalidade (nascimento do primeiro filho), também o primeiro casamento acontece em média mais cedo para a população residente na Região Autónoma dos Açores, tanto em relação às mulheres como aos homens: aos 25 e 28 anos, respectivamente [Figura II.47].

Idade média ao primeiro casamento, Portugal, 1970-2009 **Figura II.46**



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

Idade média ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2009 **Figura II.47**



Apesar da transversalidade dos resultados, em 2009 observa-se um padrão que contrasta as sub-regiões localizadas no Litoral Centro e Sul do Continente, nomeadamente a partir da Lezíria do Tejo até ao Algarve, com as situadas no Norte do Continente e, ainda, com a Região Autónoma dos Açores. Assim, esta transição é efectuada mais tardiamente no percurso de vida tanto de homens como de mulheres residentes nas sub-regiões do Alentejo Litoral, do Alentejo Central,

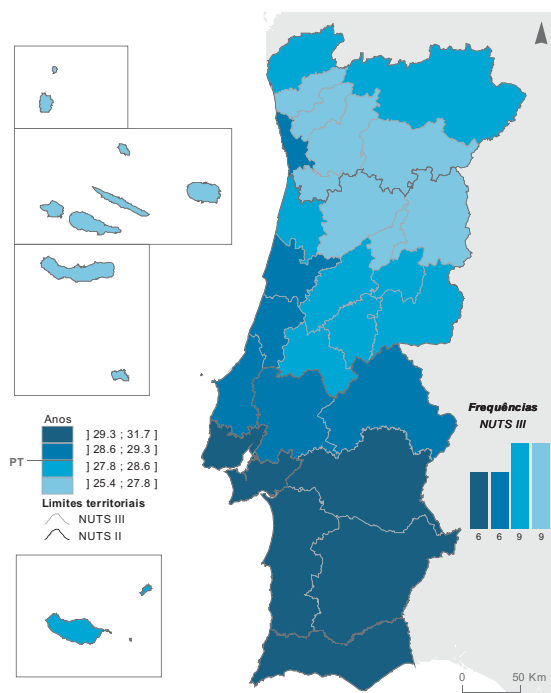


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

da Grande Lisboa e do Algarve. Com efeito, em 2009, o Alentejo Litoral constituía a sub-região onde o primeiro casamento, tanto no caso da população masculina como da feminina, acontecia em média mais tardiamente, aos 34 e 32 anos, respectivamente. Por outro lado, é na Região Autónoma dos Açores e nas sub-regiões localizadas no Norte e no Centro (especialmente nas sub-regiões do Tâmega, Ave, Cávado, Dão-Lafões, Entre Douro e Vouga, Douro, Serra da Estrela e Beira Interior Norte) que, em média, este evento acontece mais cedo [Figura II.48 e Figura II.49].

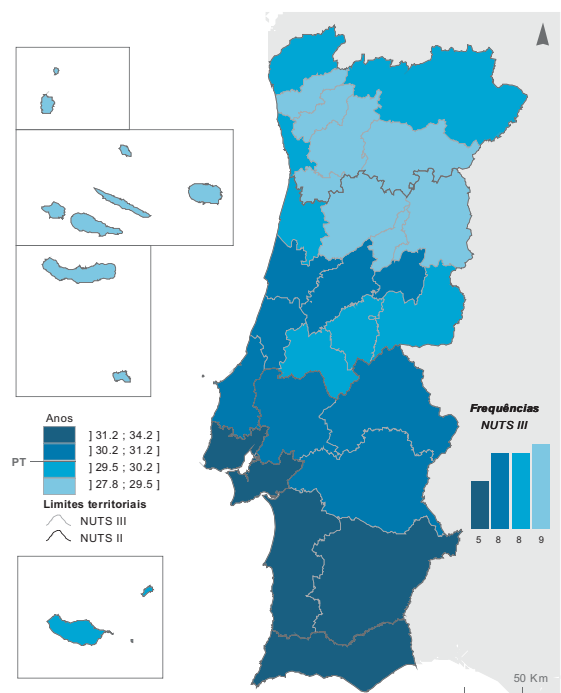
Idade média da mulher ao primeiro casamento, por NUTS III, 2009

Figura II.48



Idade média do homem ao primeiro casamento, por NUTS III, 2009

Figura II.49



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

O período prévio de vida a dois é considerado cada vez mais como uma etapa fundamental para consolidar a decisão do casamento (Aboim, 2010). De facto, a proporção de casamentos com residência anterior comum dos nubentes tem vindo a ganhar expressão no contexto global do território nacional. Se, em 2000, apenas 13% dos casamentos celebrados eram caracterizados por residência prévia comum, em 2009 esse valor aumentou para 39%: 31% nos casamentos exclusivamente civis e 8% nos casamentos católicos.

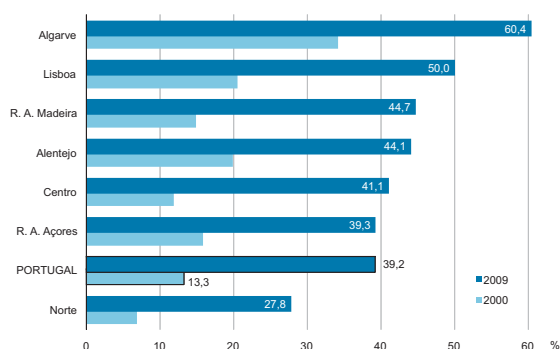
Ao nível regional, em 2009, a proporção de casamentos com residência anterior comum era maior na região do Algarve (60,4%), seguindo-se a região de Lisboa e a Região Autónoma da Madeira; a região do Norte detinha, comparativamente, a menor proporção (27,8%) — a mesma posição que já ocupava em 2000 [Figura II.50].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Proporção de casamentos com residência anterior comum, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

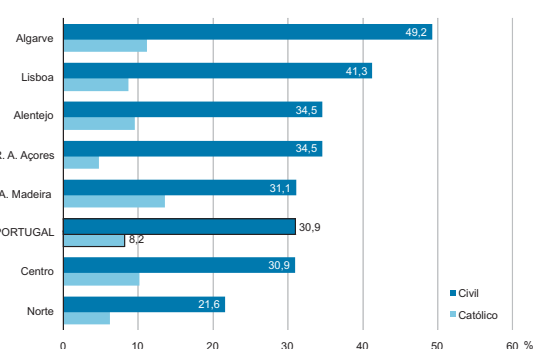
Figura II.50



Fonte: INE, I.P., Casamentos.

Proporção de casamentos com residência anterior comum, segundo a forma de celebração, Portugal e NUTS II, 2009

Figura II.51



Considerando apenas o ano de 2009, e circunscrevendo a análise à proporção de casamentos com residência anterior comum por tipo de celebração, isto é, católica ou unicamente civil, em relação ao total de casamentos, observa-se que esta proporção é maior nos casamentos de natureza exclusivamente civil em todas as regiões. Neste contexto, destacam-se novamente as regiões do Algarve (49,2%) e de Lisboa (41,2%), mas também o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores (ambas 34,5%). De igual forma, é na região Norte do país que a coabitação anterior ao casamento é menos expressiva tanto nas celebrações matrimoniais unicamente civis (21,6%) como católicas (6,2%) [Figura II.51].

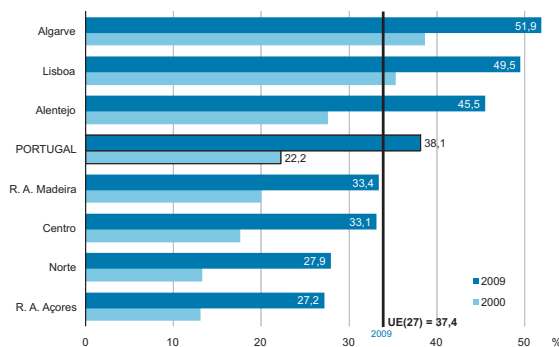
Com efeito, regista-se uma desinstitucionalização dos laços familiares, e uma crescente dissociação entre maternidade e nupcialidade, passível de se aferir a partir do número de nascimentos fora do casamento, incluindo aqueles com coabitação dos pais, o que reforça a crescente prevalência das uniões de facto na leitura das conjugalidades em Portugal (Ferreira e Aboim, 2002). Em Portugal, entre 2000 e 2009, registou-se efectivamente um aumento da proporção de nascimentos fora do casamento de 22% para 38% do total de nascimentos. De facto, ao nível da NUTS II, observa-se um aumento continuado e transversal às sete regiões do país da proporção de nados-vivos fora do casamento entre 2000 e 2009. A região do Alentejo regista, inclusivamente, o acréscimo mais acentuado para este período temporal, aproximadamente 17 pontos percentuais. Contudo, em 2009, eram as regiões do Algarve e de Lisboa que apresentavam maiores valores e as regiões Norte e Açores os menores valores [Figura II.52].



Os nascimentos fora do casamento têm, por sua vez, maioritariamente lugar em contexto de coabitação dos pais. Para o ano de 2000, a proporção de nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais, em relação ao total de nascimentos fora do casamento, era de 76%, aumentando para 79% em 2009 e destacando-se, novamente, a região do Alentejo (86%), com o maior valor em 2009, mas também a região do Algarve (84%) e a região Centro (83%). Por sua vez, a região Norte assinala a menor proporção (73%), a par das regiões autónomas que, apesar do acréscimo observado em torno de 10 pontos percentuais entre 2000 e 2009, mantinham valores inferiores à média nacional [Figura II.53].

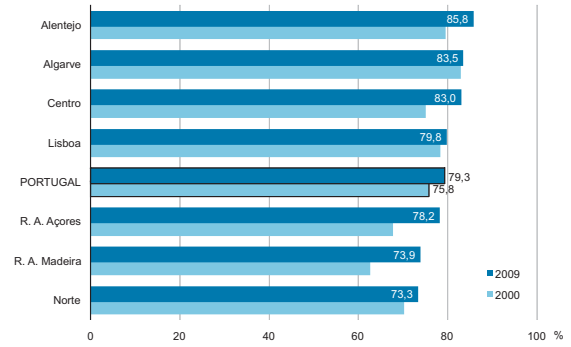
Proporção de nados-vivos fora do casamento, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.52



Proporção de nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.53



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos. Eurostat.

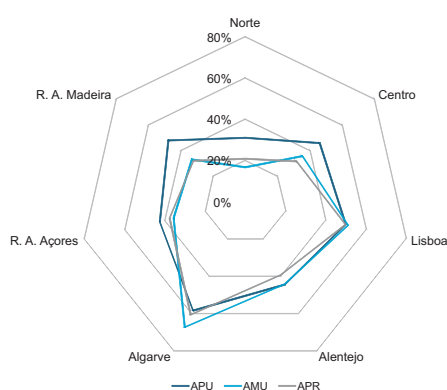
Adicionalmente, verifica-se que tanto a proporção de nados vivos fora do casamento, como a proporção de casamentos com residência anterior comum são mais frequentes em territórios urbanos. Considerando, a dicotomia urbano / rural que a TIPAU permite operacionalizar, observa-se que em 2009 a proporção de casamentos com residência anterior comum era mais elevada nas áreas predominantemente urbanas (APU) na maioria das regiões [Figura II.54]. As exceções correspondem às regiões do Algarve e de Lisboa (sendo, neste caso, a diferença marginal) onde a coabitação antes do casamento era mais expressiva nas áreas mediantemente urbanas (AMU), seguidas das APU. Também, a proporção de nados-vivos fora do casamento em 2009 era superior nas APU, constituindo o Algarve a única exceção, dado que esta proporção se apresentava ligeiramente superior nas APR [Figura II.55].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Proporção de casamentos com residência anterior comum, segundo o local de registo (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2009

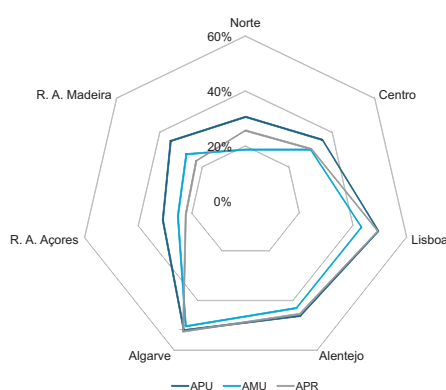
Figura II.54



Fonte: INE, I.P., Casamentos.

Proporção de nados-vivos fora do casamento, segundo o local de residência da mãe (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2009

Figura II.55



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

Entre 2000 e 2009, verifica-se em praticamente todos os municípios um acréscimo na proporção de casamentos com residência anterior comum e na proporção de nados-vivos fora do casamento¹⁸. O retrato de 2009 permite, todavia, evidenciar diferentes padrões territoriais [Figura II.56]. A experiência de viver em comum antes do casamento é mais expressiva nos municípios pertencentes a sub-regiões localizadas a Sul, com especial destaque para o Algarve, o Alentejo Litoral e o Alentejo Central que detêm os valores mais elevados. Nesta linha de análise, é de salientar ainda a sub-região da Península de Setúbal, principalmente os municípios de Sesimbra, Almada, Seixal, Moita e Palmela. Por outro lado, as sub-regiões localizadas a Norte e também no Centro Interior apresentavam, comparativamente, valores menores relativamente à coabitação antes do casamento, destacando-se municípios das sub-regiões do Tâmega, do Cávado e do Douro e, ainda, da Beira Interior Norte, da Beira Interior Sul e do Dão-Lafões.

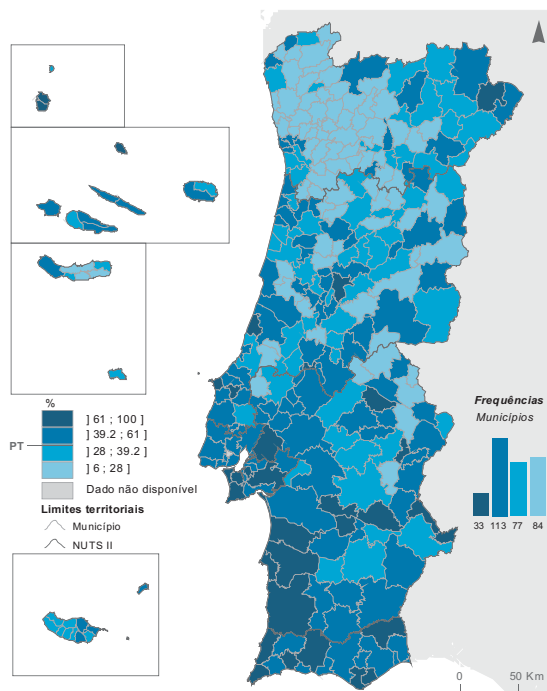
Os padrões regionais relativamente à proporção de nados-vivos fora do casamento reforçam a leitura anterior relativamente à polarização entre as sub-regiões localizadas a Sul do Tejo e as pertencentes ao Interior das regiões Norte e Centro [Figura II.57]. Neste sentido, também os municípios localizados no Algarve, no Alentejo Central, no Alto Alentejo e no Alentejo Litoral (com destaque para Avis, Mora, Sines e Odemira) registavam valores mais elevados relativamente aos nascimentos fora do casamento. Da mesma forma, municípios localizados em sub-regiões do Norte — Douro (Sabrosa, Mesão Frio, Lamego), Cávado (Barcelos, Terras de Bouro), Tâmega (Penafiel, Felgueiras, Paços de Ferreira) — e Centro Interior — Pinhal Interior Norte (Pampilhosa da Serra), Dão-Lafões (Aguar da Beira, Vila Nova de Paiva, Vouzela) e Pinhal Interior Sul (Vila de Rei) — detinham, comparativamente, proporções inferiores.

¹⁸ Não há dados disponíveis, para o ano de 2000, para os municípios de Trofa, Vizela e Odivelas, e, para o ano de 2009, para o município de Odivelas.

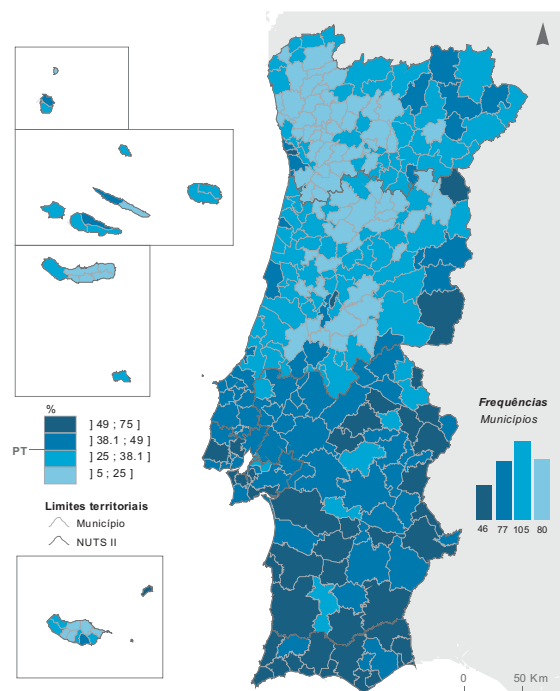


No que diz respeito às regiões autónomas, os municípios das Lajes das Flores e de Santa Cruz das Flores, na ilha das Flores, apresentavam as proporções mais elevadas relativamente à coabitação antes do casamento e aos nados-vivos fora do casamento, ao passo que, na Região Autónoma da Madeira, o município de Porto Santo registava o maior valor no que respeita à proporção de nados-vivos fora do casamento.

Proporção de casamentos com residência anterior comum, por município, 2009 | Figura II.56



Proporção de nados-vivos fora do casamento, por município, 2009 | Figura II.57



Fonte: INE, I.P., Casamentos. Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

Nota: O município de Odivelas não apresenta valores de casamentos para o ano de 2009. A inexistência de dados deve-se ao facto de não estar instalada a Conservatória do Registo Civil naquele município.

A análise evidencia a diminuição continuada do número de casamentos bem como da respectiva formalização religiosa. Contudo, constata-se ainda, em 2009, um perfil territorial que contrasta o Norte e o Sul do Continente, onde a taxa bruta de nupcialidade, bem como a proporção de casamentos católicos eram de maior importância em municípios de sub-regiões localizadas no Norte. Verifica-se também que o casamento na sua forma de celebração religiosa perde importância relativa junto da população residente em áreas predominantemente urbanas.



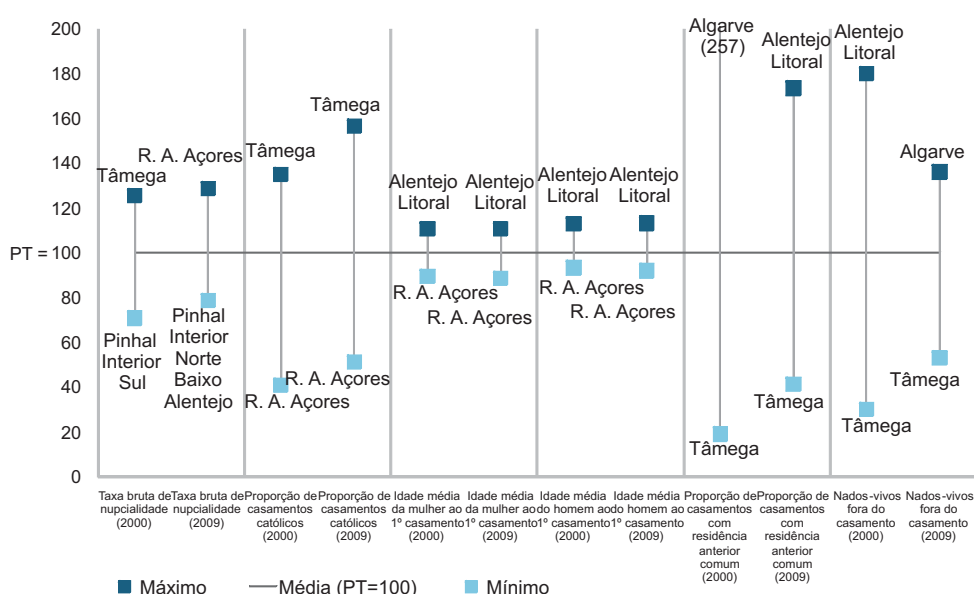
RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Paralelamente, a idade ao primeiro casamento tem, de um modo genérico, vindo a aumentar efectuado no percurso de vida de homens e mulheres, particularmente em relação aos residentes na área metropolitana de Lisboa e nas sub-regiões a Sul do Continente.

Apesar da tendência geral de decréscimo, as regiões autónomas registam as taxas de nupcialidade mais elevadas do país. A Região Autónoma dos Açores permanece, em 2009, como a região do país onde o primeiro casamento tende a acontecer, em média, mais cedo.

Por outro lado, registou-se um aumento na proporção de casamentos antecidos por um período de residência comum em todas as regiões do país, sendo possível, simultaneamente, identificar um perfil territorial que evidencia os territórios mais urbanizados e os contextos municipais localizados a Sul do Continente, onde a proporção de casamentos com residência anterior comum é mais elevada. Os mesmos padrões territoriais são reproduzidos ao nível da proporção de nascimentos fora do casamento.

Indicadores de conjugalidade (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009 | Figura II.58



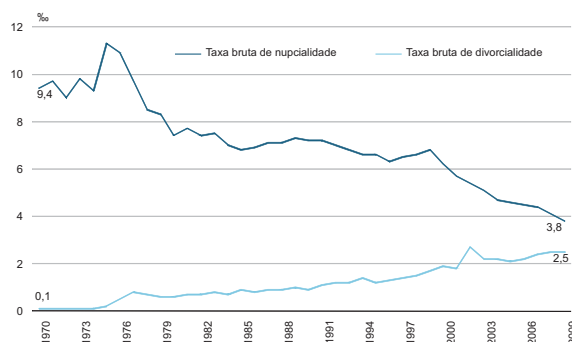
Fonte: INE, I.P., Casamentos, Indicadores Demográficos e Nados-vivos.



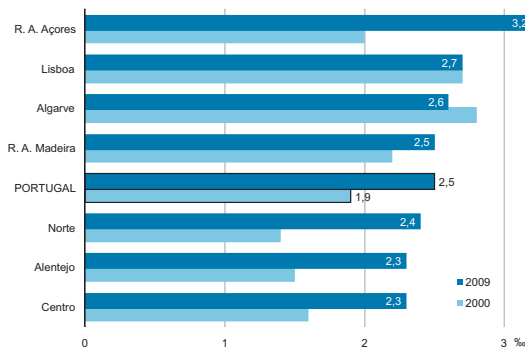
O divórcio e o recasamento

Até à década de 70, o divórcio era um acontecimento sem grande expressão em Portugal, tendo vindo, a partir de meados dessa década, a registar um aumento sustentado. Com base na Figura II.59, observa-se que a taxa bruta de divorcialidade apresenta um comportamento evolutivo em sentido oposto ao registado ao nível da taxa bruta de nupcialidade, marcando o ano de 2002 o momento em que atingiu o valor mais elevado de sempre: 2,7 divórcios por mil habitantes¹⁹. Em 2009, observaram-se 2,5 divórcios por mil habitantes em Portugal. Tendo em conta o período entre 2000 e 2009, os cenários ao nível das diferentes regiões traduzem a mesma tendência de incremento da taxa de divorcialidade, registando a Região Autónoma dos Açores a taxa mais elevada do país (3,2‰), seguindo-se as regiões de Lisboa, do Algarve e a Região Autónoma da Madeira, que apresentavam, igualmente, valores acima da média nacional (2,7‰, 2,6‰ e 2,5‰, respectivamente) [Figura II.60].

Taxa bruta de nupcialidade e taxa bruta de divorcialidade, Portugal, 1970-2009 | Figura II.59



Taxa bruta de divorcialidade, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009 | Figura II.60



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

Nota: Os dados apresentados têm por base a totalidade de divórcios decretados em Portugal até 1994 e, a partir desse ano, o total de divórcios decretados em Portugal somente de indivíduos residentes no país (INE, 2010d: 111). Para os anos de 2007 e 2008 (dados provisórios e revistos à data de Janeiro e Dezembro de 2009, respectivamente) e 2009 (dados provisórios à data de Junho de 2010), quando a informação relativa à localização da casa de morada de família era omissa ou ignorada, foi utilizada a distribuição geográfica do Tribunal ou da Conservatória onde o divórcio foi decretado.

¹⁹ As alterações legislativas ocorridas no que respeita aos divórcios por mútuo consentimento decretados nas conservatórias do registo civil podem estar na base do aumento do número de divórcios registados nesse ano (Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de Outubro).



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

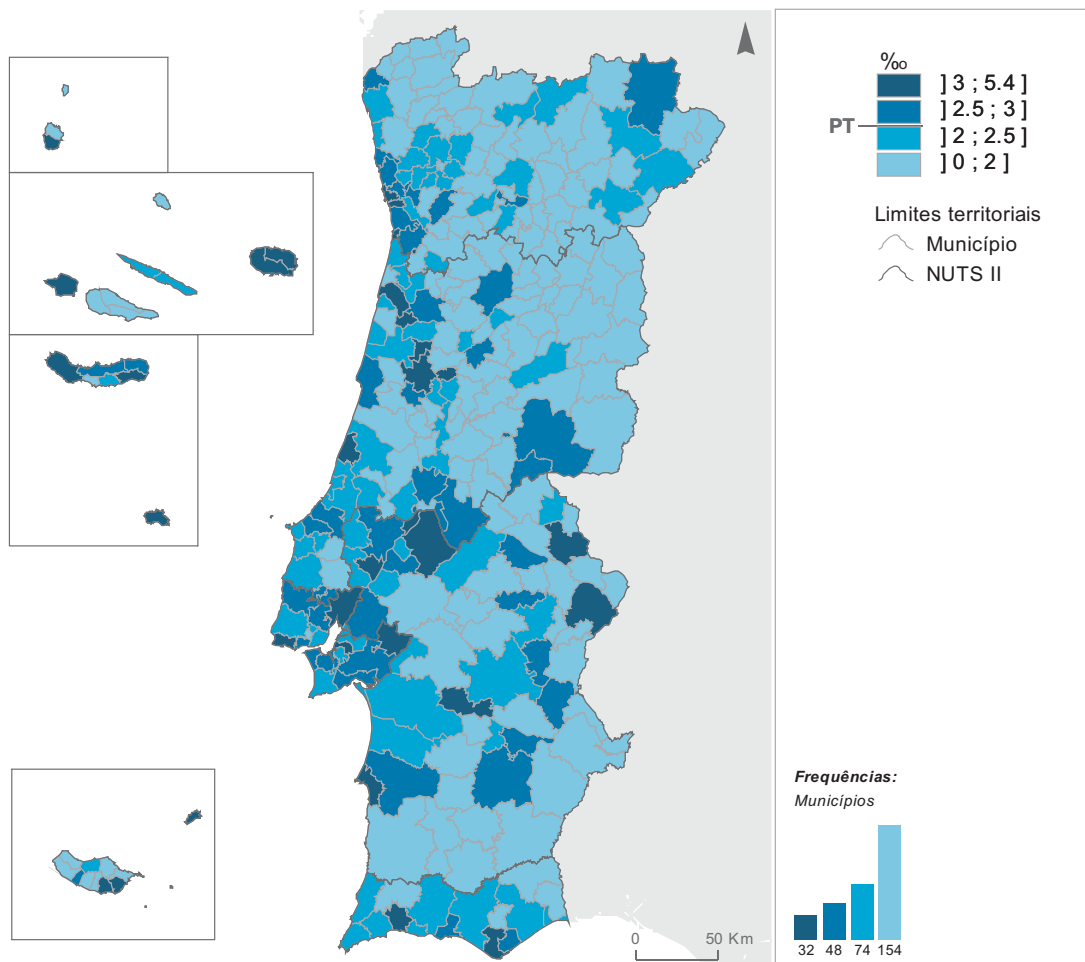
Uma análise mais detalhada no plano territorial [Figura II.61] reforça esta leitura, registando-se, entre 2000 e 2009, um aumento da taxa bruta de divorcialidade em cerca de 80% dos municípios do país²⁰. O enfoque ao nível do município, tendo em conta o ano de 2009, permite, todavia, identificar diferentes padrões territoriais. Assim, no Continente, observa-se que eram os municípios localizados maioritariamente no Litoral (incluindo o Algarve) que apresentavam as taxas de divorcialidade mais elevadas. Destacam-se os municípios de Viana do Alentejo (com a taxa de divorcialidade mais elevada do país em 2009 — 5,4 divórcios por mil habitantes), Sines, Portimão, Faro, Marinha Grande, Coimbra e Aveiro, assim como municípios pertencentes às sub-regiões da Grande Lisboa (Cascais e Vila Franca de Xira) e do Grande Porto (Espinho, Matosinhos e Porto).

Por outro lado, é no Interior do Continente que se registavam as taxas de divorcialidade mais baixas do país. De facto, com menos de um divórcio por mil habitantes, salientam-se os municípios de Monforte, Marvão e Mora (Alto Alentejo), de Oleiros (Pinhal Interior Sul), Miranda do Douro, Alfândega da Fé e Vimioso (Alto Trás-os-Montes) e, ainda, Vila Flor, Sabrosa e Penedono (Douro). No que respeita às regiões autónomas, o município de Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, tinha, em 2009, a segunda taxa de divorcialidade mais elevada do país (5%). Na Região Autónoma dos Açores, os municípios de Lajes das Flores e de Angra do Heroísmo registavam os valores mais elevados do arquipélago (4,6‰ e 4,2‰, respectivamente), ao passo que São Roque do Pico detinha o valor mais baixo (um divórcio por cada mil habitantes).

²⁰ Para o ano de 2000, não se encontram disponíveis dados para os municípios de Ribeira de Pena, Penedono, Alcútem, Sardoal e Corvo.



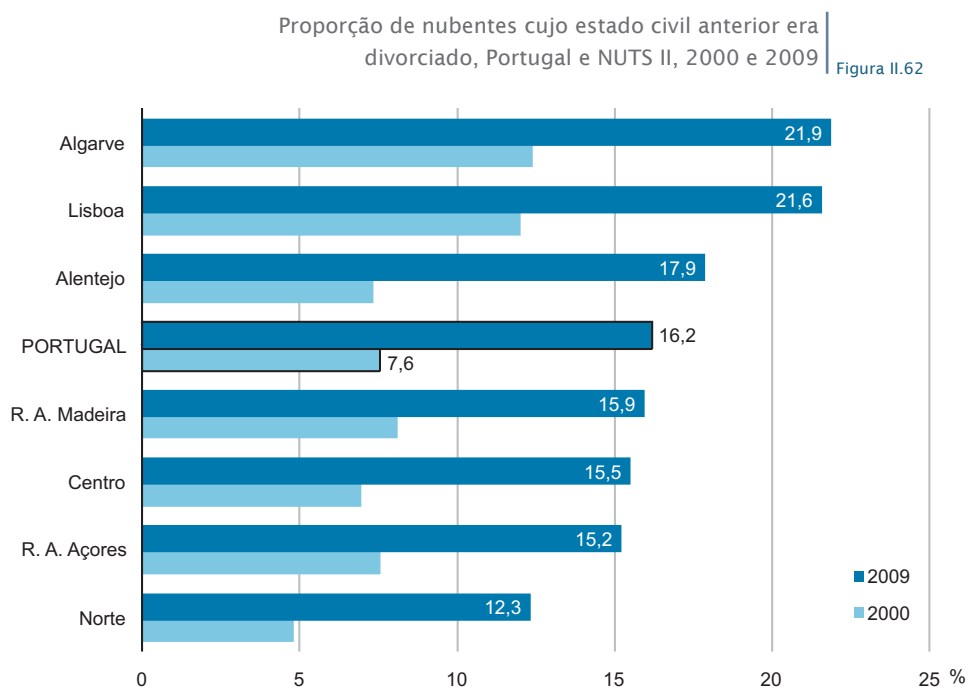
Taxa bruta de divorcialidade, por município, 2009 | Figura II.61



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos.

Nota: Dados provisórios à data de Junho de 2010. Quando a informação relativa à localização da casa de morada de família era omissa ou ignorada, foi utilizada a distribuição geográfica do Tribunal ou da Conservatória onde o divórcio foi decretado.

Contudo, para além de reflectir a dissolução de um casamento, o divórcio pode representar igualmente a possibilidade de iniciar uma nova conjugalidade, sendo assim possível aferir-lhe um duplo sentido, tal como sugere Rosa (2002: 668) — “(...) o significado do divórcio não é unicamente o da dissolução do vínculo matrimonial. Ele, divórcio, representa (ou pode representar) também a possibilidade de se criar um novo vínculo matrimonial”. Neste sentido, importa avaliar a ocorrência de novas conjugalidades (por via do casamento) que decorrem de situações de divórcio. Neste sentido, entre 2000 e 2009, observa-se que a proporção de nubentes cujo estado civil anterior era divorciado registou um aumento em todas as regiões do país. Em 2009, e com valores acima da média nacional, destacavam-se as regiões do Algarve (21,9%), de Lisboa (21,6%) e do Alentejo (17,9%), ao passo que a região Norte, apesar da tendência de aumento, mantinha, em 2009, a proporção mais baixa (12,3%) no território nacional [Figura II.62].



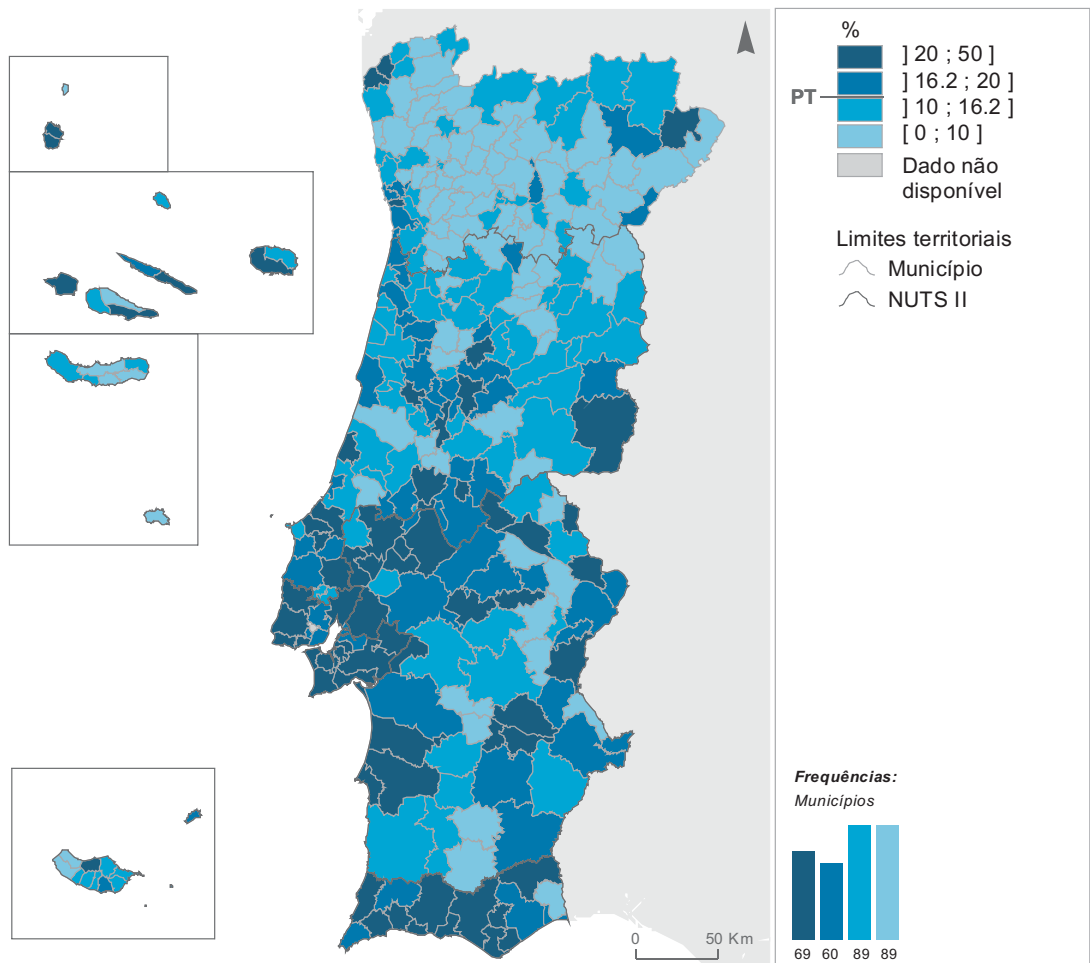
Fonte: INE, I.P., Casamentos.

A leitura mais desagregada no plano territorial para o ano de 2009 permite observar que a proporção de indivíduos divorciados que voltaram a casar era mais elevada nos municípios pertencentes a sub-regiões localizadas no Litoral continental, nomeadamente no Algarve, onde a maioria dos municípios tinha em 2009 valores superiores a 20%, no Alentejo Litoral (sobretudo em Sines, Santiago do Cacém e Grândola), na Península de Setúbal (todos os municípios com exceção de Alcochete), na Grande Lisboa (particularmente, Oeiras, Cascais, Vila Franca de Xira e Mafra), na Lezíria do Tejo (sobretudo, Chamusca, Benavente, Azambuja e Cartaxo). Nas regiões autónomas, salientam-se os municípios de Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores, nos Açores, e de São Vicente, na Madeira. Contrariamente, as proporções mais baixas de situações de recasamento após o divórcio concentravam-se em municípios de sub-regiões do Norte do país — particularmente, do Tâmega, Ave, Cávado e Douro [Figura II.63].



Proporção de nubentes cujo estado civil anterior era divorciado, por município, 2009

Figura II.63



Fonte: INE, I.P., Casamentos.

Nota: O município de Odivelas não apresenta valores de casamentos para o ano de 2009. A inexistência de dados deve-se ao facto de não estar instalada a Conservatória do Registo Civil naquele município.

Os dados permitiram destacar o aumento da divorcialidade em todas as regiões do país ao longo da última década. A análise por municípios permitiu, todavia, identificar contrastes territoriais, nomeadamente de oposição entre o Litoral e o Interior do Continente, com este evento a ganhar especial expressão nos municípios de sub-regiões localizadas no Litoral (incluindo a Grande Lisboa e o Grande Porto).

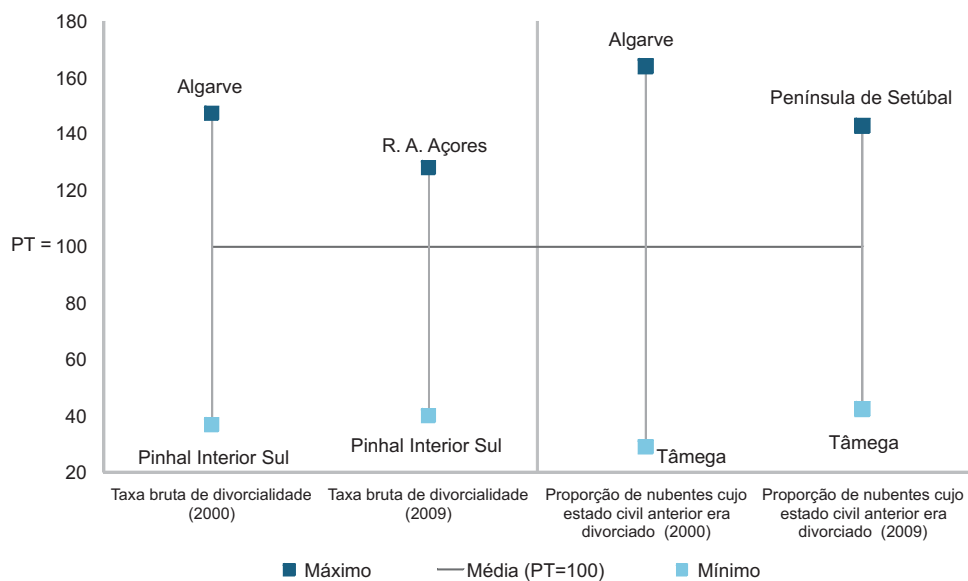
Complementarmente, observou-se, que, apesar da tendência geral de crescimento, o recasamento após o divórcio apresenta um perfil territorial que, igualmente, dá continuidade à dicotomia Litoral / Interior, contrastando também as sub-regiões do Sul com as localizadas a Norte (especialmente, Tâmega, Ave e Cávado).



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Indicadores de divorcialidade (Portugal = 100), por
NUTS III, 2000 e 2009

Figura II.64



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Casamentos.



II.4. O lugar e o contributo da população estrangeira

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho: Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil

Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (países extracomunitários): [Casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (países extracomunitários) / Total de casamentos celebrados] x 100

Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira: (População residente de nacionalidade estrangeira / População residente) x 100

O potencial contributo demográfico das migrações constitui um activo importante para o desenvolvimento dos territórios, incluindo o reforço que pode significar em termos de renovação da força de trabalho, compensando, ainda que parcialmente, o défice de nascimentos e, em consequência, aumentando a satisfação das necessidades do mercado de trabalho (Haug *et al.*, 2002; Coleman, 2006).

Os padrões territoriais de residência

No território nacional, verificou-se, no final da década de 90, uma intensificação dos fluxos imigratórios, sendo que o ano de 2000 marca o início de um período de intensificação, bem como de diversificação, em termos de proveniências, da população estrangeira (Pires, 2010). Em 2009, do total de 457 306 estrangeiros a residir no país (representando cerca de 4% do total da população residente)²¹, as principais nacionalidades correspondiam ao Brasil (26%), Ucrânia (12%), Cabo Verde (11%), Roménia (7%), Angola (6%), Guiné-Bissau, Moldávia (ambos 5%) e, com uma expressão numérica inferior a 20 mil residentes, ao Reino Unido (4%), China (3%) e São Tomé e Príncipe (2%).

²¹ Os dados incluem titulares de autorizações de residência, prorrogações de vistos de longa duração e vistos de longa duração concedidos (INE, 2010d). Os dados sobre a população estrangeira residente referem-se, portanto, apenas aos estrangeiros com estatuto legal e incluem aqueles, que apesar de já terem nascido em Portugal, mantêm a nacionalidade dos pais, isto é, as designadas segundas e terceiras gerações.



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Por regiões, o retrato territorial²² para 2009 destaca o Algarve e Lisboa como as regiões onde se registam os valores mais elevados de população estrangeira residente face ao total de população residente (17% e 8%, respectivamente) e as únicas que superavam a média nacional. No pólo oposto, a região Norte e a Região Autónoma dos Açores assinalavam os valores mais baixos relativamente à presença de população estrangeira (1%, em ambos os casos).

Contudo, e tendo em conta que os principais grupos de população estrangeira se diferenciam no plano histórico da imigração em Portugal e reflectem diferentes contextos socioeconómicos de proveniência, bem como ciclos migratórios (Fonseca, 2001; Peixoto, 2007), a sua distribuição e grau de concentração ao longo do território nacional, apresentam, possivelmente, padrões territoriais de residência diferenciados. Para este contexto de análise, recorre-se à representação de curvas de concentração de Lorenz e ao cálculo do índice de Gini [Caixa II.1]. Assim, distingue-se, para além do total de população estrangeira, os estrangeiros provenientes do Brasil, de Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP) — Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe —, e da Europa de Leste, incidindo a análise no conjunto de nacionalidades com maior expressão numérica — Ucrânia, Roménia, Moldávia, Bulgária e Rússia.

Curva de Lorenz e Índice de Gini | Caixa II.1

A **curva de concentração de Lorenz** corresponde a uma representação gráfica que relaciona a distribuição acumulada de duas variáveis. Desta representação, consta também a recta de igual distribuição, sendo que, quanto maior o afastamento em relação a esta, maior é a concentração da variável representada no eixo das ordenadas (na presente análise, a população estrangeira residente, distinguindo os principais grupos de nacionalidades) face à variável representada no eixo das abcissas (na presente análise, o total de população residente).

O **índice de Gini (IG)** foi calculado tendo por base a formulação proposta por Robinson (2000):

$$IG = \left(\frac{1}{2} \sum_{j=1}^n |x_j - y_j| \right) \times 100, \text{ em que:}$$

- x_j corresponde ao rácio entre a população estrangeira do grupo de nacionalidade específico em cada município j e a população estrangeira residente do grupo de nacionalidade específico no país;
- y_j corresponde ao rácio entre a população residente em cada município j e o total de população residente no país.

O índice varia entre 0 e 100, sendo que valores mais próximos de 100 reflectem maior desigualdade na distribuição da população estrangeira face à população residente total e, neste sentido, são indicativos de situações de maior concentração.

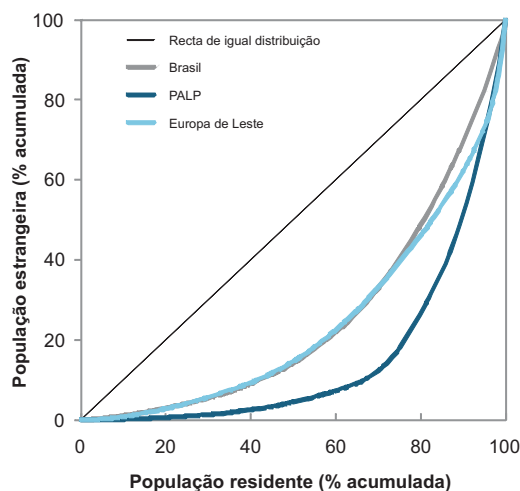
²² Apenas os dados provenientes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que incluem os titulares de autorizações de residência e as prorrogações de vistos de longa duração, permitem uma leitura territorialmente desagregada. Além destas figuras, o INE considera para Portugal os vistos de longa duração concedidos (informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção Geral dos Assuntos e das Comunidades Portuguesas) que, em 2009, foram 3 115.



Os resultados sugerem que os principais países e grupos de nacionalidade revelam padrões de concentração diferenciados. Com efeito, a concentração geográfica é menos intensa relativamente à população proveniente do Brasil e da Europa de Leste, correspondente aos fluxos migratórios mais recentes, e mais intensa em relação aos imigrantes provenientes dos PALP [Figura II.65]. O índice de Gini reforça esta leitura, salientando que, efectivamente, a concentração territorial é mais elevada em relação aos PALP, que se distanciam dos padrões observados não só em relação aos dois outros grupos em análise, mas também no que respeita ao grau de concentração do total de população estrangeira residente [Figura II.66].

Curva de concentração da população estrangeira por principais grupos de nacionalidades face ao total da população residente, por município, 2009

Figura II.65



Índice de Gini da distribuição da população estrangeira e principais grupos de nacionalidades face ao total de população residente, 2009

Figura II.66

	IG
Brasil	38,5
PALP	58,0
Europa de Leste	37,7
População estrangeira	38,4

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

Nota: Os dados em relação à população estrangeira incluem titulares de autorizações de residência e prorrogações de vistos de longa duração.

A população estrangeira residente em Portugal encontra-se maioritariamente em idade activa, contribuindo potencialmente para o reforço e para a renovação da população activa dos territórios. Tal tende a implicar a procura de contextos economicamente mais desenvolvidos e favoráveis a uma rápida integração no tecido laboral (Baganha *et al.*, 1999). Deste modo, o quociente de localização [Caixa II.2] constitui outra medida importante para interpretar os principais contextos de residência (Malheiros e Vala, 2004), visto que permite uma avaliação dos territórios que revelam uma sobre-representação dos grupos em análise e, deste modo, complementa a análise ao possibilitar a identificação zonas de maior concentração relativa da população estrangeira e dos diferentes grupos de nacionalidades.



O **quociente de localização (QL)** corresponde a uma medida que permite aferir a sobre-representação de um determinado grupo numa unidade territorial (na presente análise, o município) em relação a um contexto territorial mais amplo (na presente análise, o país). É expresso pela seguinte expressão:

$$QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} \bigg/ \frac{X_{pj}}{X_p} \quad (0 \leq QL_{rj} < \infty), \quad \text{em que:}$$

X_{rj} - população do grupo j na unidade territorial r

X_r - população total na unidade territorial r

X_{pj} - população do grupo j na contexto territorial p

X_p - população total na contexto territorial p

Valores superiores à unidade são indicativos de uma sobre-representação do grupo j na unidade territorial r em relação à expressão desse grupo no que respeita ao contexto territorial mais amplo.

A leitura deste indicador corrobora a orientação analítica que salienta padrões territoriais de concentração e distribuição diferenciados tendo em conta os principais grupos de nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal, evidenciando um padrão que opõe o Litoral e o Interior, com o primeiro a marcar uma presença mais expressiva da população estrangeira. Assim, observa-se que a população estrangeira se encontra particularmente sobre-representada nos municípios do Algarve (todos, excepto Alcoutim), da Grande Lisboa (especialmente em Cascais, Lisboa, Loures, Amadora, Odivelas e Sintra) e da Península de Setúbal (Almada, Setúbal e Montijo), destacando-se ainda os municípios de Alenquer (Oeste), Benavente (Lezíria do Tejo), Odemira, Sines (Alentejo Litoral) e Porto Santo (Região Autónoma da Madeira) [Figura II.67].

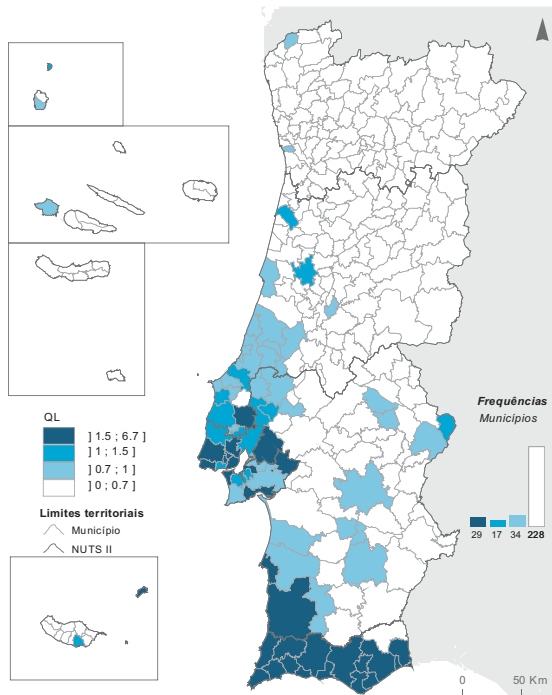
Constata-se um padrão semelhante em relação à população oriunda do Brasil no que respeita às sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal e em relação a alguns municípios do Algarve (particularmente, Albufeira, Lagos, Loulé e Portimão), observando-se, contudo, e comparativamente, uma maior sobre-representação deste grupo, num conjunto de municípios que se concentram na zona envolvente à Grande Lisboa, nomeadamente nas sub-regiões do Oeste (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço) e da Lezíria do Tejo (especialmente, Azambuja, Benavente e Cartaxo) [Figura II.68].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

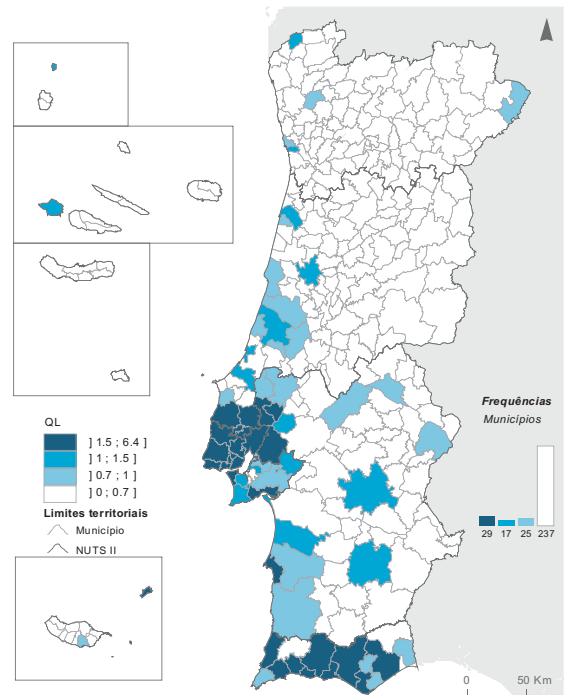
Quocientes de localização da população
de nacionalidade estrangeira, por
município, 2009

Figura II.67



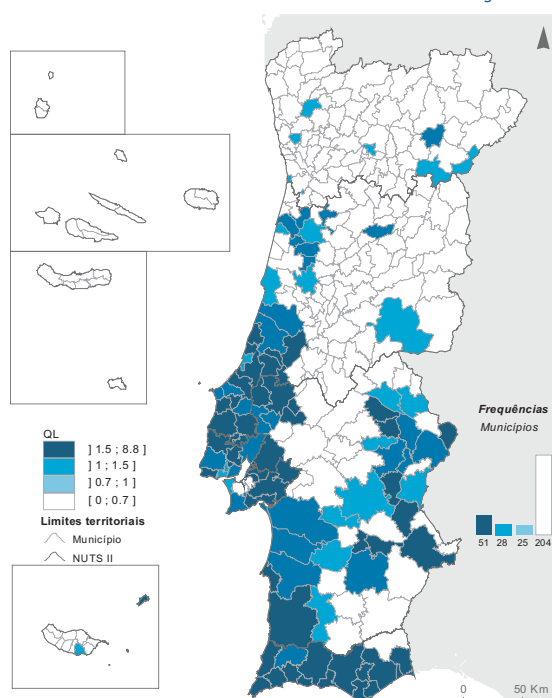
Quocientes de localização da população
proveniente do Brasil, por
município, 2009

Figura II.68



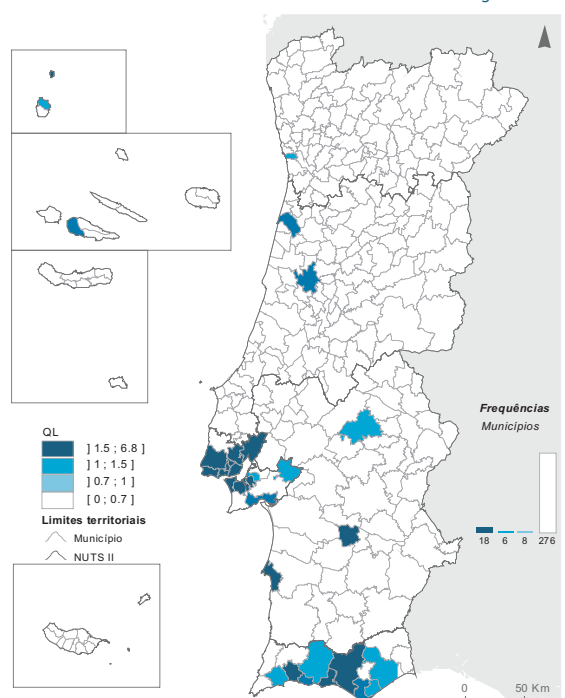
Quocientes de localização da população
proveniente de países da Europa de
Leste, por município, 2009

Figura II.69



Quocientes de localização da
população proveniente de PALP, por
município, 2009

Figura II.70



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.



Porém, é em relação à população proveniente do Leste da Europa que o número de municípios onde este grupo se encontra sobre-representado é maior e também mais disperso territorialmente (79 municípios com quocientes de localização superiores à unidade), concentrando-se, especialmente em municípios localizados num contínuo desde o Pinhal Litoral (Batalha e Marinha Grande), passando pelo Oeste (Lourinhã, Alenquer e Torres Vedras), pela Grande Lisboa (Cascais, Odivelas, Loures e Mafra), pela Península de Setúbal (Montijo, Alcochete, Setúbal e Palmela) e pelo Alentejo Litoral (Odemira, Sines) até ao Algarve (todos os municípios com excepção de Alcoutim), sendo ainda de destacar a sua presença em alguns municípios do Interior alentejano (sobretudo, Campo Maior, Alter do Chão, Fronteira, Redondo, Reguengos de Monsaraz e no contínuo de Cuba, Vidigueira e Moura) [Figura II.69].

Por último, no que respeita à população oriunda dos PALP, o número de municípios onde este grupo se encontra sobre-representado é, comparativamente, menor (24 com valores superiores à unidade) e também espacialmente mais concentrado, designadamente nos municípios da Grande Lisboa (todos, com excepção de Mafra) e da Península de Setúbal (especialmente, Seixal, Moita, Almada e Barreiro), sendo ainda de destacar os municípios de Albufeira, Portimão e Loulé (no Algarve) e, ainda, Corvo, Évora e Sines [Figura II.70].

Constata-se que as dinâmicas de concentração da população estrangeira seguem a tendência verificada na população autóctone, salientando uma maior concentração no Litoral Sul e na área da Grande Lisboa, por oposição a territórios que se localizam maioritariamente no Interior do país. Por outro lado, observa-se que o grau de concentração da população estrangeira não só salienta esta oposição, mas também padrões diferenciados em relação aos principais grupos de nacionalidade, verificando-se uma maior dispersão em relação à população proveniente do Brasil e do Leste europeu, ao passo que os estrangeiros dos PALP apresentam-se mais concentrados territorialmente, principalmente na área metropolitana de Lisboa.



O contributo demográfico

O impacto da população estrangeira no plano demográfico em Portugal tem revelado contribuições, não só ao nível do seu peso no crescimento do efectivo populacional, mas também por via do reforço que representam nas idades mais jovens, com destaque ao nível das idades fecundas (Rosa *et al.*, 2004; Roca, 2004). Contudo, os comportamentos demográficos dos estrangeiros não revelam padrões homogéneos. Trabalhos mais recentes corroboram, efectivamente, a existência de perfis distintos no que se refere à composição e estrutura etária da população estrangeira em Portugal, não só comparativamente com a população autóctone, mas também tendo em conta diferentes nacionalidades. Estes perfis traduzem-se em padrões diferenciados ligados aos indicadores de fecundidade, revelando a população estrangeira um potencial impacto positivo a este nível (Peixoto, 2008; Magalhães *et al.*, 2010).

Considerando os dados relativos à população residente em 2009 estimada por nacionalidade²³, observa-se que a estrutura etária da população estrangeira se apresenta mais jovem do que a correspondente à população residente de nacionalidade portuguesa: a percentagem de pessoas residentes de nacionalidade estrangeira com menos de 65 anos corresponde a 96%, sendo de 83% no caso da população residente de nacionalidade portuguesa. Concretamente, para o grupo etário entre os 25 e os 39 anos de idade, observa-se uma diferença de cerca de 18 pontos percentuais (40% contra 22%). Adicionalmente, verifica-se que os países a que correspondem fluxos imigratórios mais recentes, como o Brasil e a Europa de Leste, reforçam maioritariamente o grupo etário dos 25 aos 39 anos (51% e 42%, respectivamente), sendo a presença de população com 65 ou mais anos residual (inferior a 1%, em ambos os casos). Por outro lado, a população com origem em PALP apresenta uma percentagem de população idosa, comparativamente, mais elevada (4%), o que deverá ser reflexo do facto de estes corresponderem a fluxos imigratórios com um ciclo de permanência no país que remonta aos anos 60.

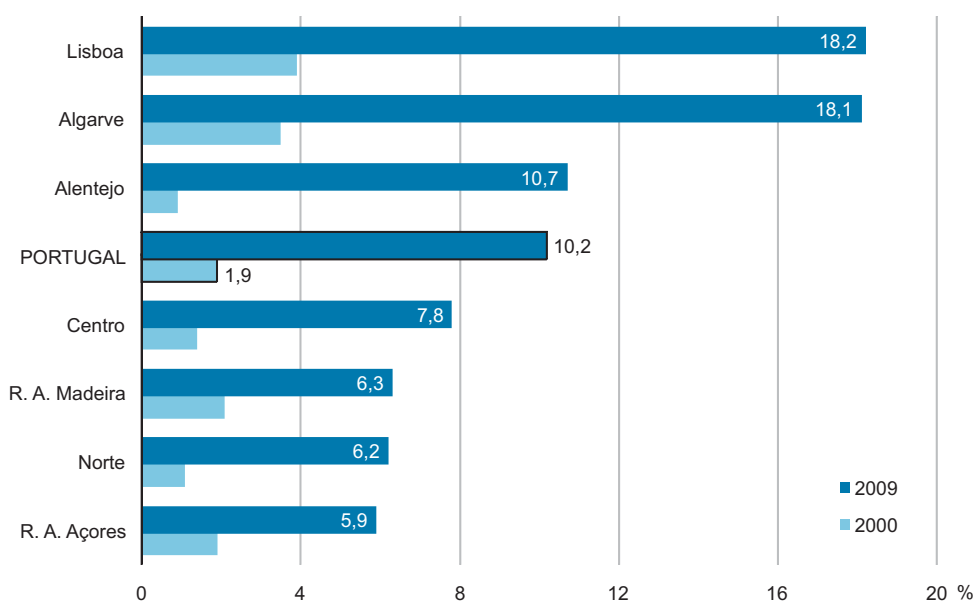
O contributo da população estrangeira pode ser igualmente extensível ao potencial de formação de novas conjugalidades, passíveis de serem aferidas pelo indicador que se reporta à formalização de casamentos entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira (países extracomunitários). De facto, observa-se, entre 2000 e 2009, um aumento significativo da proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e estrangeira (países extracomunitários) para as setes regiões do país, destacando-se, contudo, as regiões de Lisboa e do Algarve com os valores mais elevados no ano de 2009 (simultaneamente, 18%) [Figura II.71]. Este resultado não é alheio ao facto de estas regiões corresponderem aos principais pólos de atractividade de população estrangeira.

²³ Os dados da população estrangeira incluem titulares de autorizações de residência, prorrogações de vistos de longa duração e vistos de longa duração concedidos (INE, 2010d).



Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (países extracomunitários), Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Figura II.71



Fonte: INE, I. P., Casamentos.

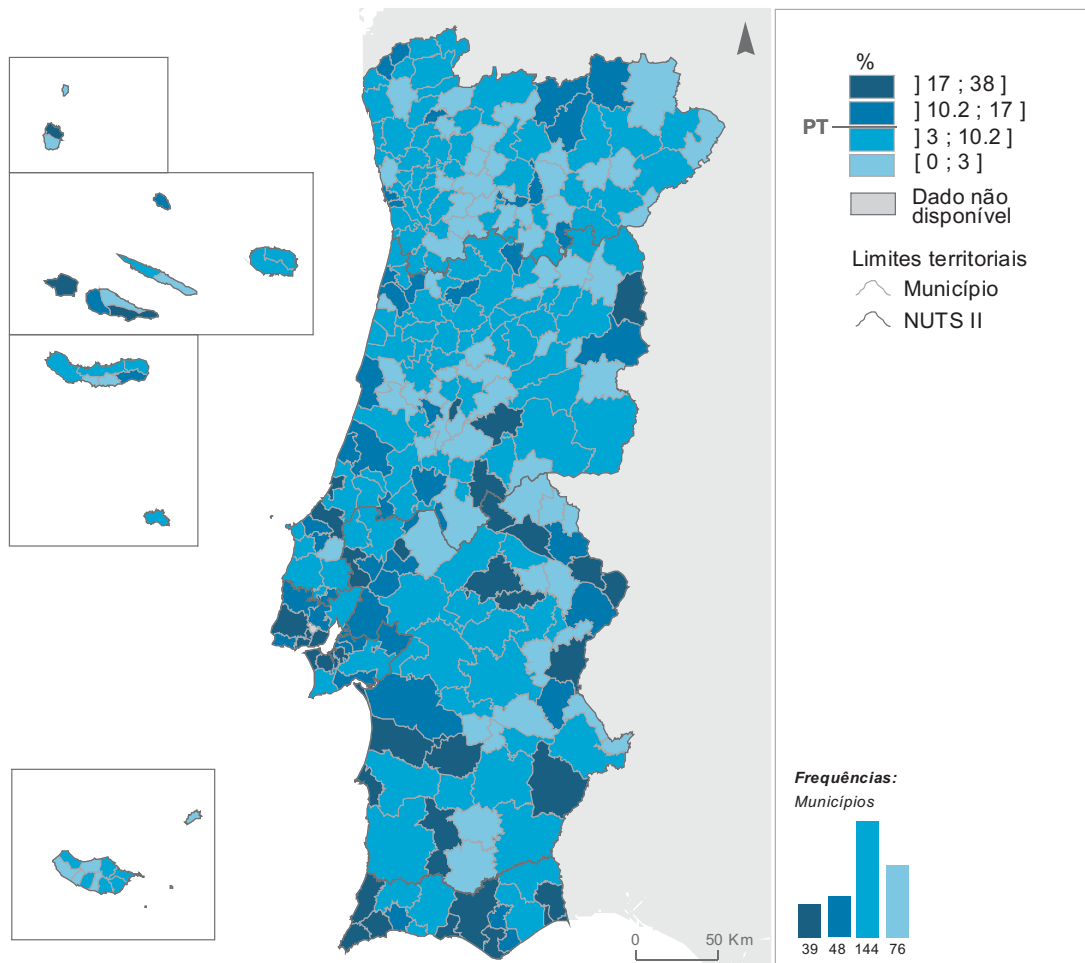
Ao nível dos diferentes contextos municipais, observa-se que para a grande maioria dos municípios (247) se verificou, entre 2000 e 2009, um acréscimo da proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e estrangeira (países extra-comunitários)²⁴. No município de Aljezur da região do Algarve observou-se o acréscimo mais significativo, assim como o valor mais expressivo em 2009 (37,5%). Em 2009, e com valores acima da média nacional (10,2%), destacavam-se igualmente municípios da Grande Lisboa, nomeadamente Amadora (29,3%), Sintra (21,5%) e Lisboa (18,9%). Nas regiões autónomas, apenas alguns municípios da Região Autónoma dos Açores tinham valores acima da média nacional, com destaque para Santa Cruz das Flores e Lajes do Pico (28,6% e 23,8%, respetivamente). O retrato em relação ao ano de 2009 permite ainda destacar um padrão territorial de municípios localizados maioritariamente em sub-regiões do Interior do Continente, onde é praticamente inexistente a celebração de casamentos entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e estrangeira (países extracomunitários). Salientam-se, nomeadamente, os municípios de Castro Verde, Almodôvar, Cuba, Vidigueira e Moura (Baixo Alentejo), de Vila Viçosa, Redondo e Portel (Alentejo Central), de Monforte, Fronteira, Marvão, Castelo de Vide e Nisa (Alto Alentejo) no contínuo com os municípios de Vila Velha de Ródão (Beira Interior Sul), Proença-a-Nova e Sertã (Pinhal Interior Sul), de Pinhel, Trancoso (Beira Interior Norte), de Aguiar da Beira e Penalva de Castelo (Dão-Lafões); e mais a Norte do Continente, os municípios de Bragança, Miranda do Douro (Alto Trás-os-Montes), São João da Pesqueira e Alijó (Douro), e um contínuo que atravessa as sub-regiões do Entre Douro e Vouga e do Tâmega (desde Arouca, Cinfães, Marco de Canaveses, Baião, Amarante, Mondim de Basto, Celorico de Basto até Boticas) [Figura II.72].

²⁴ Para o ano de 2000, não se encontra disponível informação para os municípios de Trofa, Vizela e Odiveelas.



Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e estrangeira (países extracomunitários), por município, 2009

Figura II.72



Fonte: INE, I. P., Casamentos.

Nota: O município de Odivelas não apresenta valores para o ano de 2009. A inexistência de dados deve-se ao facto de não estar instalada a Conservatória do Registo Civil naquele município.

Por outro lado, e se se atender à idade da mãe ao nascimento do primeiro filho, é possível verificar que este evento tende a acontecer em média mais cedo no caso de mães de nacionalidade estrangeira — em 2009, em média, aos 27,4 anos para as mães de nacionalidade estrangeira, e aos 28,7 anos idade, no caso das mães de nacionalidade portuguesa [Figura II.73]. Considerando as principais nacionalidades da população residente estrangeira, é possível identificar comportamentos distintos. Deste modo, observa-se que no início da década em análise, este evento ocorria, em média, mais cedo para as mães provenientes da Europa de Leste, ao passo que entre 2007 e 2009, esta posição é ocupada pelas mães dos PALP. É de notar que, apesar de historicamente a presença de população estrangeira dos PALP remontar ao início da década de 1960, as mães deste grupo de nacionalidades têm, em média, o primeiro filho mais cedo

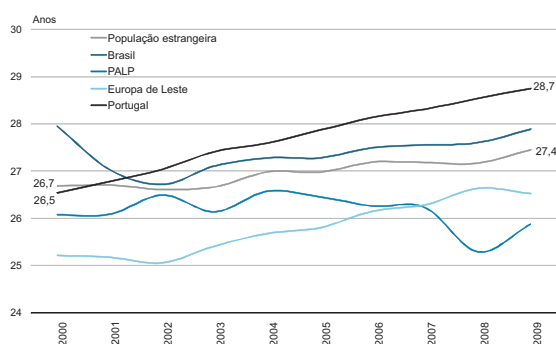


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

do que as mães de nacionalidade portuguesa. Por outro lado, no que respeita às mães de nacionalidade brasileira, embora no início da década a idade média ao nascimento do primeiro filho seja superior à das mães de nacionalidade portuguesa, a partir de 2002, e à medida que a designada “segunda vaga” se evidencia enquanto uma realidade estatística e sociológica (Malleiros, 2007), o padrão inverte-se.

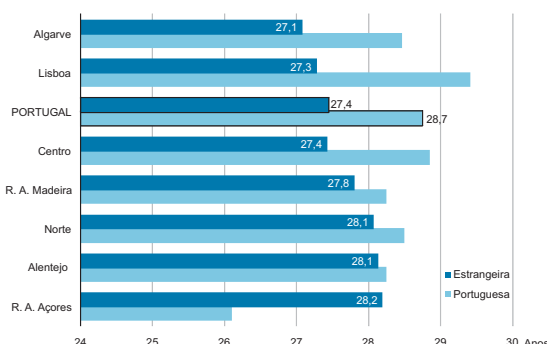
Ao nível regional, os dados para o ano de 2009 permitem, igualmente, observar que o nascimento do primeiro filho ocorria, em média, comparativamente mais cedo para as mães de nacionalidade estrangeira, sendo esta diferença particularmente visível nas regiões do Algarve e de Lisboa, constituindo a Região Autónoma dos Açores a única excepção àquele padrão [Figura II.74]. Este resultado é consistente com outros indicadores demográficos no plano da fecundidade e da conjugalidade que já distinguem esta região face às restantes.

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, segundo os principais grupos de nacionalidade da mãe, Portugal, 2000-2009 **Figura II.73**



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, segundo a nacionalidade da mãe, Portugal e NUTS II, 2009 **Figura II.74**

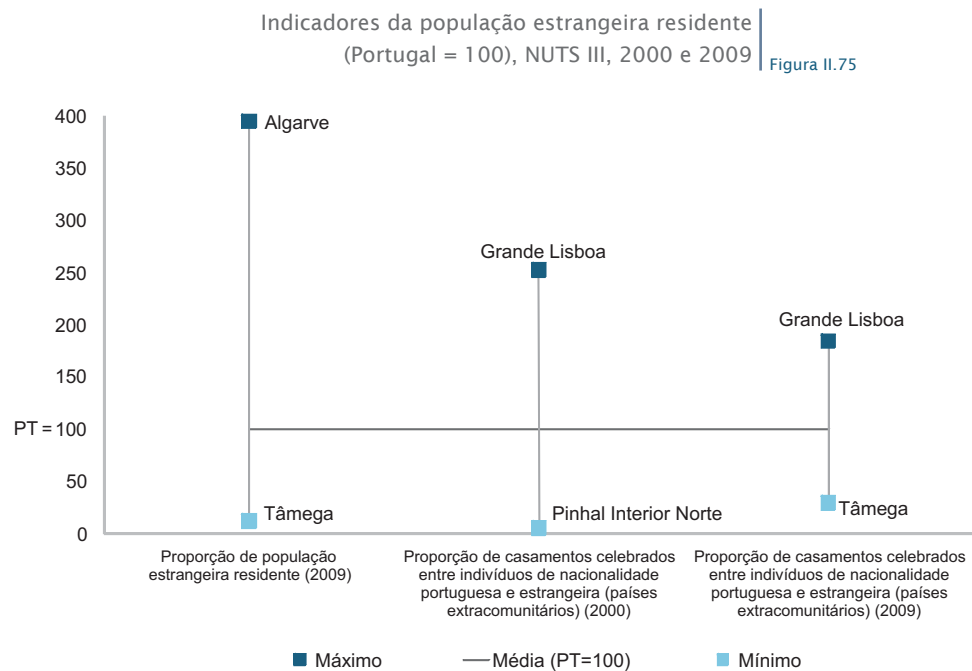


Os dados evidenciam que a população estrangeira residente em Portugal apresenta um perfil etário mais jovem do que a população de nacionalidade portuguesa e que a maioria se encontra em idade activa, representando, um contributo para o reforço e renovação da população activa no país.

Verificou-se um incremento da proporção de casamentos entre nacionais e estrangeiros em todas as regiões do país, sendo esta proporção, em 2009, mais elevada nas sub-regiões do Litoral, por oposição ao que se observa em alguns municípios de sub-regiões do Interior, onde a presença de população estrangeira é igualmente menos expressiva.



Por outro lado, verifica-se que as mães de nacionalidade estrangeira têm o primeiro filho mais cedo do que as mães de nacionalidade portuguesa, e que comparando os diferentes contextos regionais é em Lisboa e no Algarve que se registam as diferenças mais expressivas. A Região Autónoma dos Açores apresenta, por sua vez, o padrão inverso. Também a este nível foi possível observar que diferentes grupos de nacionalidade estrangeira apresentam comportamentos distintos entre si.



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente e Casamentos.



Considerações finais

O crescente reconhecimento da importância que a estrutura e a composição das populações assumem na definição e implementação de medidas ajustadas às diferentes necessidades dos territórios, aliado às tendências que se têm vindo a observar para o contexto português, nomeadamente, ao nível da redução generalizada das taxas de fecundidade e natalidade, por um lado, e a estabilização dos níveis de mortalidade nas faixas etárias mais baixas, prolongando a esperança de vida dos cidadãos, fundamentam a análise da problemática da sustentabilidade demográfica dos territórios em Portugal.

Esta análise foi estruturada em quatro vectores principais: a dinâmica populacional, a tendência de envelhecimento populacional, o papel desempenhado pelos padrões de fecundidade e as novas dinâmicas familiares e o lugar e o contributo da população estrangeira.

Atender à evolução da dinâmica populacional ao longo da última década, nas suas diferentes componentes, constituiu uma primeira etapa para perceber as dimensões que compreendem a espacialização dos ritmos de crescimento da população. Deste modo, a análise centrou-se na leitura da concentração populacional e no contributo dos movimentos fisiológico e migratório.

- Observou-se que os centros metropolitanos registaram uma redução na densidade populacional, tendo-se passado o inverso na maioria dos municípios circundantes. Também nas regiões autónomas, se registou uma perda de densidade populacional nos municípios do Funchal e de Ponta Delgada e uma intensificação nos municípios limítrofes. No Continente, verificou-se um reforço da densidade populacional no Litoral, por oposição a um enfraquecimento no Interior, salientando-se, também a tendência de urbanização da população.
- O movimento fisiológico registado ao longo da última década permitiu identificar bolsas de maior vitalidade demográfica nas regiões autónomas, no território formado pelo Tâmega, Ave e Cávado, bem como na área metropolitana de Lisboa. Os movimentos migratórios salientaram contributos positivos para o crescimento populacional em municípios sobretudo do Litoral continental. Para as duas grandes metrópoles do país, bem como para municípios que se concentram maioritariamente no Norte e no Interior das regiões Centro e Alentejo, registaram-se decréscimos acentuados, indicativos de contextos territoriais com menor capacidade de atracção de população.

A análise da sustentabilidade demográfica dos territórios não poderia deixar de evidenciar a questão do envelhecimento populacional, focando não só o duplo sentido associado a este fenómeno, isto é, de estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária, mas também as diferentes dimensões que lhe estão associadas.

- As regiões de Lisboa e do Algarve apresentaram um acréscimo da importância relativa da população jovem, na última década. Por seu turno, o reforço da expressão da população



idosa fez-se sentir sobretudo no Interior Norte, mas também em alguns municípios da área metropolitana de Lisboa enquanto as regiões autónomas registaram uma relativa estabilização da proporção de população idosa, o que se apresentou consistente com o facto das regiões autónomas apresentarem uma menor esperança média de vida.

- Os territórios menos envelhecidos situavam-se sobretudo nas regiões autónomas, na sub-região do Tâmega e na área metropolitana de Lisboa, em oposição ao cenário observado no Interior continental, sobretudo Norte e Centro. A leitura ao nível da capacidade de renovação da população em idade activa opõe as regiões autónomas e as sub-regiões do Ave, Cávado e Tâmega (maior capacidade) às áreas metropolitanas e à maioria das capitais de distrito (menor capacidade).

No sentido de avaliar as tendências recentes no que respeita à fecundidade e conjugalidade, privilegiou-se uma leitura do índice sintético de fecundidade e das idades associadas ao nascimento do primeiro filho, assim como, das mudanças no que respeita à formalização das conjugalidades, incluindo ao nível do divórcio e do recasamento que lhe está associado.

- Os diferentes contextos regionais assinalam a manutenção da tendência de declínio do índice sintético de fecundidade, abaixo do limite que garante a substituição das gerações, sendo o Algarve a única região que, em 2009, contraria esta tendência de decréscimo. Os cenários para os diferentes municípios, e tendo como base a taxa de fecundidade geral, reforçam esta leitura.
- Registou-se um adiamento generalizado do nascimento do primeiro filho para os diferentes contextos regionais, destacando-se sub-regiões que se localizam no Litoral, incluindo as que concentram os principais pólos urbanos. Complementarmente, a Grande Lisboa e o Grande Porto detinham, em 2009, os maiores valores relativamente à maternidade tardia. Apesar de não contrariar a tendência global de adiamento, a transição para a parentalidade aconteceu, em média, mais cedo na Região Autónoma dos Açores, mantendo esta região, em 2009, os valores mais baixos em relação à maternidade tardia.
- A análise evidencia a diminuição continuada do número de casamentos bem como da respectiva formalização religiosa. Apesar da tendência de decréscimo, foi possível, em 2009, verificar um perfil territorial que contrasta o Norte e o Sul do Continente, sendo a taxa bruta de nupcialidade e a proporção de casamentos católicos maiores nos municípios localizados no Norte. Observou-se, igualmente, que o primeiro casamento tende a ter lugar mais tardiamente no percurso de vida de homens e mulheres, principalmente para os residentes na área metropolitana de Lisboa e nas sub-regiões a Sul do Continente. A Região Autónoma dos Açores, embora assinale um comportamento global de decréscimo, apresentou, em 2009, as taxas de nupcialidade mais elevadas do país, constituindo, simultaneamente, a região onde este evento tem lugar mais cedo. Verificou-se um aumento na proporção de casamentos com



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

residência anterior comum e de nados-vivos fora do casamento, tendo sido, todavia, possível identificar que estes indicadores são mais expressivos em territórios mais urbanizados e nos contextos municipais localizados a Sul do Continente.

- Verificou-se um aumento generalizado da taxa bruta de divorcialidade para os diferentes contextos territoriais, tendo-se observado, porém, uma oposição entre o Litoral e o Interior continentais, com este evento a ganhar especial expressão nos municípios de sub-regiões localizadas no Litoral (incluindo a Grande Lisboa e o Grande Porto). Também, o recasamento após o divórcio reiterou a leitura territorial tendo em conta esta dicotomia, contrastando, também, as sub-regiões do Norte continental com as localizadas a Sul.

Por fim, as características associadas à população estrangeira assumem-se como relevantes para este quadro de análise tendo em conta o potencial que podem significar em termos de reforço da população mais jovem e em idade activa. Assim, para além de uma leitura dos territórios de residência, privilegiou-se, também, uma análise do contributo demográfico da população residente.

- Observou-se uma maior concentração da população estrangeira no Litoral Sul e na área da Grande Lisboa, bem como padrões diferenciados em relação aos principais grupos de nacionalidades, verificando-se uma maior dispersão em relação à população estrangeira proveniente do Brasil e do Leste europeu, enquanto os estrangeiros dos PALP encontram-se territorialmente mais concentrados, principalmente na área metropolitana de Lisboa e no Algarve.
- Em 2009, a população estrangeira residente apresentou um perfil etário mais jovem do que o conjunto da população residente. Verificou-se um incremento da proporção de casamentos entre nacionais e estrangeiros em todas as regiões do país, sendo esta proporção, em 2009, mais elevada nas sub-regiões do Litoral, por oposição ao que se observa em alguns municípios de sub-regiões do Interior, onde a presença de população estrangeira é igualmente menor. Por outro lado, as mães de nacionalidade estrangeira têm o primeiro filho mais cedo do que as mães de nacionalidade portuguesa, verificando-se a diferença mais expressiva em Lisboa e no Algarve.

Em suma, a análise conduzida sugere um diagnóstico da sustentabilidade demográfica mais favorável na Região Autónoma dos Açores, na sub-região do Tâmega (estendendo-se, para alguns indicadores, às sub-regiões vizinhas do Ave e do Cávado) e na área metropolitana de Lisboa. Os dados também evidenciam o facto de o Algarve beneficiar do contributo dado pela população estrangeira para uma vitalidade demográfica que, em algumas vertentes, se destaca no contexto nacional.



Conceitos

Área mediamente urbana: Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semi-urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área predominante rural: Freguesia não classificada como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Mediamente Urbana”.

Área predominante urbana: Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Casamento: Contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida.

Densidade populacional: Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Divórcio: Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento em vida de ambos os cônjuges, a requerimento de um deles contra o outro (litigioso) ou dos dois (mútuo consentimento), conferindo às partes o direito de tornarem a casar.

Esperança média de vida à nascença (e0): Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Esperança média de vida aos 65 anos: Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exacta de 65 anos pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idade observadas no momento.

Idade média ao nascimento do primeiro filho: Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao primeiro casamento: Idade média das pessoas (nubentes) ao primeiro casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Índice de envelhecimento: Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

Índice de longevidade: Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos).

Índice de renovação da população em idade activa: Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).

Índice sintético de fecundidade (ISF): Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

Nacionalidade: Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Nado-vivo: O produto do nascimento vivo.

População estrangeira com estatuto legal de residente: Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de



estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.

População estrangeira residente: Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação.

População média: População calculada pela média aritmética dos efectivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estejam presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

População urbana: População residente nas áreas predominantemente urbanas.

Relação de masculinidade: Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (mulheres)).

Saldo fisiológico: Ver *Saldo natural*.

Saldo migratório: Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Saldo natural: Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Taxa bruta de divorcialidade: Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 (habitantes)).

Taxa bruta de nupcialidade: Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 (habitantes)).

Taxa de fecundidade geral: Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (mulheres em idade fértil)).

